

CARLA DE FÁTIMA CORDEIRO



**PELOS OLHOS DO MENINO DE ENGENHO:
OS PERSONAGENS NEGROS NA OBRA DE JOSÉ LINS DO REGO**



Marília, 2010

CARLA DE FÁTIMA CORDEIRO

**PELOS OLHOS DO MENINO DE ENGENHO:
OS PERSONAGENS NEGROS NA OBRA JOSÉ LINS DO REGO**

Dissertação de Mestrado desenvolvida junto ao Programa de pós-graduação em **Ciências Sociais** da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília e apresentada à apreciação da banca examinadora como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de **Mestre**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Aparecida Ferreira Tolentino



Marília, 2010

Cordeiro, Carla de Fátima.

Pelos olhos do menino de engenho: os personagens negros na obra de José Lins do Rego / Carla de Fátima Cordeiro – Marília, 2010.

129f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

Bibliografia: f 124-129

Orientador: Célia Aparecida Ferreira Tolentino

1. Pensamento Social Brasileiro. 2. Personagens Negros. 3. Literatura e Sociedade. I. Autor. II. Título.

CARLA DE FÁTIMA CORDEIRO

**PELOS OLHOS DO MENINO DE ENGENHO:
OS PERSONAGENS NEGROS NA OBRA DE JOSÉ LINS DO REGO**

Comissão examinadora:

Dr.^a Célia Aparecida Ferreira Tolentino (orientadora)
Departamento de Sociologia e Antropologia da FFC/Unesp- Marília

Dr.^o Dagoberto José Fonseca
Departamento Antropologia Política e Filosofia da FCL/Unesp- Araraquara

Dr.^o Roberto Francavilla
Universidade de Siena (Itália)

Suplentes

Dr. Odair da Cruz Paiva
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC/Unesp- Marília.

Dr.^a Sylvia Helena Telarolli de Almeida Leite
Departamento de Literatura da FCL/Unesp- Araraquara



*A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para
contá-la.
(Gabriel Garcia Márquez)*

*À minha família.
Ao que me fortalece.*

Agradecimentos

Às inúmeras pessoas que passaram pela minha vida ao longo deste caminho, pessoas que muitas vezes sem intenção, ajudaram com pequenos gestos e palavras.

Em primeiro lugar agradeço a professora Célia Tolentino que me acompanha desde o primeiro dia das aulas de graduação. Professora, amiga e grande incentivadora. Este trabalho não teria se realizado sem seu entusiasmo e provocações. Muito obrigada por tudo!

Ao Grupo de Estudos Baleia na Rede, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa e onde verdadeiras amizades foram construídas. E ao NUPE (Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão), que através das discussões apresentadas pelos professores Claude Lepine e Andreas Hofbauer, me incentivou a estudar o pensamento racial brasileiro e a compreender o pensamento de Gilberto Freyre.

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Marília, em especial aos da seção de pós-graduação e da biblioteca pela atenção dispensada.

Também agradeço as sugestões durante a qualificação dos professores Odair Cruz e Dagoberto Fonseca, que foram de grande valia.

Agradeço da mesma forma a banca de defesa desta dissertação, os professores Dagoberto José Fonseca e Roberto Francavilla.

Agradeço também ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que com o apoio financeiro durante este último ano permitiu me dedicasse integralmente a pesquisa.

Sem medidas, agradeço a minha família que me incentivou em cada momento por mais difíceis que fossem, especialmente minha mãe Heloisa, que nunca mediu esforços para que meus sonhos se realizassem, além de uma grande incentivadora na leitura e a na escrita. Agradeço também o meu pai Antonio e a minha irmã Patricia, que foi uma leitora atenta deste trabalho. Lembro também dos meus tios Elizabeth, Roseli e Bebeto, exemplos de vida, e carinhosamente da minha avó D. Zizila, a quem devo a existência de tudo.

Aos amigos que estiveram presentes em todas as lamentações e alegrias durante esse período. Lembro especialmente de Lica, pela amizade incondicional; Juliana Nicolau, pelo companheirismo e ter suportado as lamentações intermináveis; Erica Magi, pelo carinho com nossa amizade que vem desde o primeiro dia de curso de Ciências Sociais; Silvana Ferreira, pelo otimismo e perseverança que serviram de incentivo; Gersinho, pela generosidade de ter me acolhido em Marília todas as vezes

que precisei e Odirlei (*in memorian*) pela prestatividade e longas discussões que infelizmente foram interrompidas pelas fatalidades da vida.

E também aos amigos Naíra, Estevão, Silvana Benevenuto, Fabricia, Vinebaldo, Criatura (Tiago), Vanessa Camargo, Alexandro, Anderson pelos momentos compartilhados durante e depois da graduação.

À Katia, Erica, Tina e Cássia, *mes amies du francais*, que sempre dirigiram palavras de força e incentivo.

Muito tenho a agradecer aos amigos, por ora distantes, mas sempre muito queridos: Nathércia, Orion e Jacqueline.

Agradeço Rose e Edu, que com grande humanidade e compreensão me deram uma grande oportunidade.

Lembro também das escolas que passei e alunos que lecionei, momentos em que conheci pessoas que serviram de inspiração e que algumas vezes foram prejudicados com minhas ausências e desistências para poder concluir este trabalho. Com especial gratidão me lembro dos colegas: Ieda, Marcia, Marina e Jonas, que em momento de dificuldade me ajudaram a conciliar o mestrado com a atividade profissional.

Enfim, muito obrigada a todos(as)!

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo perceber qual é o pensamento social a respeito da questão racial no Brasil da década de 1930, nas obras do ciclo da cana-de-açúcar do escritor paraibano José Lins do Rego (1901-1957). Para tanto, observamos as narrativas das quatro obras aqui priorizadas: *Menino de Engenho* (1932), *Bangüê* (1934), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943) e o que essas dizem a respeito dos personagens negros presentes. Assim, ao fazermos análise da narrativa acreditamos na possibilidade da literatura ser um elemento de compreensão da realidade social brasileira no período que ela foi composta.

Palavras-chave: Pensamento social, personagens negros, literatura e sociedade
Literatura Regionalista

Abstract

This research aims to discern what is the social thought about the racial issue in Brazil in the 1930s in José Lins do Rego's novels of the sugarcane cycle. Thus, we observe the narratives of the four prioritized works – *Menino de Engenho* (1932), *Bangüê* (1934), *Usina* (1936) and *Fogo Morto* (1943) – and what they say about the black characters. Therefore, in doing the narrative analysis, we believe in the possibility of literature as an element of understanding of Brazilian social reality during the period that the works were composed.

Keywords: social thought, black characters, literature and society, Regionalist literature.

Sumário

Introdução	12
Uma questão de método.....	12
O narrador e a narrativa	14
Os capítulos.....	15
Capítulo I: Recife do auge açucareiro à tentativa de revalorização	18
Ascensão e decadência: um breve histórico do ciclo da cana-de-açúcar	19
“Recife do meu pai, Recife do meu avô”: a evocação da tradição no Recife da década de 1930	23
Movimento Regionalista do Nordeste e Gilberto Freyre	24
A literatura da década de 1930: Modernismo <i>versus</i> Regionalismo?	30
De menino de engenho a discípulo de Gilberto Freyre.....	33
Capítulo II: O Nordeste açucareiro pelos olhos patriarcais	37
José Paulino e Capitão Tomás: os modelos ideais	41
A pátria dos bacharéis <i>versus</i> patriarcado rural: Carlos Melo e Lula de Holanda.....	53
Entre a antiga ordem patriarcal e a nova ordem burguesa	60
Capítulo III: Entre a resistência e a cooptação: os homens negros	67
Os meninos da bagaceira e as lições do patriarcalismo.....	69
O (ex-)escravo ideal: João Rouco, Mestre Cândido e José Ludovina.....	80
O preço da liberdade: a vida de heranças dos homens negros.....	83
Floripes e José Passarinho	84
Nicolau e José Marreira.....	89
Capítulo IV: A trajetória de dependência das mulheres negras	102
As “negras do meu avô”	103
Josefa: a “menina de estimação” de Sinhazinha.....	108
A vida das “Zefas”	110
Considerações Finais	119
Referências	124

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar os personagens negros nos livros que ficaram conhecidos como romances do ciclo da cana-de-açúcar, do escritor paraibano José Lins do Rego, publicados entre 1932 e 1943. A partir da observação dessas obras, acreditamos encontrar um pensamento social relativo à questão racial no Brasil na década de 1930. Mas, antes de entrarmos propriamente na análise dos personagens negros nesses romances, tornam-se necessários certos esclarecimentos.

Uma questão de método

As obras que ficaram conhecidas como pertencentes ao ciclo da cana-de-açúcar são seis: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943). Todas estas obras têm como pano de fundo a história do Nordeste açucareiro do auge até a sua decadência, embora se detenham principalmente na última fase. Como opção de método, foram escolhidos quatro livros *Menino de Engenho*, *Bangüê*, *Usina* e *Fogo Morto*, pois são obras que se passam no ambiente rural, mais especificamente nos engenhos, mais tarde usinas, na região do Pilar, estado da Paraíba. Os outros dois romances, *Doidinho* e *Moleque Ricardo*, se passam em ambiente citadino sendo que a vida no engenho está presente na memória dos personagens.

Para a análise propriamente dita, buscaremos a relação entre a literatura e a sociedade, ou seja, procuraremos constatar os elementos da realidade social presente no texto literário.

Consideramos o texto literário uma integração de elementos sociais e psíquicos que devem ser levados em conta para quem realiza a interpretação das obras. Para a compreensão de um fenômeno literário, deve-se considerar a conjunção do conteúdo e forma na obra de arte para, desse modo, compreender a representação social no texto, cujo condicionamento narrativo é constituído de fatores internos e externos:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só podemos a entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos

fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno* (CANDIDO, 2002, p. 4, grifos do autor).

Em José Lins do Rego não é raro haver observações por parte da crítica literária sobre o caráter memorialista e documental de sua obra, que muitas vezes é tomada como se nelas contivesse o testemunho fiel do que foi Nordeste açucareiro, ou seja, há a ideia de identificar o autor como narrador e vice-versa. Fato que observamos na crítica de Massuad Moisés (apud TRIGO, 2002), por exemplo, que afirma que José Lins não recria o passado mas, sim, faz uma crônica deste. Ao contrário desta perspectiva, nossa análise entende que a realidade está contida na obra, mas como uma realidade autônoma, cujo valor está impresso na forma que obteve para colocar os elementos extra-literários: impressões, paixões, ideias, fatos, acontecimentos. Seguindo as pistas de Antonio Candido (2002), não há literatura sem fuga do real, a importância de uma obra não se deve à circunstância de exprimir fielmente um aspecto da realidade, social ou individual, mas a maneira através da qual o faz. Sendo assim, para o entendimento de uma obra não devemos compreender simplesmente os fatores não-literários, ou somente elementos estéticos. O texto literário não anula os fatores externos ao transfigurá-los, afinal é a interação entre o texto e o contexto. Esta leitura de Candido, encontramos também no filólogo alemão, Eric Auerbach (2007), para quem a obra de arte é determinada pela época de sua origem, pelo local e pela peculiaridade de seu criador.

Como bem mostra Wilson Martins (1973), ao falar de José Lins do Rego: “O romance é, pois, uma tentativa de recriação do mundo tal como deveria ser; mas a obra de arte responde, com a ciência instintiva e incontestável, que não é possível recriar o mundo” (p. XX). Mas, Martins acredita que não há outro romancista cuja relação entre biografia e obra esteja tão estreitamente ligada, a ponto de chamar a ficção de José Lins de autobiográfica. Para Cavalcanti Proença (1966), a estreita relação entre biografia e obra literária dá certa ambiguidade à obra em José Lins do Rego, o que somente aparentemente ameaça a legitimidade do fenômeno literário, pois, como já dito anteriormente, a obra literária tem uma realidade própria e não é uma mera cópia do mundo social.

O narrador e a narrativa

No texto *Narrar ou descrever?*, Georg Lukács (1965) aponta que o estilo, ou seja, o modo de representar a realidade surge da necessidade histórico-social. Assim, podemos dizer que o modo como é interpretada e representada a realidade se reflete na forma, que é derivada do momento histórico do narrador social. Este é o narrador que, contido na obra literária, fala sobre o seu tempo e vai além do autor para representar o seu segmento social e suas perspectivas históricas e ideológicas. É o narrador social que expressa uma visão de mundo que é resultado da sociedade que forma uma geração ou uma camada social. Portanto, quem fala para nós não é somente José Lins do Rego, mas todo um contexto, a geração da época em que foi escrito o livro, o narrador social que se reveste de suas personagens.

Para fazer a relação entre forma literária e processo social, devemos desvendar quem é o narrador social do ciclo da cana-de-açúcar. Mas não sem antes esclarecer que entre a publicação da primeira obra do ciclo, datada de 1932, até a publicação do último romance, em 1943, se passam mais de dez anos e um nítido processo de amadurecimento como artista literário e, conseqüentemente, um aperfeiçoamento na sua arte narrativa. Como observou Antonio Candido em *Brigada Ligeira* (1992), à medida que José Lins Rego se libertou do legado da memória, ele cresceu como escritor, em *Fogo Morto* a identidade do narrador desaparece pela força do romancista, o mundo e os seres são marcados pela objetividade do realismo.

Menino de Engenho e *Bangüê* são narrados em primeira pessoa por Carlos Melo, o Carlinhos, neto de José Paulino, o maior e mais poderoso dono de terras da região. Ou seja, ele é o narrador-personagem. No primeiro livro, é o Carlos adulto que conta a história de sua infância, no auge do engenho Santa Rosa e, no segundo, é Carlos Melo maduro que narra a trajetória do jovem bacharel de Direito, responsável direto pela decadência do engenho após a morte de seu avó. Vemos que o mundo dos engenhos nesses dois primeiros livros é evocado através da memória: “escritor, narrador e protagonista se amalgamam, e em algumas ocasiões os dois primeiros abrem mão de sua voz 'adulta' para fazer reviver na memória os sentimentos e a visão de mundo do terceiro” (TRIGO, 2002, p. 21). São narrações envolventes e emocionadas de um tempo que já passou como observa Heloisa Toller: “a narrativa na primeira pessoa evidencia um pacto entre o autor e o leitor – pacto esse que consistiria em não se quebrar a *ilusão*

de realidade conferida pelo texto, em se propor como real o simulacro lingüístico” (GOMES, 1981, p. 61, grifos da autora).

Já em *Usina e Fogo Morto*, o narrador é externo, sendo que no primeiro há uma variedade de perspectivas ora através da memória ora através de pensamentos de algum personagem. E em *Fogo Morto*, seguindo um caminho iniciado no livro anterior, há uma narração aparentemente objetiva das ações, diálogos ou reflexões dos próprios personagens, evitando a intervenção pessoal do narrador. Em ambos os romances não há onisciência absoluta dando uma aparente neutralidade à narrativa.

Como já dito, todas essas obras se passam na região da várzea paraibana. Os engenhos Santa Rosa e Santa Fé e a usina Bom Jesus são os eixos de uma narrativa literária onde o passado é observado com os olhos do presente. Nessas narrativas, os engenhos como as unidades espaciais principais não são apenas propriedades rurais nas quais é realizado o cultivo de cana-de-açúcar, representam, antes, um lugar que pressupõe determinadas relações sociais entre trabalhadores e proprietários que tentam sobreviver à crise. Sendo assim, observaremos que a decadência dos engenhos de açúcar não representam o desaparecimento das relações sociais que lhe sustentavam.

Os capítulos

Feitas as considerações sobre a narrativa e sobre o método que orienta este trabalho, vamos aos capítulos desta dissertação.

No primeiro capítulo situaremos historicamente o ciclo da cana-de-açúcar, sua origem, desenvolvimento e decadência, para em seguida apresentar o movimento artístico e cultural que emerge a partir da situação de decadência que se encontra a açucocracia¹ nordestina, o chamado Movimento Regionalista, que teve como mentor o sociólogo Gilberto Freyre, cujo objetivo seria o de resgatar os “verdadeiros” valores brasileiros baseando-se na tradição, que no contexto significava a manutenção da ordem social anterior: latifundiária, escravista e açucareira. Encerraremos o capítulo com a apresentação do autor-tema desta dissertação, José Lins do Rego, que, segundo críticos personalizou o projeto regionalista de Gilberto Freyre na literatura.

No segundo capítulo, “O Nordeste Açucareiro pelos olhos patriarcais”, iremos delinear quem é narrador dos romances do ciclo da cana-de-açúcar, assim observaremos

¹ Termo cunhado pelo historiador Evaldo Cabral de Mello, para se referir a elite açucareira.

a perspectiva que este narrador adota. Observaremos que o patriarca é considerado a espinha dorsal do nordeste açucareiro ao descrever os personagens José Paulino e Tomás Cabral e como as gerações futuras, representada pelos bacharéis Carlos Melo e Lula de Holanda, teriam sido incapazes de manter a estrutura patriarcal e seus supostos benefícios. E observaremos ainda como, segundo os olhos da narrativa, a modernização, representada pela usina, é considerada prejudicial, principalmente para as relações sociais que se criaram em torno dos engenhos de cana-de-açúcar. Enfim, no segundo capítulo, observaremos como esta narrativa constitui-se num lamento pelo fim de uma era: a do patriarcado.

Feito isso, no capítulo seguinte apresentamos os personagens negros masculinos. Iniciaremos com os jovens meninos negros, chamados de moleques, dentre os quais destacaremos Domingos e Ricardo, dois jovens que desafiam o sistema patriarcal, mas não obtêm êxito. Depois dos meninos, iremos falar dos personagens que são uma espécie de contraposição a eles, os homens mais velhos que são fiéis à José Paulino, José Ludovina, João Rouco e Mestre Cândido, personagens pelos quais o narrador demonstra grande simpatia. Veremos que a partir da apresentação desses personagens a narrativa demonstra sua lógica: a superioridade do patriarcalismo e que não há vida possível para seus dependentes fora dele. Para encerrar o capítulo sobre os homens negros, falaremos dos homens que, livres, enfrentam uma vida de herança do passado escravista.

Já no quarto e último capítulo, enfocaremos os personagens negros femininos, que a princípio são vistas com grande afetividade por parte do narrador. Iniciamos com as chamadas “negras da cozinha”, ou seja, as empregadas da casa-grande que desde o auge do engenho Santa Rosa até a falência da usina Bom Jesus, mesmo com todas as humilhações sofridas, ficam com a família de José Paulino. Em seguida, falaremos das mulheres negras jovens, primeiro da criança Josefa, que sofre todos os tipos de abusos por parte de Sinhazinha, tia do narrador-personagem, e depois as jovens, tratadas pela narrativa como mulatas, que são descritas pela narrativa como mulheres sensuais e amantes dos poderosos, pois só assim conseguiam algum êxito na vida.

O percurso trilhado por este trabalho, de primeiramente abordar o narrador patriarcal e em seguida os personagens negros masculinos e femininos, foi escolhido para explicitar o caminho da decadência da economia açucareira e, concomitantemente, do mundo patriarcal. Com esse percurso, observaremos que quanto mais a decadência se torna presente mais o discurso do narrador se torna violento em relação aos subalternos,

especialmente os negros, pois a narrativa vê a emergência do trabalho livre como uma ameaça ao poder patriarcal.

Capítulo I

RECIFE: DO AUGES AÇUCAREIRO À TENTATIVA DE REVALORIZAÇÃO



José Lins do Rêgo, Otávio Tarquínio de Souza, Paulo Prado, José Américo e Gilberto Freyre.

O que a tradição tem de distintivo é que ela define um tipo de verdade. Uma pessoa que segue uma prática tradicional não cogita alternativas [...] A tradição é talvez o conceito mais básico do conservantismo, uma vez que os conservadores acreditam que ela encerra uma sabedoria acumulada.²

² GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 52.

Ascensão e decadência: um breve histórico do ciclo da cana-de-açúcar

A zona açucareira do Nordeste, que desde o século XVII fora o polo econômico mais importante do Brasil, criou em torno da lavoura canavieira as primeiras formas estáveis de colonização, do tipo patriarcal, baseado na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo que deixou marcas profundas na paisagem física e humana da região. As cidades de Olinda, Salvador e, mais tarde, Recife se tornaram os centros urbanos mais desenvolvidos do país.

Segundo a historiadora Vera Lúcia Ferlini (1996), o Nordeste açucareiro deu à luz ao Brasil uma nova sociedade moldada em massapé e açúcar e em sangue e suor de escravizados, onde as articulações sociais, a composição étnica, os padrões culturais, e as relações de trabalho e de poder forjaram-se em torno dos engenhos.

A base econômica da colonização da região Nordeste foi a cultura da cana-de-açúcar e a fabricação de seus derivados. Trazida para o Brasil em 1531, plantada primeiramente na capitania de São Vicente por Martim Afonso de Sousa, a cultura da cana teve seu primeiro grande surto no Nordeste, em Pernambuco. Sua área produtora restringiu-se, praticamente, ao litoral e Zona da Mata de Pernambuco, ao Recôncavo da Baía de Todos os Santos e a Campos no Rio de Janeiro.

Para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, os portugueses apropriaram-se das terras dos indígenas, destruíram matas, construíram engenhos de açúcar, escravizaram indígenas e africanos e montaram uma estrutura para exportação do produto. Segundo Manuel de Andrade (1994), tudo isso foi possível devido ao alto preço do açúcar no mercado europeu; a remuneração do capital empregado permitiu a construção de portos, abertura de estradas carroçáveis e o desenvolvimento da navegação transoceânica e de cabotagem.

Durante os séculos XVI e XVII, a razão de ser da Colônia foi a exportação do açúcar. Em torno desta atividade surgiram outras atividades destinadas a subsistência, provendo o comércio local e de escravizados. Entre elas o tabaco, utilizado no comércio de africanos da África para o Brasil, e a pecuária, indispensável para os engenhos que eram de tração animal e para o transporte.

Segundo Ferlini (1996), no século XVI, com a plantação da cana, a dominação

portuguesa enraizou-se no Brasil. A partir desta dominação, houve a formação de vilas e cidades, repartição de terras, delineou-se o trato com os indígenas e as relações sociais em geral. Ainda, segundo esta historiadora, o engenho era uma mistura de terra e técnica, trabalho compulsório, empresa e capital, que abrangia moendas, partidos de cana, pastos, casa-grande, senzala, escravizados e equipamentos, combinava a *plantation* com o processo semi-industrial de transformação da cana.

Na região Nordeste, em 1630, após uma tentativa fracassada na Bahia, os holandeses conquistaram Pernambuco, a mais rica colônia açucareira de Portugal, fato que influenciou diretamente a cidade de Recife, pois com o incêndio que os holandeses provocaram em Olinda, que até então era a capital do estado, em 1631, a população da cidade incendiada se transferiu para Recife, que se tornou a capital do Nordeste açucareiro:

Os holandeses resolvem fortificar-se em Recife, ampliando as construções, fazendo aterros na bacia do Beberibe e constituindo, no lugar em que antes havia apenas um porto e um pequeno povoado, uma verdadeira cidade, que contaria então com 7.000 habitantes (SINGER, 1968, p. 272).

Os holandeses colaboraram com a ascensão recifense, pois a Holanda foi o país distribuidor do açúcar produzido Brasil até 1580, quando Portugal passou para o domínio espanhol formando a União Ibérica, e os holandeses perderam o monopólio da comercialização do açúcar brasileiro. As invasões holandesas no Nordeste (1630-1654) foram tentativas de recuperar este mercado, o que lhes interessava era o comércio, segundo Paul Singer (1968), por este motivo sua colonização teve um caráter urbano, beneficiando diretamente o Recife em contraste com predomínio agrário da colonização portuguesa, que enfatizava a ocupação da terra e sua exploração.

Até meados do século XVII, o Brasil deteve o monopólio do mercado mundial do açúcar, mas em 1654 os holandeses foram expulsos do país e levaram a tecnologia da produção do açúcar para as Antilhas. Nos fins do século XVII, houve graves problemas devido à concorrência do açúcar antilhano:

A monocultura açucareira sujeitava a cidade [Recife] às vicissitudes de um único mercado. Até meados do século XVII o produto brasileiro desfrutou de um quase monopólio, neste mercado, assegurando ao grande entreposto açucareiro invejáveis condições de progresso. Porém o surgimento da competição antilhana tornou a submissão da economia nordestina à exportação de um único artigo fonte de instabilidade e mesmo de tendências depressivas que [...] se manifestaram ao longo de mais de um século (SINGER, 1968, p. 282).

Com a crise do comércio de cana-de-açúcar, houve deslocamento de recursos humanos e financeiros para a região mineradora, ou seja, para região centro-sul, mais especificamente, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O impacto da mineração no Nordeste foi o desenvolvimento de uma economia de subsistência, como a carne seca e o gado, que eram enviados à zona mineradora, mas que logo foi suplantada, no século XVIII, pela indústria do charque do extremo sul do país. Enquanto isso, o preço do açúcar continuava baixando, levando à fuga de capitais para a região centro-sul. Outra consequência da mineração foi o surgimento de uma área concorrente na produção do açúcar em Campos, no Rio de Janeiro.

Mas, entre o fim do século XVIII e primeira metade no século XIX, ocorre a decadência da atividade mineradora e uma nova recuperação do açúcar devido ao grande aumento do consumo na Europa, provocado pelo crescimento demográfico e pelo processo de urbanização, consequências da Revolução Industrial. Concorreram também para a recuperação da produção de açúcar no Nordeste o levante dos escravizados do Haiti e a Abolição do tráfico nas Índias Ocidentais Britânicas, a partir de 1807, fato que afetou diretamente a produção do açúcar nas Antilhas.

Essa nova ascensão do açúcar se dava em condições muito diferentes das do século XVII, devido à competição acirrada, havia a concorrência da indústria açucareira de Cuba e do açúcar de beterraba produzido na Europa durante o Bloqueio Continental napoleônico. Para o Brasil não perder posição no mercado, os processos produtivos tiveram de ser melhorados:

Generalizou-se o uso do arado e introduziram-se novos tipos de cana, de maior produtividade [...] a cal substituiu a potassa na fabricação do açúcar; os tambores da moenda passaram a ficar em posição horizontal em vez da vertical; em lugar da lenha passou-se a usar bagaço como combustível [...] a introdução do vapor em substituição à energia animal. Em 1819 surgiu o primeiro engenho a vapor em Pernambuco; em 1854 havia cinco [...] Em 1857 a província já contava com 18 engenhos a vapor (SINGER, 1968, p. 288).

Assim começam a surgir empreendimentos industriais de certa expressão, criam as primeiras fundições – que nas primeiras tentativas fracassaram, pois segundo Singer (1968), a indústria açucareira não levou adiante a transformação fundamental (a introdução da máquina a vapor) até a segunda metade do século XIX. O governo imperial brasileiro tentou investir numa solução para criar uma indústria açucareira

moderna, o fundamento do projeto era separar a fase manufatureira de produção da fase agrícola. Esses seriam os Engenhos Centrais, fundados primeiramente em 1877, no Rio de Janeiro, que eram constituídos por grupos de capitalistas europeus que se encarregariam da indústria açucareira propriamente dita, enquanto o fornecimento de cana ficaria por conta dos senhores de engenho. Mas esse projeto não vingou, principalmente porque o Engenho Central não podia contar com o fornecimento certo de cana a preços que permitissem fabricar o açúcar com custos competitivos:

De uma forma geral pode-se dizer que a idéia de separar a indústria da agricultura era falha porque ela só se adaptava *formalmente* à experiência capitalista. Realmente, o capitalismo industrial separou agricultura da indústria, porém, isto somente para libertar esta última – ainda sob a forma de manufatura – do domínio asfixiante da atividade agrícola [...] Assim, num primeiro momento, a indústria se separou da agricultura. Porém para dominá-la, num segundo momento (SINGER, 1968, p. 299-298, grifos do autor).

Outro fato que motivou a falência dos Engenhos Centrais foi que ao lado deles continuavam funcionando os bangüês, o que dava uma alternativa ao fornecedor de cana, pois quando os preços pagos pelo Engenho Central não eram compensadores, o banguezeiro podia moer cana em seu próprio engenho. A solução para esse problema foi a união entre a agricultura e a indústria, ou seja, a usina.

O fim do tráfico de escravizados em 1850 e, conseqüentemente, o encarecimento da mão-de-obra e, por fim, a abolição da escravatura, em 1888, são os golpes definitivos para o Nordeste açucareiro, patriarcalista e escravista. Em 1889, um ano depois após a abolição o Império ruiu, pois a classe senhorial diretamente relacionada com o modo tradicional de produção que constituía o alicerce da monarquia havia sido duramente atingida com a abolição da escravidão. Segundo Emilia Viotti (1997):

Abolição e República significam, de uma certa forma, a repercussão, no nível institucional, das mudanças que ocorreram na estrutura econômica e social do país na segunda metade do século XIX, renunciando a transição da sociedade senhorial para a empresarial (COSTA, 1997, p. 531).

Com o que Marilena Chauí (2001) concorda pois, para ela, a República representou um rearranjo de poder no interior da classe dominante, às voltas com o fim da escravidão, com o esgotamento dos engenhos, com pedidos de subvenção estatal para a imigração promovida por alguns cafeicultores, com a expansão da urbanização e a percepção de que o país precisava de se ajustar à conjuntura internacional da revolução

industrial. Sendo assim, a República é resultado de uma ação social e política.

Ao contrário da situação nordestina, em franca decadência, a região sul gozava de um estado de ascendência com a agricultura cafeeira que deslocava a hegemonia econômica do Nordeste definitivamente para o eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

“Recife do meu pai, Recife do meu avô”: a evocação da tradição no Recife da década de 1930

Em decorrência da decadência da cultura da cana-de-açúcar no fim do século XIX, na década de 1920 há uma ideia entre os intelectuais recifenses de um “Recife morto”, como aponta Moema D’ Andrea (1992). É neste rastro, segundo a autora, que aparece uma nova proposta regionalista, influenciada pelas sugestões criadoras do antropólogo Gilberto Freyre, recém-chegado dos EUA em 1923, após cinco anos fora do Brasil.

O movimento regionalista que, segundo José Maurício de Almeida (1999), verificou-se com maior ênfase nas regiões onde a formação histórica desenvolveu formas diferenciadas e ricas de cultura, como em áreas de monocultura (cana-de-açúcar) ou zonas pastoris (Nordeste e Pampas Sulino): “Pelas condições concretas que apresentavam ao escritor, pelo patrimônio das tradições disponíveis, tais regiões estavam naturalmente destinadas a favorecer o despertar de um sentimento regionalista, orgulhoso dos valores locais” (ALMEIDA, 1999, p. 315).

Segundo o crítico literário, o regionalismo tem origem nas preocupações nacionalistas dos românticos. Desde de José de Alencar, surgem vozes contra a ameaça do avanço das tendências niveladoras representadas pela industrialização urbana, que implicava a destruição das tradições vistas como autenticamente brasileiras. As bases econômicas que fundamentavam essas tradições eram predominantemente de cunho rural e, para os regionalistas, os efeitos do desenvolvimento urbano traria a decadência da sociedade agrário-patriarcal, acelerando o processo de declínio e, ao mesmo tempo, o desaparecimento dessas culturas ditas tradicionais. No prefácio de seu livro *O Cabeleira*, de 1870, Franklin Távora conclama os intelectuais de sua região para fazerem frente à hegemonia do sul:

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais do Norte, porém do que no Sul, abundam elementos para a formação de

uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro [...] Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua [...] Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política (TAVORA, 1977, pp. 10-11).

A respeito do regionalismo ressurgido em 1920, Castello diz:

Tomado o regionalismo em termos de romance ligado à paisagem física e social do Nordeste, somos levados a indicá-lo como uma tendência de raízes profundas na própria tradição do nosso romance [brasileiro]. Assim, na verdade, dela o movimento do Recife tomou consciência crítica, deu-lhe fundamento sociológico e amplitude artística (CASTELLO, 1961, p. 186).

Para Carlos Guilherme Mota (2002), o destaque do Regionalismo nordestino das décadas de 1920 e 1930 se deve ao contexto de transição em que foi produzido, quando o poder oligárquico estava sendo questionado pelos revolucionários de 1930. Ideia que é complementada por Élide Rugai Bastos:

A invenção, ou a revalorização das tradições, aparecem num momento onde os setores dominantes tradicionais, ligados à agricultura do açúcar, estão claramente em decadência. Momento em que seu poder político é questionado [...] Nunca antes da década de 30 os setores dominantes agrários tiveram tão grande ideólogo!”(BASTOS, 1986, p. 71).

O ideólogo era Gilberto Freyre.

Movimento Regionalista do Nordeste e Gilberto Freyre

Os anos entre 1925 e 1930 marcam a divulgação do Modernismo pelos vários estados brasileiros. Gilberto Freyre por meio de artigos em jornais e contato com pessoas do meio intelectual desenvolveu uma campanha de revalorização dos valores regionais que, segundo o sociólogo, estavam sendo ameaçados pelas alterações que o Nordeste brasileiro vinha passando. Assim, junto com Odilon Nestor e Moraes Coutinho, Freyre fundou no Recife, em 1924, o Centro Regionalista do Nordeste, que tinha como objetivo “promover os valores humanos e culturais da região”. Como atividade deste centro, aconteceu entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926 o I Congresso Regionalista Brasileiro, no qual se destacou a ideia de unificação econômica e cultural do Nordeste, a defesa dos valores tradicionais, a preservação arquitetônica das cidades,

também do patrimônio histórico e artístico, festas e jogos tradicionais. Nas palavras de José Lins do Rego (1941):

O Congresso Regionalista de Recife foi um movimento que [Gilberto Freyre] organizou com suas ideias, mas para ele convergiam moços e velhos, gente de tendências mais opostas. Chamou padres, juízes, senhores de engenhos, advogados, médicos, presidentes de clube de carnaval, velhas cozinheiras, doceiras, o governador do estado, o arcebispo, o juiz federal, e como uma grande democracia realizou o primeiro Congresso Regionalista no Brasil e talvez das Américas [...] o Congresso do Recife merecia que propagasse para todo o Brasil [...] com um regionalismo desses é que podemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira. Porque cultivando o que cada um tem de mais pessoal, de mais próprio, vamos dando mais vida ao grupo político, formando um povo que não será uma massa uniforme sem cor (REGO, 1941, pp. 19-20).

Segundo Antonio Dimas (2002), a intenção de Freyre era afastar as ideias “falsamente” modernizantes e, mais que um projeto estético, Freyre queria um projeto de abrangência cultural. Segundo o próprio:

Opondo-se ao convencionalismo dominante do século XIX e no começo do século XX, quando brasileiros sofisticados tanto se envergonhavam dos seus melhores valores e tradições extra-européias, os líderes do movimento do Nordeste sustentavam que o Brasil devia conservar e desenvolver valores e tradições já harmonizados com as condições tropicais e com as condições de vida mestiça do Brasil, em vez de esquecê-los ou abandoná-los para reduzir a América Portuguesa a simples e passiva província cultural da Europa. Da Europa ou dos Estados Unidos (FREYRE, 1971, p. 205).

Para Almeida (1999), a situação em que se encontra o Nordeste vai conferir à produção dos intelectuais da região, ligados ao regionalismo, um forte cunho saudosista, especialmente à obra de Gilberto Freyre, líder do movimento. Segundo análise de D’Andrea (1992), em Freyre a crise do declínio do Nordeste açucareiro, denominado como perda dos autênticos valores da região, segue simétrica e analogicamente o declínio das aristocracias intelectuais, última expressão do poder de mando dos patriarcas.

Anthony Giddens (1997), ao falar da tradição e da memória, diz que a integridade ou autenticidade é mais importante para definir uma tradição que seu tempo de existência. A tradição está intimamente ligada à memória, envolve ritual ligado à noção de verdade e tem uma força de união que combina conteúdo moral e emocional, o que observamos claramente na promoção do Movimento Regionalista e no conteúdo das

obras regionalistas: uma tentativa de legitimação do movimento através de textos e eventos misturados com a evocação emocionada de um passado supostamente harmônico.

Para Élide Rugai Bastos (1986), o pensamento de Gilberto Freyre foi um elemento fundamental da vida cultural e política que emerge no Brasil a partir da Revolução de 1930, pois supera o pessimismo predominante até então em relação a problemas como: trópico, civilização, raça e cultura, região e nação. Para a socióloga, Freyre reafirmou a vocação agrária do Brasil, valorizou o patriarcalismo como matriz de nossa sociedade:

Diante do debate *povo, cidadania e democracia política*, propõe as noções de mestiçagem, tropicalismo e democracia racial. Sob vários aspectos, o pensamento de Gilberto Freyre se constitui em um componente intelectual essencial do bloco de poder que se forma e desenvolve a partir de 30. Em especial, legitima cientificamente o vasto segmento agrário e tradicionalista que precisava equacionar-se no âmbito de um bloco de poder que se começava a esboçar-se, comprometendo a agricultura com a indústria, o campo com a cidade, o patriarca com o burguês, o camponês com o operário (BASTOS, 1986, p. 297, grifos da autora).

A publicação do *Livro do Nordeste*, em 1925, é outro produto desse momento, promovido e organizado por Gilberto Freyre em comemoração ao centenário do jornal *Diário de Pernambuco*. Para Dimas (2003, p. 331), essa publicação pode ser tomada como “manifestação disfarçada de projeto intelectual [...] uma declaração de princípios. E se dermos atenção particular para os três artigos assinados pelo organizador do volume, fica mais nítida ainda a indisfarçável inquietação diante daquilo que encontrara ao voltar de sua viagem de formação”.

Os três artigos intitulados de *Vida Social no Nordeste: aspectos de um século de transição*, *A pintura no Nordeste* e *A cultura da cana no Nordeste: aspectos do seu desenvolvimento histórico*, são considerados textos que contêm o gérmen de todas as ideias encontradas futuramente em *Casa Grande & Senzala* (1933), seu livro mais importante. Nesses textos, notavelmente no primeiro artigo, está presente uma análise sociológica do processo de transformação do Nordeste e uma evocação nostálgica dos valores e costumes da sociedade patriarcal.

Freyre levou seu projeto até 1952, quando o documento intitulado de *Manifesto Regionalista de 1926* (título de capa) toma forma definitiva como uma síntese dos elementos básicos do regionalismo defendido e difundido por ele. Antonio Dimas

(2002) acredita que há um consenso de que o documento, publicado em 1952, não pode ser tomado como idêntico ao que foi escrito vinte e seis anos antes, em 1926. Para ele, Freyre falseou a data do *Manifesto Regionalista*, mas este não deve ser desprezado, pois há uma coerência entre as ideias expressas no *Manifesto* e em outras obras. Segundo D'Andrea (1992), no documento é retomado de maneira mais sistemática o que fora dito no *Livro do Nordeste*:

Misturada aos ingredientes culturais, a receita literária do *Manifesto* mantém estreita ligação com as raízes da literatura colonial. Perfaz mais um elo dessa continuidade. Voltando-se para o passado mítico da tradição, esse Regionalismo realimentaria o fogo-morto das casas-grandes já sem as senzalas. O jogo de espelhos entre a economia açucareira em crise e a (re)organização dos intelectuais da cultura nordestina daquela época vai refletir a *metáfora do açúcar*, base gustativa do *Manifesto regionalista* (D'ANDREA, 1992, p. 114, grifos da autora).

No *Manifesto Regionalista de 1926*, segundo Beatriz Góis Dantas (1988), Freyre exalta a mistura que é a base de seu esquema explicativo, a interpenetração de raças e culturas e o equilíbrio entre as diferentes etnias formadoras da nação brasileira. Paralelamente à ideia de miscibilidade e encontro de culturas que caracterizaria o Brasil, ocorre uma outra oposição baseada na relação entre o passado e o presente:

[...] o passado é idealizado através da tradição e o presente é visto como uma forma de decadência e deturpação de formas puras e autênticas do passado. Na medida que a mistura é, por excelência, um mecanismo de quebra da pureza do passado, a mistura que no passado teve papel fundamental na formação da cultura brasileira, no presente se transforma num elemento de influência deletéria capaz de corromper e degenerar a autenticidade do produto cultural. Daí o 'movimento regionalista, tradicionalista e modernista a seu modo' pregar tão insistentemente o apego à tradição (DANTAS, 1988, p. 160-161).

O negro e o índio não ocupam posição destacada no *Manifesto*, como ocorre em *Casa Grande & Senzala*, mas Freyre demonstra a contribuição destes exaltando a cozinha, que está entre a sala de jantar e a senzala; os “homenageia” valorizando a cultura popular ou seus instrumentos de trabalho. Segundo Dimas (2003, p. 344), “ao fazer apologia destes valores, carrega ele no metonímico, no particular, no concreto, como se esse procedimento estilístico ajudasse a reforçar sua investigação e apreciação do miúdo”. Ao falar da significação social e cultural dos valores culinários do Nordeste, Freyre reinventa as palavras, tira delas qualquer elaboração intelectualizada, com isso

esmiúça as funções menos nobres, pregando que mergulhemos no nosso próprio *ethos*, através da culinária que reuniria as três raças (índio, branco e negro) formadoras. Para coroar esta relação entre a cultura objetificada e os valores dominantes, faz uma exaltação da paisagem.

Os regionalistas não pretendiam exaltar os valores regionais do Nordeste em detrimento do restante do Brasil, pelo contrário, seus realizadores desejavam desenvolver no Brasil outros regionalismos que se juntassem ao do Nordeste. Castello (1961) aponta que eles aspiravam uma reorganização do Brasil, que os brasileiros deixassem as tradições europeias para trás e voltassem para o “meio nacional”, visando uma articulação inter-regional, não simplesmente estadualista, para melhor compreensão dos problemas e definição da nossa unidade nacional. Esse era o critério que devia prevalecer nos estudos da cultura brasileira: os da sua natureza, do homem, da paisagem, os valores e a tradição deviam ser preservados contra a indiferença e os estrangeirismos. Como afirma Freyre (1971):

Resistindo à idéia de que o progresso material e técnico deve ser tomado como medida da grandeza do Brasil, os regionalistas brasileiros viam no amor à província, à região, ao município, à cidade ou à aldeia nativa, condição básica para obras honestas, autênticas, genuinamente criadoras; e não um fim em si mesmo. Não foram nacionalistas estreitos. Reconheceram sempre que a interdependência entre as diversas regiões do mundo é essencial para uma vida social e artística mais humana e, por isto mesmo, mais necessitada de interpenetração dos valores nacionais (FREYRE, 1971, p. 206).

Gilberto Freyre não era absolutamente avesso a influências estrangeiras, reconhecia a influência do regionalismo francês no seu Regionalismo-Tradicionalista. No *Manifesto Regionalista*, como sugestões de modelo para a literatura regional, busca exemplos nos escritores norte-americanos e europeus, como o escritor Thomas Hardy, o poeta Mistral e outros escritores espanhóis como Gavinet, que escrevem sobre a temática local. Mas a influência destes artistas se restringe à “cor local”, ou seja, temas relacionados à região, uma forma de abordagem que garante uma adaptação aos elementos mais externos da vida local.

Freyre iria, anos mais tarde, denominar o movimento de Recife como “Movimento ao mesmo tempo Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista”, e logo depois, segundo Wilson Martins (2005), a partir do prefácio da sexta edição do *Manifesto*, com uma locução hifenizada Movimento Regionalista-Tradicionalista-Modernista. Para D’Andrea isso aconteceu porque Freyre queria dar um sentido de

modernidade à literatura em relação à linguagem, como a oralidade linguística, a plasticidade rítmica, a sintaxe corrida, afastada da linguagem do dicionário, aliados a um lirismo telúrico, um modernismo ordeiro pautado pela tradição: “[...] sob o signo da ‘modernidade’, numa ótica aparentemente renovadora, o discurso freyreano faz ressurgir a saga açucareira da elite agrária, já decadente, e agora elevada a mito pela compensação simbólica dos valores culturais” (D’ANDREA, 1992, pp. 119-120).

Para Freyre (1971), a contribuição das obras dos Regionalistas não ajudaria somente para desenvolver melhor compreensão inter-regional no Brasil, mas também faria do Brasil parte vital de um mundo novo e mais harmônico. Lembrando que se trata de uma “harmonia” baseada no patriarcalismo e na tradição.

Não devemos perder de vista que mesmo tendo se destacado, principalmente, pela defesa de ideais artístico-culturais, no Regionalismo nordestino da década de 1920/1930 havia um discurso político que se baseava na tentativa de legitimação do poder do patriarcado rural que perdia, naquele momento, seu *status* político e econômico. Sendo contrários a estrangeirismos, defendendo uma “genuína cultura brasileira”, emocionalmente e politicamente ligados ao regime monárquico, a elite açucareira via-se ameaçada pelos valores liberais advindos com o regime republicano e, como lembra Moema D’ Andrea (2010):

[...] a intenção da prática do liberalismo com feição modernizante de origem européia vai *incomodar* a fração mais tradicional dos proprietários de terra, que não deixa de ser liberal, mas cujo liberalismo trazia o marco da vertente colonizadora. Aristocracia rural para uns, burguesia rural para outros, os termos diferem, mas a essência é a mesma (p. 56, grifos da autora).

Assim podemos constatar que o pensamento de Gilberto Freyre, e de grande parte da geração Regionalista, expressa, legitima e promove a ideologia da nossa modernização conservadora³ ao defender um “novo” Brasil, baseado no passado patriarcal, escravista e latifundiário e sem risco de bruscas rupturas.

Foi na literatura que o regionalismo liderado por Gilberto Freyre teve mais

³ Modernização Conservadora foi um conceito elaborado por Barrington Moore Junior (1975) para tipificar o desenvolvimento capitalista na Alemanha e Japão, os quais realizaram revoluções burguesas sem rupturas com os proprietários feudais. O processo de modernização nestas sociedades alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e proprietários de terras. Fato que ocorreu no Brasil e segundo Pires e Ramos (2009) “[...] este pacto tecido pela elite dominante criou fortes obstáculos para o acesso democrático das demais classes sociais aos mercados de terras, de capital, de trabalho e à democracia e à cidadania” (p. 412).

destaque, particularmente naquela que despontou nos fins da década de 1920. A corrente regionalista segundo Candido e Castello (1968) foi uma das mais poderosas da nossa literatura e em parte dos seus escritos estão presentes os elementos pitorescos, o dado concreto, a vivência social e telúrica da região mas, ainda assim, esses escritores eram bastantes diversos uns dos outros “conforme suas respectivas áreas de origem, desde o seco e lapidar Graciliano Ramos até o lírico Jorge Amado, passando pela pujante de José Lins do Rego, cujo ritmo criador parece esposar a inspiração popular da sua zona” (CANDIDO e CASTELLO, 1968, p. 28).

Substituindo os engenhos e sua antiga forma, as usinas tornaram-se um tema frequente na literatura regionalista nordestina, aparecendo com um caráter ameaçador e um fenômeno indesejável, deformadora do “império do açúcar”⁴. Complementando, segundo o historiador Evaldo Cabral de Mello (2001), a realidade do engenho de açúcar só nasceu para a literatura quando este praticamente não existia mais, transformado pelo trabalhador livre e pela usina, da mesma forma que o senhor de engenho começou a ser considerado personagem histórico quando ele se tornou simplesmente banguzeiro ou fornecedor de cana.

A *Bagaceira* (1928), romance de José Américo de Almeida, é o marco inicial do romance regionalista por sua temática, mas esteticamente estaria ligado à tradição realista-naturalista brasileira, com uma linguagem que se aproxima ao estilo parnasiano.

A literatura da década de 1930: Modernismo *versus* Regionalismo?

Segundo Antonio Candido, a década de 1930 é essencial para a cultura, quando a estética modernista é popularizada e cristalizada. Antes, a literatura estava ligada a uma certa ideologia da permanência, observável principalmente na gramática formal e na norma escrita ligada a literatura portuguesa. O Modernismo incorpora inovações formais e temáticas à literatura nacional em um momento histórico em que, ao contrário do Nordeste, a região centro-sul, especialmente São Paulo, encontra-se em pleno desenvolvimento. Iniciado a partir do século XIX, com um processo acelerado de industrialização alimentado pelos capitais gerados pelo café, atinge o seu auge durante a primeira Guerra Mundial. Com a expansão econômica do eixo Rio-São Paulo, o mercado editorial dessa região teve condições de fazer com que suas obras chegassem a

⁴ O “império do açúcar” era constituído pelo que ficou conhecido como banguê, ou seja, uma propriedade agrícola composta de canaviais, engenho de cana-de-açúcar, casa-grande e a senzala.

vários estados brasileiros, inclusive Pernambuco.

Iniciado com a Semana de Arte Moderna em 1922, que foi a catalisadora dessa nova literatura, o Modernismo de São Paulo e Rio de Janeiro se volta para o presente. Segundo Almeida (1999), com valores estéticos e éticos criados pela vida moderna, o Modernismo se oporia ao Regionalismo pautado por um tradicionalismo nostálgico, voltado para a revalorização da herança cultural do passado; o sentido *urbano* de um, contrasta com a vinculação *rural* de outro (surgido também na cidade, mas em ambiente marcado pela cultura rural e agrária da região). No entanto, é interessante lembrar que por trás desta polarização cultural entre Regionalistas nordestinos e Modernistas paulistas há uma disputa pela hegemonia político-econômica: de um lado, a oligarquia açucareira decadente, representada pelos seus intelectuais regionalistas e, de outro, a burguesia paulista vitoriosa e nascida do processo de industrialização, cujo pensamento reverberava no movimento modernista.

O “Prefácio Interessantíssimo” e o “Manifesto da poesia Pau-Brasil”, escritos por Mário de Andrade e Oswald de Andrade respectivamente, considerados textos que representam o Modernismo, abordavam questões ligadas à linguagem, à criação e representação artísticas, foram mal recebidos pelos regionalistas-tradicionalistas do Nordeste. Os Regionalistas consideravam o Modernismo paulista como um movimento de subserviência a estrangeirismos, simples copistas das modas europeias. Para eles, era necessário juntar as forças da região nordeste no âmbito cultural, tornando-a um bloco unido, para que se pudesse resistir à supremacia da região centro-sul.

Para João Luís Lafetá (1974), o Modernismo deve ser encarado em duas faces, pelo *projeto estético*, predominante na década de 1920, ligado às modificações operadas na linguagem (ruptura da linguagem tradicional e renovação dos meios), e pelo *projeto ideológico*, predominante na década de 1930, que é ligado à visão de mundo de sua época (consciência de país, busca de uma expressão artística nacional). Mário de Andrade e Oswald de Andrade, inspirados pelas vanguardas europeias, eram artistas, poetas, preocupados em renovar as linguagens artísticas brasileiras, buscar uma linguagem que expressasse o dinamismo à sua volta e que rompesse com a literatura artificial e bacharelesca que predominava nas letras nacionais.

Mesmo antes de sua estreia como romancista em 1932, José Lins do Rego já vinha defendendo os postulados do movimento regionalista, assumindo uma posição mais polêmica do que a de Freyre quando o assunto era crítica aos modernistas do sul. Rego enfatizava que o movimento nordestino tinha pouco a ver com o modernismo

sulista e criticava ferrenhamente *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, por causa da linguagem, afirmando que o livro era mais um “arranjo de um filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito”. Achava *Macunaíma* tão artificial quanto *Peri* de José de Alencar: “*Macunaíma* é um *Peri* que se serviu da ruindade natural, em vez da bondade natural”. Para José Lins do Rego, o romance do norte “é o vigor, é a saúde que vem da terra, das entranhas da terra, da alma do povo [...] Criticar o romance porque ele exprime a desgraça de uma região de uma porção da humanidade, é querer conduzir a criação para o puro artifício gramatical” (REGO apud CASTELLO, 1961, pp. 99-100).

Importante lembrar que o Regionalismo não tinha rixas com todos modernistas, havia simpatias com algumas das expressões do Modernismo carioca e paulista, com os “modernistas da ordem”, para usar a expressão cunhada por Arnoni Prado. Segundo D’Andrea (1992), essa era uma tendência firmada através de concepções de Elisio de Carvalho e que resultaria na teoria de Ronald de Carvalho, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, que buscavam uma liberdade criadora que não conflitasse com a linguagem e que não rompesse o equilíbrio do povo brasileiro, fundamentado em suas tradições coloniais.

Gilberto Freyre (1971), que tinha contato com as obras dos modernistas através de José Lins do Rego, reconheceu o Modernismo de São Paulo e do Rio, mas colocando o termo entre aspas, acreditava que esse movimento de revolução literária tentava exprimir o *ethos* brasileiro e lamentou que ficando só na renovação artística e literária, “[...] este movimento muito faz para despertar nos brasileiros em geral a consciência do Brasil. Nos seus extremos de reação ao artificialismo acadêmico, é certo que o ‘Modernismo’ tornou-se mais uma vez artificial. Mas abriu caminho para nova e livre maneira de escrever [...]” (FREYRE, 1971, p. 204). E frisa que, *independentemente* do Rio e São Paulo, houve um movimento de revolução cultural e não só literária “na mais velha região do Brasil: no Nordeste”, uma revolta contra o colonialismo que proclamava a necessidade de atitudes e valores extra-europeus, sem negar o passado europeu:

O Brasil devia eleger da sua herança colonial – isto sim – uma série de valores em harmonia com a paisagem ou a situação tropical e com as condições brasileiras de vida. Daí a importância que deram alguns dos líderes do movimento à cozinha tradicional, à confeitaria e à arquitetura tradicionais, aos móveis antigos e à arte popular [...] para utilizá-los, como bons motivos ou sugestões, no desenvolvimento de *uma maneira de viver realmente brasileira*. Não se devia prender o Brasil a uma única tradição e exclusiva – a da Europa ariana [...]

Valores para serem aproveitados tomando-os principalmente como base do desenvolvimento brasileiro a experiência dos portugueses e a herança dos ameríndios (FREYRE, 1971, p. 205, grifos nossos).

Para autores como Antonio Dimas (2002), José Mauricio Almeida (1999, 2002) e Antonio Candido (2002), o Regionalismo e o Modernismo promoveram discussões apaixonadas em defesa de ambos os movimentos mas não tinham divergências tão profundas quanto parecia à primeira vista, no fundo, foram dois movimentos de renovação cultural da década de 1920 que tinham o mesmo objetivo: aprofundar a consciência nacional. No modo de argumentação é que de certa maneira os dois movimentos se diferem, já que o Modernismo estava alicerçado numa atualização cultural através de valores modernos vindo do exterior, enquanto o Regionalismo fazia crítica aos malefícios do progresso e da importação de costumes e valores estrangeiros, em defesa do que considerava legitimamente brasileiro: o patriarcalismo açucareiro.

De menino de engenho a discípulo de Gilberto Freyre

José Lins do Rego iniciou sua carreira como escritor publicando pequenas crônicas e ensaios no início dos anos 1920, esses textos tratavam de polêmicas em relação ao Modernismo de São Paulo e foram publicadas por meio do semanário *Dom Casmurro* e de jornais como *Jornal do Recife* e *Diário da Paraíba*.

A atividade de cronista, que propiciou o contato de José Lins do Rego com o meio literário pernambucano, não foi abandonada após o autor se tornar romancista; sua produção de romances será acompanhada pela publicação de vários livros de ensaios e crônicas. Como foi observado anteriormente, as críticas de José Lins do Rego que hostilizavam os acontecimentos e as realizações da Semana de Arte Moderna assumem, durante os anos 1920, atitude muito mais polêmica do que as de Gilberto Freyre. Sua posição era hostil e irritada em relação às repercussões da Semana, propondo novos valores e novas possibilidades de renovação estética para as artes no Brasil. Mas, como é bem lembrado por Wilson Martins (1973), aos paulistas Rego devia a atmosfera intelectual que encontrou para se tornar literato.

Para José Aberaldo Castello (1961), foi com José Lins do Rego que o regionalismo encontrou sua expressão mais pura, pois ele teria assimilado mais do que qualquer outro autor o espírito do regionalismo defendido por Gilberto Freyre. Esta ideia é complementada por Almeida (1999) quando observa que enquanto Gilberto

Freyre foi o sociólogo da decadência da sociedade patriarcal do Nordeste açucareiro, José Lins do Rego pode ser considerado o seu romancista. Homem ligado à terra, expressão da tradição rural patriarcalista da região açucareira do Nordeste, escreveu influenciado pelas ideias de José Américo de Almeida, Olívio Montenegro, além das do sociólogo pernambucano. José Lins do Rego conheceu Gilberto Freyre em 1923 e, segundo Castello (1961), este lhe transmitiu grande interesse pelo Brasil e pelo povo brasileiro, numa amizade que foi orientadora e impulsionadora de suas preferências e realizações literárias:

O pensamento crítico de José Lins do Rego, intimamente relacionado com as atitudes, sugestões e preferências de Gilberto Freyre, corresponde, nas suas definições iniciais, à fase heróica do movimento regionalista e tradicionalista centralizado no Recife. Acompanha, desde então, a própria evolução da obra de Gilberto Freyre, motivo pelo qual o romancista pode ser considerado, no campo específico da afirmação crítica e da criação literária, o que foi o inspirador do referido movimento no setor das interpretações sociológicas (CASTELLO, 1961, p. 97).

Tanto que não foram raras as vezes em que Gilberto Freyre citou as obras do ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego como *seus* livros, devido às suas sugestões criadoras. Como afirma Luciano Trigo, os objetivos de José Lins do Rego e Gilberto Freyre eram semelhantes, ambos traçaram a vivência nos engenho do Nordeste açucareiro através de experiências pessoais “[...] fixaram cada qual a seu modo, o mandonismo dos senhores de engenho encastelados em seus latifúndios, em seu prolongado canto de agonia em pleno processo de decomposição da aristocracia rural” (TRIGO, 2002, p. 58).

É presença constante nas obras de Rego a nostalgia da infância e adolescência, o testemunho da tradição patriarcal, escravista e latifundiária, “íntimo orgulho da tradição, embora nos últimos reflexos de sua grandeza, e a imaginativa popular que ao mesmo tempo rebate o sentimento e os impulsos da alma coletiva, são assim os componentes essenciais da sua obra de ficcionista” (CANDIDO & CASTELLO, 1968, p. 251).

Os cinco primeiros romances, que o próprio autor denominou de ciclo da cana-de-açúcar, do qual fazem parte as obras *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), que anos depois se acrescenta de *Fogo Morto*, publicado em 1943, são romances que se passam na zona açucareira do Nordeste no momento em que sua estrutura tradicional está se decompondo por causa de uma nova força econômica, a usina e o capitalismo moderno. Segundo D’Andrea (1992), essas obras são o desnudamento da vida social dos engenhos:

Em torno da temática comum, dá-se a obsessiva repetição do romancista na tentativa de reter na memória ficcional a dominação e o prestígio de seus antepassados. A ambiguidade de que se reveste a fala do narrador, ora aponta as mazelas da dominação de sua classe, ora atenua e justifica os desmandos da estrutura patriarcal, autenticada pela *aura* da grandeza colonizadora, pelo mito da ‘nobreza hereditária’ (D’ ANDREA, 1992, p. 75, grifos do autor).

Ainda segundo Moema D’Andrea (1992), a obra de José Lins do Rego toma como matéria literária a realidade social da década de 1930, um “documento” do ponto de vista do narrador-neto do senhor de engenho, um narrador que percebe a derrocada da economia açucareira e sente a necessidade de lutar pela sua revalorização em termos de prestígio, a chamada compensação simbólica.

O personagem Carlos Melo, que aparece nos três primeiros romances do ciclo da cana-de-açúcar em diversas fases da vida (infância, adolescência e adulto), é o neto do senhor de engenho que vive dividido entre a herança familiar e a perda dos bens econômicos, e que representa a corrosão da grandeza colonial enquanto seu avô José Paulino representa a grandeza patriarcal. Mas o ciclo não se fecha completamente, ainda segundo D’Andrea (1992), subsiste na arte narrativa de José Lins do Rego o substrato ideológico da tradição patriarcal, cujos indícios complementares são pinçados em narrativa posteriores com temáticas ligadas ao misticismo e ao cangaço, como nas obras *Pureza* (1937), *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953).

Os personagens de José Lins do Rego são os heróis da decadência e da transição, tipos desorganizados pelo choque entre um passado e um presente divorciado do futuro, como aponta Antonio Candido:

[Estes] personagens são indivíduos colocados numa linha perigosa, em equilíbrio instável entre o que foram e o que não serão mais, angustiados por essa condição de desequilíbrio que cria tensões dramáticas, ambientes densamente carregados de tragédia, atmosferas opressivas, em que o irremediável anda solto (CANDIDO, 1992, p. 61).

Quando publicadas, as obras de José Lins do Rego foram bem recebidas pela crítica. Segundo Wilson Lousada (1992), seu primeiro romance, *Menino de Engenho*, ganhou o prêmio da Fundação Graça Aranha em 1932 (mesmo ano da publicação do livro) devido à recepção crítica e às boas vendas, o que acabou consolidando-o como escritor. *Doidinho*, publicado no ano seguinte, a crítica o aproximou de *O Ateneu*, romance de Raul Pompéia, além de destacar os traços autobiográficos, algo que havia

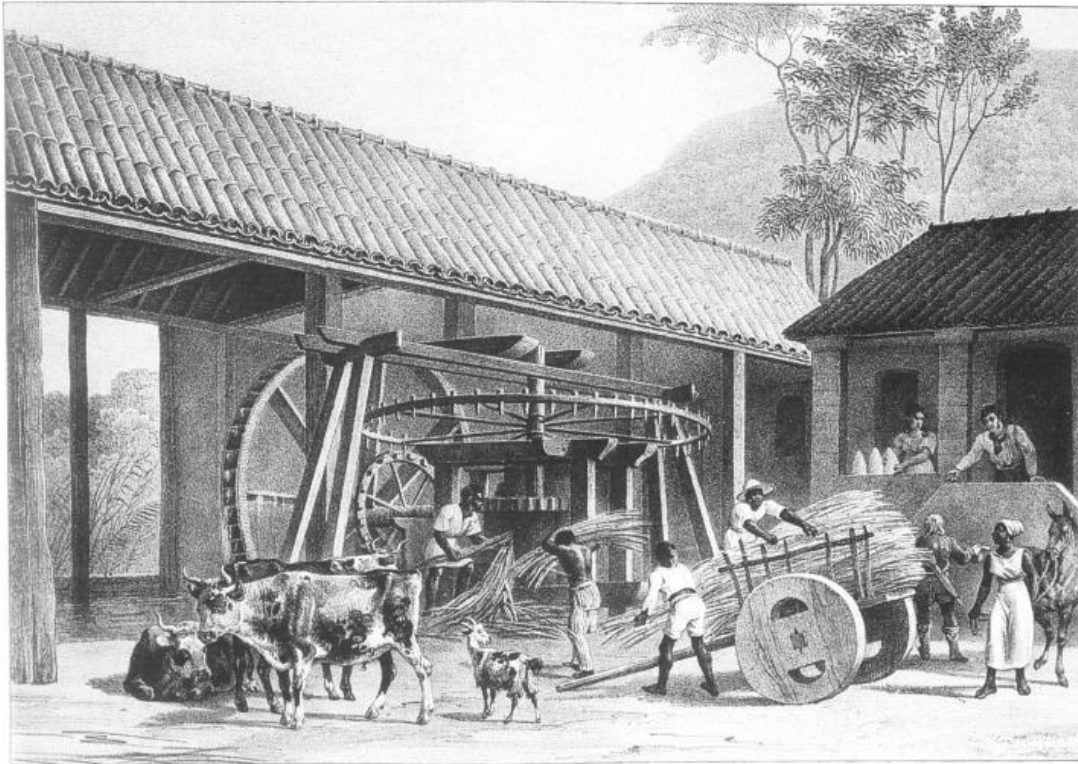
ocorrido também no seu romance de estreia. A partir de *Bangüê* será reconhecido um salto qualitativo em suas obras que se consagrará em *Fogo Morto*.

Não raro, suas obras são consideradas fruto de seu instinto, devido ao memorialismo e a escrita próxima à oralidade. Como foi apontado por Olívio Montenegro em 1953: “o romance é como se fosse obra mais do instinto do que da reflexão [...] não há paciência, estudo, reflexão nos elementos; há subtaneidade e força, improvisação e surpresa” (1969, p. 19). Algo semelhante que encontramos nas análises de Otto Maria Capeaux, como neste trecho publicado em 1943: “e a sua força literária consiste em saber transformar essas saudades em palavras escritas, mil e mil e mil palavras dos seus dez romances” (p. 24) e continua: “A obra de José Lins do Rego é ele mesmo [...] Transformou a si próprio em personagem sua [...] E – considerado só essa qualidade de viver em escrever [...] esse menino de engenho é o maior escritor do Brasil” (1987, p. 26).

A respeito das análises críticas de suas obras, foi apontado por Mariana Chaguri (2007) que, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a crítica literária ao invés de fazer análise das obras centrava-se na figura do autor, algo comum na época. Até o final da década de 70, quando foram realizadas a maior parte da críticas a respeito de José Lins do Rego, esses críticos se dividiam em defensores e detratores de José Lins do Rego, e poucas foram as análises detalhadas e problematizantes de suas obras.

Capítulo II

O NORDESTE AÇUCAREIRO PELOS OLHOS PATRIARCAIS



Moulin à sucre. Rugendas, Johan Moritz , 1835.

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos de mulheres [...] Refere uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso de perpetuidade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo [...] [que] ajudou a dar os alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza.³

³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Editora Global, 2003, p. 38.

Como observa Dain Borges (2003), até a década de 1930, quando foi publicado *Casa-Grande & Senzala*, ninguém tomara a questão da escravidão para explicar o Brasil. Segundo Borges (2003), a primeira geração intelectual republicana (1888-1930) não falava sobre a escravidão como fator de composição da nação. Na Colônia e no século XIX, brasileiros e viajantes reconheciam a escravidão como uma instituição característica brasileira, havia relatos de viagem, crônicas, debates públicos, tratando do assunto. Essa omissão da escravidão no discurso público começou logo após a abolição e durou até a geração de Freyre.

Com a instauração da República, a maioria da elite brasileira adotou uma ideologia positivista, conservadora e racista, que negava o lugar dos negros na formação nacional. O fato de a maioria da população brasileira ser constituída de negros e mulatos era uma preocupação que a elite tinha desde a Independência do Brasil (1822). Segundo Giralda Seyferth (2002), o mito do branqueamento, ou seja, as discussões sobre o processo de branqueamento da nação brasileira ganharam notoriedade na Primeira República:

A nação brasileira ideal deveria ser ocidental: uma civilização latina, de língua portuguesa e população branca plasmada na mestiçagem. Não é por outra razão que os principais dogmas do racismo vicejaram depois da Abolição e que os verbos conjugados para os imigrantes eram caldear, misturar, fundir, miscigenar (devidamente subsumidos à assimilação)! De fato, esperava-se a assimilação física dos europeus e o desaparecimento dos negros e mestiços mais escuros, num prazo que variava, conforme o autor, entre três gerações e três séculos (SEYFERTH, 2002, p. 37).

Um fato notório foi a participação do Brasil, único país latino-americano convidado, no I Congresso Internacional das Raças, em 1911. Neste evento, o professor de antropologia João Batista Lacerda, representando o governo brasileiro, apresentou um texto em francês com o título *Sur les métis au Brésil* (Sobre os mestiços no Brasil), falando sobre o processo de miscigenação e branqueamento brasileiro. Em seu texto estava sendo defendida a tese de branqueamento, mas não somente um clareamento físico, mas também moral e social, em um período de três gerações, ou seja, em meados dos anos 2000, o Brasil seria uma nação branca e moralmente regenerada.

Nos discursos dominantes entre 1888 e 1930, a categoria “raça” substituiu a

categoria “escravidão” como fator de formação do Brasil. Borges (2003) constata que na década de 1920 existia uma diferença entre o que muitos pensadores sociais sabiam e o que podiam escrever sobre o legado da escravidão. Havia na sociedade brasileira uma atmosfera de negação, e até revanchismo, entre as classes conservadoras e estas definiam os afro-brasileiros como antíteses do progresso nacional: “Não existiu nenhuma censura que tenha proibido alguém de escrever diretamente sobre o tema escravidão. Parece que a autocensura inconsciente chegou a atingir até os intelectuais mais anti-racistas e mais militantes da República” (BORGES, 2003, p. 217).

Segundo Borges (2003), a dificuldade de querer falar e escrever publicamente sobre a escravidão era tamanha que os antirracistas e antipositivistas tinham dificuldade em se manifestar. Uma dificuldade que a geração anterior à abolição da escravidão, a de 1870, não teve:

A turma de bacharéis de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco não era somente abolicionista, senão reformista [...] eram filhos-famílias destinados a figurar na alta esfera da elite política. Escolheram a dissidência como caminho torto para atingir o poder. Por isso, talvez, optaram também pela sinceridade na análise dos problemas nacionais (BORGES, 2003, p. 205-206).

Daí a importância da obra de Gilberto Freyre, especialmente *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933, pois veio mostrar, ainda que de um modo conservador, a centralidade da escravidão na formação da sociedade brasileira. Como afirma Lilia Schwarcz: “nesse sentido, obra de Freyre não teria sido aceita exclusivamente pelo que não dizia. Ao contrário, sua popularidade vem da afirmação de que a questão racial é fundamental entre nós e que é preciso que levemos a sério a singularidade de nosso processo de socialização e formação” (SCHWARCZ, 1996, p. 99).

Percebemos, então, que Gilberto Freyre, além de mentor do Movimento Regionalista, foi uma referência para o pensamento social na década de 1930, especialmente em relação à contribuição do negro enquanto escravizado na vida brasileira.

A concepção histórica de Gilberto Freyre, que já aparece em alguns escritos da década de 1920, como podemos observar no *Manifesto Regionalista de 1926* e *Nordeste* (1925), ganha formato definitivo nos anos 1930 nas obras: *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Nordeste* (1937):

Funda-se na articulação de três elementos: *patriarcado*, *inter-relação/interpenetração de etnias e culturas* e o *trópico*. Os três

marcos definidores da formação nacional aparecem correlacionados, de modo que cada um deles encontra sua explicação na convergência com os dois outros (BASTOS, 1986, p. 124, grifos nossos).

Como afirma a epígrafe que inicia o capítulo, na concepção de Freyre, sobre a formação da sociedade brasileira, os escravizados negros foram os alicerces, algumas vezes literalmente, do triunfo do patriarcado açucareiro pois, a união entre o português que é “colonizador por excelência”, associada à plasticidade, adaptabilidade e o fácil trato do povo negro, teriam formado no nordeste açucareiro uma civilização baseada em uma relação harmoniosa entre elementos antagônicos. Nesse mesmo sentido, Élide Rugai (2006) comenta que, para Freyre, é na “família patriarcal, simbolizada pela casa-grande e pelo sobrado, é o espaço onde ocorre a confluência das diferentes tendências socioculturais brasileiras, onde as mesmas se anulam e finalmente conciliam-se” (p. 106).

Para Octavio Ianni (1988), Gilberto Freyre foi o porta-voz de uma ala da intelectualidade brasileira em evidência até mais ou menos a Segunda Guerra Mundial. Pois, em suas teses sobre as relações raciais no Brasil está presente a ideologia dos senhores da época da escravatura e a ideologia dos senhores de sua época, ao colocar o patriarca na centralidade da formação brasileira. Algo com que Fernando Henrique Cardoso (2003) concorda, ao afirmar que a história que Gilberto Freyre conta era a história que a elite que lia e escrevia sobre o Brasil queria ouvir:

É indiscutível, contudo, que a visão do mundo patriarcal de nosso autor assume a perspectiva do branco e do senhor. Por mais que ele valorize a cultura negra e mesmo o comportamento do negro como uma das bases da ‘brasilidade’ e que proclame a mestiçagem como algo positivo, no conjunto fica a sensação de uma certa nostalgia do ‘tempo dos nossos avôs e bisavós’ (CARDOSO, 2003, p. 22).

Segundo Gilberto Freyre (2000), o *ethos* brasileiro formou-se em torno dos senhores de engenho, patriarcas, que foram muito generosos com seus escravizados, tanto que, quando acabou a escravidão em 1888 e a nossa monarquia que era do tipo patriarcal foi deposta em 1889, quem mais sofreu foi a população negra que, de repente, ficou desamparada, sem um “pai” para defendê-los⁵. Observaremos que o narrador do

⁵ “A nota irônica, no que respeita ao desaparecimento simultâneo das duas instituições – a escravidão e a monarquia - foi que, como homens livres, os antigos escravos viram-se repentinamente tanto sem imperador ou princesa, como sem autocratas da casa-grande para protegê-los. E tornaram-se assim, como brasileiros livres, vítimas de um sentimento de insegurança que resultava da sua liberdade de gente desprotegida ou desamparada. Alguns deles passaram a sentir nostalgia do imperador e das casas-grandes ao se considerar tragicamente inseguros como trabalhadores livres” (FREYRE, 2000, p. 214).

ciclo da cana-de-açúcar nos romances de José Lins do Rego dá uma notável importância à figura do patriarca, mesmo quando este não é o personagem principal, tal como ocorre em *Fogo Morto*, fato que podemos apontar como uma influência do pensamento freyreano.

Em José Lins do Rego, que começa sua produção literária no início da década de 1930, cuja histórias narram o período entre o final do século XIX e o início do século XX⁶, podemos perceber a influência do pensamento racial da época em que este compôs suas obras, notadamente ao colocar como central no sistema do nordeste açucareiro a figura do patriarca, como veremos a seguir.

José Paulino e Capitão Tomás: os modelos ideais

A partir da análise dos livros *Menino de Engenho*, *Bangüê*, *Usina* e *Fogo Morto* observamos que o narrador atribui muito das atitudes dos escravizados à autoridade do patriarca. Podemos apontar dois personagens como modelos ideais de figura patriarcal: Tomás de Melo, dono-fundador do Engenho Santa Fé, que é descrito no romance *Fogo Morto*, e José Paulino, proprietário do Engenho Santa Rosa e outros oito engenhos na várzea da Paraíba, descrito nos livros *Menino de Engenho* e *Bangüê*, mas que está presente em todas as obras aqui analisadas.

Observamos durante as obras analisadas que o narrador justifica os comportamentos patriarcais que são aceitáveis e os que não o são. Podemos dizer que nos romances do ciclo da cana-de-açúcar, o “regime escravocrata vê-se nostalgicamente agregado à figura do senhor patriarcal, visto pela lógica ‘natural e legítima’ da relação senhor/escravo” (D’ ANDREA, 1992, p. 64). E que igualmente ao que Schwarz (2006) apontou ao fazer análise da narrativa do livro *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis, na narrativa de José Lins do Rego estão presentes os interesses sociais ligados à organização da ordem paternalista.

O patriarcalismo que José Paulino e Tomás representam, segundo Cabral de Mello (2001), é produto de uma concepção autoritária da natureza da relação entre indivíduos. Iremos perceber no decorrer da análise que, embora o narrador reconheça a violência como inerente à atitude autoritária dos patriarcas, ele acaba por legitimá-la

⁶ Situamos o tempo da narrativa entre 1850, ano que a narrativa de *Fogo Morto* atribui a fundação do Engenho Santa Fé, até os anos da década de 1920, auge da crise açucareira. Essa última enunciação se torna possível, pois há fortes indícios que o narrador se refira à Paraíba como a capital do Estado. Em 1930, com o assassinato do presidente da Paraíba, a capital passa a se chamar João Pessoa.

como parte do sistema, e como elemento necessário para o “bem” de todos, tanto dos senhores de engenho como, e principalmente, dos seus subalternos.

O Engenho Santa Fé, descrito em *Fogo Morto*, na época da escravidão era comandado pelo seu fundador, o Capitão Tomás Cabral de Melo. Observemos que o Santa Fé é um engenho tardio fundado em 1850, ano em que tráfico o negreiro é proibido e os engenhos de açúcar não estão mais no auge de sua produção.

Já José Paulino, que nos é apresentado principalmente em *Menino de Engenho e Bangüê*, é o dono do Engenho Santa Rosa e, ao contrário de Tomás que construiu sua propriedade, era herdeiro de uma família dos grandes da terra, o que lhe garantia superioridade frente ao senhor do Engenho Santa Fé, segundo entende o narrador das obras de Rego, fato que se devia à aura de nobreza hereditária, questão que foi comentada por Moema D' Andrea (1992). Nas obras do ciclo da cana-de-açúcar, a figura de José Paulino é ponto de referência central mesmo depois de sua morte.

Tudo o que sabemos sobre a personalidade e o caráter desse patriarca vem das palavras do narrador e neto, Carlos Melo. Quanto à narração do personagem, oscila entre a voz de um adulto que trata José Paulino pelo nome, ou seja, com pretensa objetividade e que outras vezes, diga-se de passagem a maioria das vezes, o trata de “meu avô”, dando uma ideia emotiva relacionada à memória do narrador. Ou seja, neste último caso, o narrador conta ao leitor o que sabe como se fosse legítimo: “à disposição do leitor possui apenas os pensamentos, sentimentos e percepções do narrador-testemunha” (FRIEDMAN, 2002, p. 176). Já o que sabemos de Tomás vem do narrador onisciente, com pretensão de objetividade, mas apesar desta pretensão há um ponto de vista a partir do qual o narrador conta a história, como afirma o crítico literário Norman Friedman:

'Onisciência' significa [...] um ponto de vista totalmente ilimitado [...] A estória pode ser vista de um ou de todos os ângulos, à vontade: de um vantajoso e como que divino ponto além do tempo e do espaço, do centro, da periferia ou frontalmente. Não há nada que impeça o autor de alternar de um a outro muito e pouco [...] (FRIEDMAN, 2002, p. 173)

Capitão Tomás tinha fama de ter muito pulso e coragem para o trabalho, é descrito pelo narrador, com grande simpatia, como um bom patriarca que “só vivia para a casa, para os filhos, para a criação e para os negros” (REGO, 1987, p. 203). Observa-se que os negros aparecem na descrição depois dos animais, aqui chamados de criação,

o que explica a sequência da descrição segundo a qual os negros do Santa Fé tinham fama de comerem uma só vez por dia, levarem grandes castigos e não frequentarem festas. Mas a “verdade”, segundo o narrador, “era que eles não iam a festas e não viviam batucando como os negros do Santa Rosa, por isso o Santa Fé era um engenho triste: negro do Santa Fé era de verdade besta de carga” (REGO, 1987, p. 203). A referência de propriedade rural ideal para o narrador é o Engenho Santa Rosa, ainda que admire a personalidade de Capitão Tomás. Observa em *Fogo Morto* que, ao contrário do que acontece no Engenho Santa Fé, é nas terras de José Paulino que “todos eram felizes”. Segundo o próprio Capitão Tomás, negro era só para trabalho, pois ele que não era negro vivia fazendo a sua “obrigação” dia e noite. Segundo o narrador:

Era homem duro, era homem para amanhecer no roçado, de cacete na mão como feitor, fazendo a negrada raspar mato, furar terra, plantar cana. Não havia chuva que o impedisse de sair de casa, não havia sol quente que lhe metesse medo (REGO, 1987, p. 203).

Nas mãos do Capitão Tomás tudo rendia, tudo dá dinheiro [...] era tudo de melhor qualidade (REGO, 1987, p. 207).

Mais do que qualquer outra característica, nas descrições de José Paulino o que aparece é a sua figura de um “homem bom e simples”, que “andava vestido num grande grosso sobretudo de lã, falando com uns, dando ordens a outros” (REGO, 1980, p. 10), que não precisava dos “afrouxamentos de devoção” (REGO, 1980, p. 40), ou seja, de religião, e cuja vida se resumia em percorrer suas propriedades para vistoriar, ouvir queixas e colocar ordem. Segundo o narrador-neto de *Bangüê*, ele nunca tirava férias, não viajava, acordava todos os dias cedo junto com os escravizados⁷ e o maior elogio que dirigia a uma pessoa era: trabalhador. Sua disposição também era considerada de negro cativo, sempre tinha algo a fazer.

Podemos observar que o fato de tanto Paulino como Tomás serem comparados a “negro cativo” nos leva a perceber que tanto no período escravista quando nos anos após a abolição o trabalho estava intimamente associado à cor da pele.

Ainda segundo a narrativa de *Bangüê*, o dono do Santa Rosa vivia sem muito luxo, sua vaidade era comprar terras e escravizados “enchendo a senzala de bom material humano” (REGO, 1969, p. 11). herdara o Santa Rosa pequeno e fez dele uma imensidão, rompendo os limites, anexando terras vizinhas além de mais oito engenhos.

⁷ Devemos notar que a história de Tomás Cabral é narrada no período escravista, enquanto a de José Paulino é contada no período pós-abolição, mas não são raras as vezes que o narrador chama os empregados negros do engenho Santa Rosa de escravos.

Com admiração, seu neto afirma:

Ele parava de porta em porta, batendo com tabica de cipó-pau nas janelas fechadas. Acudia sempre uma mulher de cara de necessidade: pobre mulher que paria os seus muitos filhos em cama de vara e criava-os até grandes com o leite de seus úberes de mochila (REGO, 1980, p. 36)

E este mundo o meu avô conquistou de verdade. Nove engenhos, terras que ele para correr gastaria semanas (REGO, 1969, p. 11).

Chefe político do Partido Liberal, segundo o narrador, era temido por sua bondade, uma mansa autoridade que não tinha adversários, como seus irmãos também donos de engenho, Lourenço e Quincas, que falavam gritando e se metiam em confusões. Os adversários que tinha herdara-os com sua família e o Santa Rosa. Acudia quem precisava, dava comida para quem passava fome, mais que um patriarca é narrado como algo próximo de uma santidade: “o velho José Paulino tratava tudo, fazia sinapismo de mostarda, dava banhos quentes, óleos de rícino, jacaratiá para vermes. Curava assim os negros, os netos, os trabalhadores.” (REGO, 1980, p. 81).

Para reforçar a bondade de José Paulino, havia uma figura oposta a ele dentro do próprio Santa Rosa que é descrita no livro *Menino de Engenho*, Sinhazinha, sua irmã de 70 anos que se casou com um homem muito rico mas, segundo as palavras do narrador, foi devolvida devido a um comportamento “esquisito e turbulento” (REGO, 1980, p. 14). Era uma déspota que cuidava da casa: “com ela estavam as chaves da dispensa, e era ela quem mandava as negras no serviço doméstico [...] como um tirano”. Sinhazinha provocava a ira, especialmente dos negros: “as pobres negras e moleques sofriam dessa criatura uma *servidão dura e cruel*. Ela criava sempre uma negrinha, que dormia aos pés de sua cama [...] As negras odiavam-na.” (REGO, 1980, p. 15, grifos nossos). Assim fazendo, o narrador acaba deixando claro que com José Paulino a escravidão cruel não existia, só com Sinhazinha.

Apointa a narrativa de *Bangüê* que todo fim de tarde José Paulino dava expediente no alpendre. Nesta espécie de ritual todos os que pretendiam ser atendidos chegavam em Paulino falando em sinal de respeito: “Deus guarde a Vossa Senhora”. Depois da reverência, pediam o que fosse preciso, desde proteção, passando por remédios, cartas para ir ao hospital, até roçados e casa para família. Segundo o narrador, com raras exceções alguém vinha reclamar de algo, e logo justifica:

Porém tudo o que diziam dele [José Paulino] era mentira. Nunca

vendera um quilo de algodão na balança do Pilar. Nem estava criando animais de outros engenhos nos pastos da Fazenda. Se fosse verdade podia tocar fogo nos seus troços e botar gado dentro do seu roçado. (REGO, 1980, p. 60)

Em *Fogo Morto* é mostrado pela narrativa que, devido à mão forte e à autoridade do Capitão Tomás Cabral de Melo, todos viviam bem no engenho Santa Fé, havia uma certa participação dos empregados na vida da família, como nas horas em que todos se reuniam para ouvir Amélia, filha mais velha de Tomás, tocar piano: “Mãe, pai, e negros participavam de uma existência bem diferente da que viviam. Outra vida, outra força mandava naquela gente enfeitada [...] as negras diziam que a menina tinha umas mãos que eram como se fosse uma vara de condão” (REGO, 1987, p. 206). Os escravos de Tomás eram tratados “bem”, a partir do ponto de vista narrado pois sua mulher, Dona Mariquinha, “cuidava dos negros, cosia o algodãozinho para vesti-los, fazia-lhes angu, assava-lhes carne” (REGO, 1987, p. 207). Sua escravatura era de gente “boa”, tinha negros de “bom calibre”, que podemos entender como obedientes e fortes:

Nunca comprara peça barata, resto de gente que só lhe desse trabalho. Negro ruim e barato deixava para os pechincheiros. Queria povo para o trabalho, negra que parisse braços e mais braços para os seus partidos, tudo que o Capitão Tomás pretendeu fazer no Santa Fé saiu como ele quis (REGO, 1987, p. 207).

A narrativa aponta uma relação harmoniosa entre senhores e escravizados no Engenho Santa Fé durante o período escravista: pelo simples fato de ouvirem música juntos, Tomás e sua esposa eram bons pois, além disso, davam vestimentas e comida aos escravizados. Vemos que, mesmo em um sistema econômico em plena decadência, o pulso, a força e o trabalho de Tomás fazem-no superar as adversidades. Ele era um homem que sabia como tratar os escravizados, o típico patriarca que centralizava o poder em suas mãos.

Ao contrário de Tomás Cabral, que tinha como dependentes somente sua família e seus escravos, José Paulino “tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje” (REGO, 1980, p. 76). Uma prova disso seria que a senzala do Santa Rosa não desaparecera com o fim da escravidão, fato que nos é mostrado em *Bangiê*, ela continuou ao lado da casa-grande, segundo o narrador com “suas negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (REGO, 1980, p. 59). Isso aconteceu, segundo a narrativa, porque Paulino tratava todos bem e os vestia e os alimentava com

fartura.

Assim, observamos que a mesma noção de bondade que encontramos em Tomás também é atribuída a José Paulino, ou seja, ambos eram bons porque davam comida e vestimentas aos seus subordinados. Sem nunca deixarem de serem rígidos e utilizarem a violência contra seus dependentes, pois como afirma a narrativa: “Negro precisava de senhor de olhos abertos, de mãos duras” (REGO, 1987, p. 215).

Retomando Gilberto Freyre, lembremos que ele afirmava que o patriarcalismo “amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença” (FREYRE, 2002, p. 51). Para o sociólogo a escravidão, que fora formadora do nosso caráter, era corrigida de seus excessos violentos habituais devido à instituição monárquica, além do fato de os portugueses terem implantado no Brasil uma maneira “familiar” de tratar os escravizados devido à influência maometana (FREYRE, 2002):

O complexo patriarcal escravocrático brasileiro foi uma extensão do português, como este o era sistema mouro ou árabe, e maometano: um sistema de escravidão mais doméstica do que industrial [...] fiquei impressionado pelo fato sociológico entre os sistemas português e maometano de escravidão parece responsável por certas características do sistema brasileiro [...] a forma menos cruel de escravidão desenvolvida pelos portugueses no Brasil parece ter sido o resultado de seu contato com os escravocratas maometanos, conhecidos pela maneira familiar como tratavam seus escravos (p. 208-209).

No mesmo texto, Freyre comenta ainda que a escravidão contribuiu para a unidade política e disciplina social em nosso país, devido à disciplina patriarcal. O que observaremos durante toda a nossa análise, especialmente nesse primeiro capítulo, é o elogio a essa disciplina imposta pelo patriarca.

Através da “bondade” característica atribuída aos dois patriarcas, notamos que o narrador concorda com a perspectiva de Freyre. Ambos concordam que os escravizados teriam necessidade de serem dependentes de pessoas e/ou instituições autoritárias.

Outro fato narrado que podemos apontar confluência com o pensamento freyreano é quando em *Bangüê* o narrador-personagem se espanta ao conhecer o engenho de seu tio, Capitão Lourenço, irmão de José Paulino, dono do Engenho Gameleira, que se adaptou à economia de mercado nascente. Todos no Gameleira eram assalariados ou pagavam aluguel pelas terras arrendadas, fato que deixa o narrador contrariado: “Os pobres eram mais infelizes lá [Gameleira] [...] Os moradores do Santa Rosa, junto daqueles, poderiam se considerar felizes. O velho José Paulino nunca

recebeu um tostão de sua gente [...]” (REGO,1969, p. 103). A independência dos moradores do engenho Gameleira incomoda a voz narrativa que, na figura do bacharel em Direito, complementa que não havia senzala no Gameleira, fato que, achava estranho, mesmo depois da escravidão abolida, na sua visão o Gameleira era um engenho triste, pouco harmonioso, era “sempre agradável no Santa Rosa ver-se a senzala cheia de negras conversando em voz alta. (REGO,1969, p. 107).

Apesar da visão nostálgica narrada, que acaba sugerindo alguma horizontalidade das relações à primeira vista. É possível perceber que o narrador fala de um mundo em cujo regime predomina a estratificação, onde as distâncias sociais são acentuadas pelos componentes étnicos e o senhor de engenho ocupa o topo da pirâmide social. Segundo Ferlini (1996), o branco só se definia em contraposição ao negro onipresente. A intimidade com o escravizado interiorizava as diferenças e estabelecia as distâncias, cristalizando as posições de senhor e de cativo, associando a negritude ao trabalho e à pobreza e a branquidade ao poder e riqueza. A legitimidade como senhor de engenho dependia da parcela da população escravizada:

Sociedade de senhores porque sociedade de escravos, era na sujeição do negro que se definia a personalidade do senhor [...] Donos da vida e da morte em seu mundo, aos senhores cabia velar pelos negros, nutrindo-os, vestindo-os e castigando-os. Pão, pano e pau eram os elementos fundamentais das obrigações do proprietário para com seus escravos. Pouca comida, vestuário miserável, castigo duro e contínuo, a realidade (FERLINI, 1996, p. 80).

Como Hebe Castro (2001) lembra, o código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação ou espaço e de autonomia no cativo. A historiadora lembra ainda que a violência foi parte integrante deste sistema: “[...] o paternalismo só se fazia possível em contraponto à pedagogia da violência, que instituiu a desigualdade essencial sobre a qual as relações humanas podiam desenvolver-se” (CASTRO, 2001, p. 358).

Além do temor e da violência, segundo a historiadora, outro pilar da dominação senhorial era o poder moral e a sua capacidade de sancionar o acesso àquilo que os seus dependentes precisavam ou desejavam. Deste tipo de sanção e poder moral, a narrativa de José Lins do Rego está fartamente recheada, como podemos observar nas situações narradas a seguir.

Apesar de ser apontado como dono de uma bondade inata e autoridade mansa, o poder de José Paulino é sempre reafirmado pela narrativa, como é demonstrado em um

ritual de julgamento narrado no livro *Menino de Engenho* quando um homem negro, Chico Pereira, é acusado de “fazer mal”, ou seja, desvirginar, Maria Pia, a filha de antigos escravizados. Por esse motivo, Chico Pereira teria sido castigado, colocado no tronco a mando de José Paulino, o que o narrador afirmava ser raridade no engenho. O acusado negava a culpa mesmo mediante tortura:

O meu avô ordenou que acabasse com aquela latomia. E mandou buscar um livro que havia debaixo do santuário.

– Você vai jurar em cima deste livro santo como contará a verdade de tudo. O cabra está no tronco. Ele nega, prefere morrer a casar. Vamos bote a mão em cima e diga o nome de quem lhe fez mal.

Deu o livro vermelho com a cruz dourada na capa para a negra botar a mão em cima. A velha e a filha ficaram para fora do mundo. Aquele livro santo não era para menos.

[...]

– Vamos, disse meu avô, com aquela voz de mando.

E a mulata com os olhos esbugalhados:

– Juro que foi o Dr. Juca [filho de José Paulino] que me fez mal.

O meu avô não deu uma palavra. Só fez dizer:

– Soltem o cabra [Chico Pereira].

[...]

Na casa grande só se falava baixinho no caso. [...] Na hora da ceia meu avô pouco falou. Tio Juca não viera para a mesa. Apenas no fim o velho José Paulino queixou-se:

– Não sei para que servem os estudos. A gente gasta um dinheirão, e eles voltam pra fazer besteiras desta ordem. (REGO, 1980, pp. 44-45)

O poder moral de ser dono da vida e da morte de seus dependentes muda de figura quando Paulino descobre que seu filho foi o autor do “crime”, o patriarca faz uma simples reclamação em relação a atitude do filho e a culpa recai em Maria Pia: “Eu dizia que a negra não prestava” (REGO, 1980, p. 44).

Como homem poderoso, dono de todos, Paulino também será mostrado em suas raras aparições em *Fogo Morto* quando o narrador dá voz a alguns personagens de situação financeira inferior que expressam a opinião sobre o patriarca. No momento que a história é narrada, Paulino era o único que tinha alguma prosperidade enquanto a maioria dos banguzeiros se encontravam em franca decadência. Percebemos o poder moral de José Paulino na situação em que ele socorre o engenho Santa Fé dos cangaceiros:

Mas quando ia mais adiantada a destruição das grandezas do Santa Fé, parou um cavaleiro na porta. Os cangaceiros pegaram os rifles. Era o coronel José Paulino, do Santa Rosa. O *chefe* chegou na porta.

– Boa noite, coronel.

– Boa noite, capitão. Soube que estava aqui no engenho do meu amigo Lula e vim até cá.

E olhando para o piano, os quadros, a desordem de tudo:
– Capitão, aqui estou para saber o que quer o senhor do Lula de Holanda.
E vendo D. Amélia aos soluços, e o velho estendido no marquêsão:
– Quer dinheiro, capitão?
A figura do Coronel José Paulino encheu a sala de respeito.
– Coronel, este velho se negou ao meu pedido. Eu sabia que ele guardava muito ouro velho, dos antigos, e vim pedir com todo o jeito. Negou tudo.
– Capitão, me desculpe, mas esta história de ouro é conversa do povo. O meu vizinho não tem nada. Soube que o senhor estava aqui e aqui estou para receber as suas ordens. *Se é dinheiro que quer, eu tenho pouco, mas posso servir* (REGO, 1987, p. 280, grifos nossos).

Antes de sua doença, Tomás já se preocupava com a sucessão que ficaria nas mãos de seu genro Lula e questionava: “ele sabia o que era uma propriedade sem senhor de fibra, tomando conta de tudo. O que fariam os negros com um banana na casa-grande ouvindo piano, lendo jornais, tratando da barba?” (REGO, 1987, p. 220).

A preocupação com a sucessão também estava presente no engenho de José Paulino, fato que percebemos quando narrada a cena do julgamento, no momento em que questiona a importância dos estudos, já que Juca havia estudado e mesmo assim só fazia besteiras e não trabalhava, além de desconfiar também do talento de seu neto, Carlos, e comenta secamente quando este retorna ao engenho formado em Direito: “vamos ver para o que dá o senhor” (REGO, 1969, p. 5).

Em *Fogo Morto*, após a morte de Tomás, Dona Mariquinha, sua mulher, toma a frente do Engenho Santa Fé, depois de ver os abusos de seu genro Lula que era muito violento com os escravizados, situação que ela era contra: “não gostava de ver negro apanhar assim, por qualquer coisa. Era contra o sistema do Major Ursulino de Itapuá, ‘judiando com a escravatura’” (REGO, 1987, p. 229). Nas palavras de José Paulino em *Menino de Engenho*:

O Major Ursulino de Goiana fizera a casa de purgar no alto, para ver os negros subindo a ladeira com a caçamba de mel quente na cabeça. Tombavam cana com a corrente tinindo nos pés. Uma vez um negro dos Picos chegou na Casa-Grande do Major, todo de bota e de gravata. Vinha conversar com o senhor de engenho [...] Estava ali para prevenir das destruições que o gado do engenho fizera na cana dos Picos. Ele era feitor de lá. O seu senhor pedira para levar o recado. O Major calou-se, afrontado. Mandou comprar o negro no outro engenho. Mas o negro só tinha uma banda escrava. Pertencendo a duas pessoas numa partilha, um dos herdeiros libertara a sua parte. Então o Major comprou metade do escravo. E trouxe o atrevido para a sua bagaceira. E mandou chicoteá-lo no carro, a cipó de couro cru, somente do lado que lhe pertencia (REGO, 1980, p. 89).

Podemos observar que Ursulino, citado em obras diferentes, *Menino de Engenho e Fogo Morto*, é uma referência ao tratamento violento que, segundo a narrativa, somente alguns senhores de engenho dispensavam aos subordinados, pois “Era raro o senhor de engenho de coração duro para os escravos” (REGO, 1980, p. 89). Tipo de tratamento que José Paulino, Tomás Cabral e sua esposa eram contra, pois a violência do Major era contra todos os negros-escravizados mas, a violência dos primeiros se destinava somente os que “mereciam”, para tanto a narrativa de ambos os livros apontam que os castigos, como aconteceu com Chico Pereira do Santa Rosa e com Domingos do Santa Fé, eram uma raridade que só aconteceu porque os castigados tinham alguma culpa.

Com Mariquinha no comando do Engenho Santa Fé, a ordem patriarcal nas mãos de uma matriarca forte se restaura: “Os negros vinham lhe tomar a benção de manhã e de noite, o feitor chegava-se para pedir ordens” (REGO, 1987, p. 230). Mariquinha compartilhava das ideias de seu marido, Tomás, que segundo a própria não vivia sorrindo “as suas peças da escravatura”:

Negro que apanhava só havia um, o Luís, que bebia muito e ficava impossível, malcriado, querendo dar nos outros. Só este passava os dias no tronco. No mais a escravatura do marido não era de dar trabalho. Se não fosse aquele Domingos não podia se queixar de *seus negros*. Domingos dera com seu marido no chão. E por isto, logo pode, vendeu o negro para Major Ursulino. Era o castigo que bem merecia [...] Deus podia castigá-la pelo ato de crueldade. (REGO, 1987, p. 231, grifos nossos).

E o narrador justifica: “Mas no fundo ficou sem remorso. O negro era *seu*, era sua propriedade, vendera-o para se ver livre dum mau exemplo no meio da fábrica” (REGO, 1987, p. 231, grifos nossos). Diferente de Lula que “gostava de bater nos escravos, bateu em Nicolau que era de estima da casa, para ele negro merecia apanhar, Mariquinha foi consolar Nicolau na senzala, pois sabia que era de *boa qualidade*” (REGO, 1987, p. 232, grifos nossos).

A ideia de Mariquinha de como se deve tratar os escravizados e os remanescentes deste regime é compartilhada por José Paulino para quem escravo bom é de barriga cheia, mas havia alguns que pediam para apanhar. Segundo o patriarca, quem tinha negro fujão vendia para o Engenho Itapuá de Ursulino para “amansar”. Em *Menino de Engenho*, José Paulino afirmava: “[...] a gente do Partido Liberal botou o nome de Ursulino de 'barão do couro cru’” (REGO, 1980, p. 90).

José Paulino dá a sua versão da abolição da escravidão:

Quando veio dia 13 de Maio, fizeram um coco no terreiro até alta da noite [...] Levantei de madrugada, pra ver o gado sair para o pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. Para esta gente pobre a abolição não serviu para nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e cará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros. (REGO, 1980, p. 90).

No trecho acima, o narrador de *Menino de Engenho* deixa claro que a Abolição foi uma formalidade na opinião de José Paulino, pois ele, como grande proprietário de terras, continuou com a senzala como no dia 14 de maio e acabou lucrando, uma vez que formalmente seus empregados não eram mais escravizados e estavam ali porque “queriam”. Sendo assim, não havia nenhuma obrigação de alimentá-los, curá-los ou dar-lhes o que vestir. Mas, a bondade de José Paulino, segundo o narrador, permitiu que os ex-escravizados morassem no engenho. E, ainda segundo esta mesma voz narrativa, mesmo que o velho xingasse os que o contrariavam, esses não ficavam aborrecidos, pois a bondade deste era infinitamente maior: “a todos meu avô ia dando uma resposta ou passando uma descompustura, mas cedendo sempre no que eles pediam” (REGO, 1980, p. 61).

Observamos que Tomás, José Paulino e Mariquinha conheciam bem as regras da dominação patriarcal, eram considerados “pais” por parte das população negra escravizada e seus remanescentes, achavam que estes não deveriam apanhar, mas consideravam a violência necessária e em momento algum tiram dos trabalhadores escravizados o *status* de “coisa”, “peças”, que lhe pertenciam e que podiam fazer o que quisessem com elas. Se os escravizados e os libertos eram submissos, ou ainda, nas palavras do narrador, “bons” ou de “bom calibre” e devotados ao trabalho, é porque tinham um comandante forte, segundo a narrativa.

Também podemos dizer que a violência no período escravista é mostrada nos romances como algo pessoal, sob o crivo do patriarca. Pois, se Ursulino, Lula de Holanda e tia Sinhazinha eram cruéis, a narrativa dá a entender que eles eram assim por simples capricho, que a violência não era parte do sistema patriarcal.

A autoridade era algo vital para o senhor de engenho, a ponto de, quando ela é desafiada, mata de desgosto um patriarca como Capitão Tomás. A desgraça de Tomás Cabral foi os defeitos do “moleque” Domingos que insistia em fugir e desafiar seu

poder de mando dentro do engenho Santa Fé. A autoridade, a “escravatura gorda”, representava muito para Tomás, tanto é que com a fuga de Domingos não consegue superar a situação, entra em uma crise profunda e morre.

A senilidade de José Paulino era algo preocupante no Santa Rosa pois representava a decadência de sua autoridade e todos pressentiam que também era o fim do Santa Rosa: “Na sua fábrica era ele a peça principal da engrenagem, a roda volante”. Aos 86 anos, Paulino já não tinha mais tanta disposição para o trabalho: “Ouvia o velho José Paulino tossindo. Já andava mais curvo, o seu grito de mando não ia tão longe” (REGO, 1969, p. 10). Não tinha mais paciência para atender os subordinados e pedia para não ser incomodado, considerava-se pobre, reclamava da crise da economia açucareira. Devido sua debilidade crescente, segundo a narrativa, os homens do eito paravam de obedecê-lo, causando indignação do narrador-neto: “Eram todos uns ladrões. Não vinham para o eito, só queriam vadiar. Não havia um que prestasse, tudo a mesma cambada” (REGO, 1969, p. 24).

Em *Bangüê* quando é narrado os últimos momentos de José Paulino como o grande patriarca, fato marcante em sua decadência é quando neto o encontra chorando e questiona: “Que queriam dizer aqueles olhos umedecidos do velho José Paulino? Sofreria por alguma coisa? [...] Vi-o absolvido de todas as suas fraquezas, de todos os abusos de sua autoridade” (REGO, 1969, p. 37). Paulino entrou numa melancolia que não saía mais. Com bronquite, José Paulino falece após setenta anos de domínio absoluto dentro do Santa Rosa. Seu ex-escravo favorito, João Rouco, resumiu na narrativa o que isso significava: “Acabou-se tudo” (REGO, 1969, p. 118). O narrador não esconde a sua revolta ao descrever o enterro: “Lá fora entregamos [o caixão] aos cabras, para os seu ombros robustos. Iam levando agora o senhor que lhes dera tantos gritos. Eram os filhos da puta, os ladrões que conduziam para a cova o Coronel José Paulino reduzindo a nada” (REGO, 1969, p. 119). Mas, logo remenda, os moradores choram muito pela morte do patriarca: “O velho era bom. Iria para o céu. Ursulino não. O que dava nos negros, o diabo viera buscá-lo” (REGO, 1969, p. 119).

A partir da morte de José Paulino, o exemplo de grande patriarca será uma lembrança que rondará a vida de toda uma geração vindoura: seu neto Carlos Melo, seu filho Juca e seu vizinho Lula de Holanda. Observaremos nas narrativas que a figura de José Paulino é tratada como um exemplo a ser seguido.

Podemos perceber que, na perspectiva do narrador, o auge do período açucareiro se deveu, mais do que por motivações econômicas, às características pessoais dos

patriarcas. Quando esses morrem seus engenhos têm o mesmo destino: ficam de fogo morto, pois, como veremos, seus descendentes não terão a mesma autoridade, tanto no trato dos negócios como no trato de seus dependentes.

A pátria dos bacharéis *versus* patriarcado rural: Carlos Melo e Lula de Holanda

Luis César de Holanda Chacon era bacharel em Direito, filho de Antonio Chacon que morreu durante a Revolução Praieira de 1848, no Recife. O espírito de luta de seu pai que “morrera com as armas na mão, cercado de tropa, ao lado dos Afonsos de Japaranduba” (REGO, 1987. p. 208), dava a ele bastante prestígio, segundo o narrador de *Fogo Morto*: “Era um rapaz cerimonioso, de boa aparência e trato fino [...] tinha aquela barba negra de estampa, de olhos azuis, ar tristonho, a fala mansa” (REGO, 1987. p. 209). Luis Chacon, mais conhecido como Lula, herda o engenho Santa Fé de seu sogro Tomás Cabral, lembrando que o Santa Fé era um engenho menor encravado nas terras do Santa Rosa, que, segundo a narrativa de *Bangüê*, escapou da “fome” de latifúndio de José Paulino.

De Carlos Melo nada sabemos sobre sua descrição física ou expressões. Narrador das três obras iniciais do ciclo da cana-de-açúcar, *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê*, além de vizinho e afilhado, tinha a mesma formação de Lula. Neto de José Paulino, fora criado pelo avó devido ao trágico fato de seu pai ter matado sua mãe quando ele tinha três anos de idade. Depois que seu pai é internado em um manicômio, vai para o engenho Santa Rosa onde passa parte de sua infância e, aos doze anos, vai para um colégio interno em Itabaiana. Quando acaba os estudos retorna para o engenho de seu avô aos “vinte e quatro anos, homem, senhor do meu destino, formado em Direito, sem saber fazer nada” (REGO, 1969, p. 5).

Devemos observar que nos três primeiros romances do ciclo da cana-de-açúcar é o Carlos mais maduro quem narra: “o narrador opta [...] por escrever como se estivesse revivendo o passado, e não simplesmente por fazer um relato *a posteriori* dos acontecimentos” (TRIGO, 2002, p. 196, grifos do autor). Carlos, nestes livros, é um narrador que caracteriza o seu tipo social, retrata o autoritarismo patriarcal e de classe e, como narrador unilateral, ou seja, narrador-testemunha, tem sempre a última palavra, o que ele diz é tratado como *a verdade*.

Recorrendo a Roberto Schwarz (1977) para a análise, devemos lembrar que a matéria literária é historicamente formada, pois registra o processo social referente à sua existência. Mesmo que o escritor não tenha plena consciência disso.

Lula, Carlos e Juca, filho de José Paulino que será apresentado posteriormente, representam a mesma geração: a dos bacharéis. Além da formação, os dois primeiros têm em comum falta de talento, apesar da vontade, para administrar os engenhos que herdaram. Segundo Gilberto Freyre, os bacharéis eram incapazes de tolerar “a vida rural em sua pobreza rude” (FREYRE, 1968, p. 574). O narrador também percebe esse fato, Lula é descrito pela voz de seu sogro como:

[...] um homem soberbo. Nunca vi senhor de engenho com tanto luxo. Nunca vi este homem a pé, correndo os partidos. Veja você o Coronel José Paulino. Não sai de cima dum cavalo. E é rico de verdade. O Coronel Lula, não. Vive montado naquele cabriolé como um rei (REGO, 1987, p. 48).

[...] era homem da cidade, só podia sentir-se sem jeito pelo trabalho no campo (REGO, 1987, p. 259).

Em Carlos encontramos a mesma falta de talento narrado de maneira angustiada pelo protagonista:

Queria [José Paulino] que fosse bacharel. Fui bacharel. Não era da espécie que ele admirava, daqueles que soubessem fazer uso da carta, que botassem as coisas para a frente. Era um neto mole, sem saber falar no júri, sem coragem para a vida. Aquilo que mais lhe repugnava vivia comigo deitado na rede: a preguiça. Já que não dera desempenho para carta, porque não montava a cavalo pelos partidos, vendo o serviço, brigando com o feitor, descompondo os trabalhadores (REGO, 1969, p. 45).

Tanto Lula como Carlos adoravam conversar sobre política, ler jornais e romances. Os bacharéis, em sua maioria, eram filhos de senhores de engenho, cujo meio político foi a maneira de ascensão para grande parte destes. O que percebemos nesses dois personagens é, a princípio, um certo prestígio entre os parentes devido ao fato de estes terem estudado pois neles era depositada a esperança de trazer benefícios para a família, ou seja, aumentar o poder de influência dentro da elite e do aparelho estatal, o que é bem demonstrado na citação acima de Carlos Melo, quando fala da vontade de seu avó. A propósito do bacharelismo segundo Sérgio Adorno (1988):

O bacharel acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre estamento patrimonial e os grupos sociais locais. A criação de uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal, nascida no bojo da

sociedade agrário-escravista, compreendida, na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo, possibilitou a separação entre o poder doméstico e poder público [...] (ADORNO, 1988, p. 78).

Quando o assunto da sucessão do engenho se torna presente o problema descrito por Gilberto Freyre é reafirmado pelo narrador do ciclo da cana-de-açúcar. Na análise de Freyre em *Sobrados e Mucambos* (1968) os bacharéis, que o sociólogo chama de “aristocracia de toga e beca” (FREYRE, 1968, p. 570), anteciparam a decadência do patriarcado rural, mas deixa claro que a culpa da decadência é dos próprios patriarcas que deixaram seus filhos irem para Europa ou estudar nas grandes capitais de províncias brasileiras. E por isso, esses não se adaptaram e nem se identificaram com a vida no campo e muito menos conseguiram administrar os engenhos.

Carlos Melo, durante a narrativa de *Bangüê*, quando o personagem adulto é apresentado, reflete sobre a vontade de continuar o legado de seu avô:

Sim, eu queria continuar a minha gente, ser também um senhor rural. Era bonito, era grande a sucessão de meu avô. *Fazia cálculo, sentia orgulho em empurrar o cacete de patriarca do velho José Paulino.* Seria um continuador. [...] Viam-se nesses homens toscos como verdadeiros aristocratas, comendo com facas de prata e andando de carruagem. A tradição dessa vida enchia de orgulho de ter saído de tal gente. Ia longe nos meus sonhos, pensava em montar no humilde Santa Rosa o luxo dos meus antepassados (REGO, 1969, p. 6, grifos nossos).

Observamos que o cajado, símbolo do poder e instrumento de autoridade, é descrito como algo romântico tirando sua carga de violência, suavizado pela “bondade” de Paulino:

É o cacete do patriarca (forte símbolo fálico do poder) que o neto intelectual 'sentia orgulho em empurrar' através do 'cálculo' da imaginação narrativa. Conseguir a continuidade da tradição é o desejo presente no nível do enunciado, embora a narrativa constitua-se na comprovação do fracasso do narrador (D'ANDREA, 1992, pp. 78-79).

Ao mesmo tempo que tem vontade de seguir os passos do avô, Carlos sente-se incomodado em relação ao idealismo que se criou em torno do mundo patriarcal, como observamos na citação retirada de *Bangüê*: “quando ia ao engenho, pelas férias, a realidade do Santa Rosa, a mesa grande, os bancos duros, a telha-vã, os banhos de cuia, as precisões feitas no mato, baixavam o meu fogo, abrandavam as minhas prerrogativas senhoriais” (REGO, 1969, p. 6).

Devemos ressaltar que esses filhos-netos da aristocracia rural chegaram com novas ideias, a primeira geração fora formada na Europa, por Coimbra, Montpellier, Paris, Inglaterra e Alemanha, e posteriormente pelos cursos de Direito do Recife e de São Paulo, medicina na Bahia e Escola Politécnica no Rio de Janeiro: “eles foram indutores de novas idéias liberais [...] em Pernambuco vieram despertar a consciência nacional para o valor do mestiço e emancipação do elemento dos escravos, bem como sua importância na formação do produto nacional bruto” (SILVA, 2003, p. 243). O que observamos dentro de toda narrativa de *Bangüê* é que Carlos Melo é um herdeiro das ideias liberais, mas se encontra extremamente vinculado ao mundo patriarcal, ou seja, está presente em suas reflexões um conflito entre as ideias liberais, latentes no Brasil da época, e os ideais da aristocracia rural, a qual era pertencente.

Podemos observar esse conflito ao comparar o trecho citado anteriormente, quando esse revela sua vontade de continuar a herança patriarcal, ao trecho em que fala de Josefa, uma criança negra também descrita em *Bangüê*, criada por sua tia Sinhazinha: “Que aristocracia rural, que coisa nenhuma! Eram todos uns selvagens de marca. Estava ali Josefa apanhando de ferro, com onze anos, dada de presente como cutia, um tatu” (REGO, 1969, p. 37). A ambivalência ideológica presente na elite brasileira, e observada neste romance foi apontada por Roberto Schwarz em seu livro *Um mestre na periferia do capitalismo*:

Estas [a elite] se queriam parte do Ocidente progressista e culto, naquela altura já francamente burguês (a norma), sem prejuízo de serem, na prática, e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do mesmo Ocidente (a infração). (SCHWARZ, 2008, p. 42).

Tanto Lula quanto Carlos são tomados pela ganância quando herdaram suas propriedades, têm vontade de ser poderosos, líderes, mas logo demonstram os destemperos do comportamento. Lula⁸, segundo a narrativa de *Fogo Morto*, era muito rígido e não queria “vadiação” no engenho, todos os escravizados teriam de rezar *Ave-maria* e não poderiam mais rezar para São Cosme e São Damião, ou seja, eles deveriam abandonar suas manifestações culturais, além de maltrata-los: “chicote cantava no lombo dos negros sem piedade” (REGO, 1987, p. 233), por esse motivo o narrador entende que uma maldição assolou o Santa Fé, pois o número de escravizados era cada vez menor,

⁸ Com Lula voltamos a falar do período escravista, durante sua trajetória no Santa Fé é que a Abolição ocorre, fato que veremos posteriormente.

Os negros sofriam com seu Lula [...] O senhor de engenho do Santa Fé tinha um escravo que matava o negro na peia, ninguém podia compreender aquela transformação na escravatura do Santa Fé. Sempre foram negros mansos, cordatos, e agora para trabalhar só faziam apanhando (REGO, 1987, p. 241).

É interessante observar que mesmo recriminando Lula por tratar seus subalternos de forma violenta, o próprio narrador utiliza expressões relativa a animais na narração destes, expressões como “lombo” e “manso”. Observamos, assim, que o narrador cobra de Lula de Holanda uma determinada ética que era encontrada supostamente em José Paulino e em Tomás de Melo em relação aos seus dependentes.

Em *Bangüê*, Carlos Melo herda o engenho de seu avô e três anos após o falecimento de Paulino, o Santa Rosa é considerado um engenho decadente, os libertos que viviam e eram a alegria da casa-grande tornam-se um peso: “As negras engordavam de graça.” (REGO, 1969, pp. 127-128). Carlos não sabia explicar a decadência, afirma que tinha dinheiro e mocidade, como outrora tivera Lula no Santa Fé, mas de nada adiantava, o *destino* decadente dos dois estava traçado:

Procurava fazer o que vira o meu avô fazendo. Acordava de madrugada e até a hora do almoço ficava no serviço. Voltava outra vez e chegava à tardinha regime de um dois dias. Quase sempre acordava com o sol alto. O feitor que desse conta de tudo. Mas não era infeliz, não me enfadava (REGO, 1969, pp. 126-127).

À preguiça é atribuída a decadência destes personagens e suas propriedades. Carlos, como Lula de Holanda, também se torna violento, e não tinha a mesma força da autoridade de Paulino, como observamos no fato narrado:

O feitor me trouxe uma família inteira na corda. Encontrara aquele povo de feixe de lenha na cabeça, na estrada da vila [...] eram uns cinco. Pai mulher e filhos. Nicolau acusou:
- Encontrei na estrada este povo com o roubo na mão.
E eles se defendiam com lágrimas nos olhos:
- Não era para vender não, Seu Dotô. Pela graça de Deus que não era. Estava levando estes pauzinhos para casa.
Mas mandei botar no tronco, para exemplo. Na rede, fiquei com a sentença na cabeça.
[...]
E me balançava. Ia lá para cá, com a sentença iníqua na cabeça. Era demais. E fui eu mesmo ao tronco retirar o homem.
A mulher e os filhos urravam na porta da estrebaria. Fossem urrar no inferno. O pai já estava solto. Dei-lhe uns gritos [...] Falava-se deles, como de rato [...] com o velho José Paulino faziam o mesmo [...] O velho acostumara a perna no tronco, perdendo a vergonha para aquele castigo, que era a última degradação a que ali se podia chegar (REGO,

1969, pp. 131-132).

Ou nessa outra situação: “Gritei para o moleque para me trazer um cavalo selado. Demorava-se. Chamei nomes feios. E quando ele chegou, com o Coringa, tive ímpetos de meter-lhe os pés: - Cachorro do bute”. Mas, logo depois, Carlos se arrepende: “Encontrei Mané Pirão com um carro de olhos de cana para o gado. Perguntei-lhe uma besteira qualquer, para agradecer. A resposta engasgava. E nem ouvi o que disse” (REGO, 1969, p. 87).

Devemos ressaltar que em *Bangüê* a escravidão já se encontra abolida, na realidade, a escravidão é abolida quando Carlos não era nascido. O que nos mostra que mesmo com a instituição finada suas relações escravistas persistem.

Carlos comenta: “Mal me via com o cajado na mão, fazia as mesmas coisas que os outros. E o velho José Paulino ainda tinha fama de bom” (REGO, 1969, p. 147). Nesse momento, percebemos nitidamente as oscilações do narrador-personagem, que conhece bem e tem consciência das regras da dominação patriarcal, ou seja, da pedagogia da violência e se aproveita dela, e enquanto homem intelectual, bacharel de Direito que defende as ideias liberais, critica os atos violentos.

Mas o narrador se encontra tão vinculado ao pensamento patriarcal que este predomina frente às ideias progressistas. Em *Bangüê*, quando a personagem Maria Alice, prima distante de José Paulino que vai morar no Engenho Santa Rosa, e faz comentários e pontua as contradições entre a casa-grande e o banguê, deixa Carlos ofendido:

Concordava achava tudo aquilo uma espoliação, como se não fosse a minha gente que viesse há anos vivendo daquele regime monstruoso, como se eu não tivesse sido criado com o suor daqueles pobres-diabos, e os nove engenhos do meu avô, a sua riqueza, não proviessem daqueles braços e da fome de todos eles. Achava Maria Alice que os senhores de engenho podiam pagar mais alguma coisa. Não ganhavam tanto, não comiam tão bem! (REGO, 1969, p. 60)

Maria Alice sugere que Carlos Melo escreva um livro denunciando para a sociedade a situação de pobreza dos cabras do eito. Ele gosta da ideia mas pretende utilizá-la em benefício próprio: “Seria um gesto grandioso, porque viria de um que herdaria mais tarde essa terra e esses homens” (REGO, 1969, p. 60) e continua “Seria bonito: levantar-me a favor dos meus servos” (REGO, 1969, p. 73). A partir do relacionamento entre Carlos e Maria Alice, Moema D'Andrea (1990) aponta a chave da ambiguidade do narrador de *Bangüê*: “enquanto descendente do patriarcado rural ele é coerente com essa visão de mundo: herda as terras e os homens. Mas enquanto arquiteto

da narrativa o deixa filtrar a vida subumana dos trabalhadores braçais” (p. 4).

Em *Fogo Morto* (1943), a Abolição é descrita da seguinte forma: “Chegou a abolição e os negros do Santa Fé foram para outros engenhos” (REGO, 1987, p. 242). Só o boleeiro Macário ficara no Santa Fé, pois gostava do ofício. Já os escravizados do Engenho Santa Rosa não abandonaram aquela propriedade, como já citado, pois: “Eram amigos do senhor de engenho” (REGO, 1987, p. 245). Sendo assim, a narrativa reforça uma ideia já demonstrada antes, que a violência no período da escravidão era uma questão pessoal, quem era violento era Lula, a “culpa” era dele, não do sistema escravista que implicava na violência; pois, José Paulino, dono do Santa Rosa, ao contrário de Lula, era um bom senhor de engenho.

Ainda segundo a narrativa de *Fogo Morto*, todos os escravizados dançaram de alegria na festa da libertação, mas logo depois veio a dura realidade, pois a maioria dos libertos não tinha para onde ir, tanto que o liberto Macário traz para o Santa Fé mais três ex-escravizados para cuidar do engenho.

Amélia, mulher de Lula, reclamava da falta de gratidão dos escravizados de seu engenho, pois não quiseram ficar após a abolição, principalmente as escravas da cozinha:

Lembrava-se do negro Nicolau. Ainda hoje passava ali pela porta do engenho e não parava para dar duas palavras. Apanhou como negro ruim, por ordem de Lula. E as negras velhas de sua mãe? Germana, Luisa, Joana todas se foram de uma vez para sempre. Nem uma vez voltaram para o Santa Fé para uma visita. Sabia que a cozinha do Santa Rosa vivia cheia de negros da escravatura. Em todos os engenhos ficavam os escravos que não queriam abandonar seus senhores como se fossem criaturas da casa-grande. Ali ninguém parava [...] Via aquele negro Nicolau já bem velho, passar pela porta e mal tirar o chapéu. Parecia um negro de longe, que nunca parara no engenho (REGO, 1987, p. 252).

Nessa citação aparecem elementos que Hebe Castro (2001) observa quando afirma que muitos proprietários contavam com a gratidão de seus escravos após a abolição, pois contavam com a força dos laços pessoais e comunitários estabelecidos nas regiões ou nas fazendas, o que de maneira geral não funcionou e, segundo a historiadora, foram raras as fazendas que contaram com seu antigo pessoal.

Podemos notar que, segundo entende o narrador, os escravizados de Seu Lula teriam se rebelado justamente porque ele não era um homem de pulso como o seu sogro, o velho Capitão Tomás e, assim, seus escravizados desandaram. Os escravizados em outra época eram submissos, ou ainda, nas palavras do narrador, “bons” ou de “bom

calibre” e devotados ao trabalho, pois tinham um comandante forte.

É interessante observar que Lula e Carlos Melo ao final de suas trajetórias têm como única companhia homens negros. Lula tem como companhia seu afilhado, o liberto Floripes. Já Carlos além de humilhado pelo antigo escravo de seu avô, Marreira, tem como única companhia o feitor Nicolau. Personagens que serão descritos futuramente.

Como solução para esses dois personagens, nos é apresentado em *Bangüê* que Lula morre sem dinheiro nem sequer para pagar o enterro, que é bancado por seu afilhado e funcionário de José Paulino, José Ludovina. E Carlos Melo “foge”, segundo termo da própria narrativa, depois de vender o engenho para seu tio Juca e comenta: “Era um homem rico. O bolso cheio de contos de réis [...] Estava fingindo pena pelo destino dos meus cabras” (REGO, 1969. p. 210). E mais uma vez a narrativa mostra a ambiguidade do narrador, pois mesmo se sentindo livre ao vender o engenho e do peso da descendência de José Paulino, não deixa de chamar os trabalhadores livres de “meus cabras”, ou seja, de sua propriedade. Ou seja, mesmo querendo negar a perspectiva patriarcal essa se encontra introjetada na sua visão de mundo.

Entre a antiga ordem patriarcal e a nova ordem burguesa

Juca é narrado como um personagem menor durante as três primeiras obras do ciclo da cana-de-açúcar, *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê*, e que vai ter destaque no romance *Usina*. Em *Menino de Engenho*, ele nos é apresentado como o filho de José Paulino, bacharel em Direito, sem emprego e que, para desgosto de seu pai, sempre “apronta” com as chamadas mulatas e introduz Carlinhos, seu sobrinho, ao mundo da pornografia.

Em *Bangüê*, já casado com a filha de um proprietário de terras, Juca é narrado como o parente ambicioso que torce pela morte do pai para se aproveitar da herança, e que logo após a morte deste entra em briga judicial com Carlos pelo direito de ficar com o Santa Rosa, o que não consegue a princípio. Sua grande ambição só se realiza quando o engenho se encontra em decadência.

Assim de simplesmente Juca ou Tio Juca, em *Menino de Engenho* e *Bangüê*, esse se transforma em Doutor Juca no livro *Usina*. Segundo o próprio José Lins do Rego, a história desse livro é:

[...] a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes, devorando cana madura que as suas terras fizeram acamar pelas várzeas. Carlos de Melo, Ricardo e Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito do outro. Uma grande melancolia envolve as sombras. Carlinhos foge, Ricardo morre pelos seus e o Santa Rosa perde até o nome, se escraviza (REGO, 1973, p. 2).

Narrada em um período no qual os engenhos de cana-de-açúcar se encontram em franca decadência, Juca será o líder na tentativa da família modernizar-se. Assim, o engenho Santa Rosa morre, surge a usina Bom Jesus. E a sede do antigo engenho Santa Rosa se torna sede da usina devido às suas condições naturais, segundo a narrativa.

A ideia seguida com persistência pela narrativa de *Usina* é a comparação entre o antigo sistema econômico, representado pelo engenho e o trabalho escravo, e o novo sistema representado pela usina e o trabalho livre assalariado, mas sempre reafirmando a superioridade do primeiro.

O personagem Juca é alvo constantemente de comparação com José Paulino e, nos seus pensamentos, ora justifica ora tenta convencer-se de sua superioridade em relação ao pai, como observamos no seguinte trecho:

Usina não era banguê que se dominava com grito. Todo o respeito era pouco para sustentar o prestígio, fazer-se respeitar. Sabia que o povo se queixava dele, trazendo sempre o seu pai na frente para comparar. O velho José Paulino fora de seu tempo. Queria que ele viesse dirigir uma usina, com aquele seu sistema de vida, com aqueles gritos, aquele barulho todo, para no fim não fazer nada. Tinha que ser duro com o povo. Bem duro, mesmo, senão tomavam o cabresto nos dentes e fariam como aquela gente das Figueiras fizera com o seu sobrinho Carlinhos, revoltando-se (REGO, 1973, p. 143).

Para o narrador de *Usina*, já de início, Juca demonstra-se bem diferente do pai:

[...] enfeixara-se em suas mãos todos os poderes dessa transformação. Aquela energia tranqüila do pai, no filho era só ambição de mandar, de ser rico, de mostrar-se. A ideia de usina fora sua. A decadência do banguê, onde o velho fizera uma fortuna espantosa, animava-o a tentar a grande aventura (REGO, 1973, p. 43).

A família apoiou o empreendimento de Juca fornecendo cana, mesmo um pouco desconfiada, segundo o narrador, o que lhes chamava atenção era o lucro da usina: “Aquilo que José Paulino levava 80 anos juntando, o seu filho ganhava numa safra” (REGO, 1973, p. 70).

A primeira medida tomada por Juca como proprietário da usina Bom Jesus foi

acabar com a senzala que ficava na frente no engenho “[...] não ficava bem defronte de uma residência de usineiro [...] não tinha mais para lhe tomar a frente o arruado feio de taipa, com aquelas negras sentadas pelo chão tirando sestas. A casa-grande brilhava livre daquela feiúra” (REGO, 1973, p. 45). Mandou as antigas escravas “crias-da-casa” para uma casa dita mal-assombrada, longe do engenho. Como também os moradores próximos à casa-grande, pois a “usina não permitia que o povo ocupasse um pedaço de terra que fosse boa de cana” (REGO, 1973, p.54). Ou seja, a usina exigia uma relação racionalizada visando o lucro. Juca fez todas as mudanças mesmo com a desaprovação de sua mulher, D. Dondon, que era considerada uma “santa” pelas antigas escravas e cuja função no corpo do romance é narrar as desaprovações em relação às atitudes do usineiro. Logo após a destruição da senzala, outra medida tomada foi colocar grades na porta da cozinha, cômodo que outrora significou o lugar de confraternização entre negros e brancos, segundo a narrativa. Assim, as antigas escravas foram “demitidas” em detrimento de uma cozinheira do Recife. Juca justificava: “O pai consentira naquilo porque se viciara com aquela vida. Não ficava decente aquelas negras passarem o dia ali conversando [...] Aquele povo devia saber que o tempo do velho José Paulino havia passado” (REGO, 1973, p. 50). Em meio a todas essas mudanças, havia uma justificativa sempre presente na narrativa: “usina era assim mesmo”.

É importante observar que os diálogos no romance são raros, sendo assim o que os personagens pensam passa pelo filtro do narrador. É por esse filtro que percebemos as comparações de Juca, as contraposições entre a usina e o engenho, as críticas de Dondon à nova vida de mulher de usineiro e as transformações das formas de trabalho. Não raro se confundem as intervenções diretas do narrador com o fluxo de consciência das personagens.

Segundo o narrador todos reclamavam da vida na usina comparando com que ele chama de “bons tempos”, pois “cativeiro era melhor do que isto” (REGO, 1973, p. 89):

O povo pobre reclamava a vida. Tivera que botar para fora muita gente viciada com os tempos do velho José Paulino. Queriam ficar na propriedade, desfrutar as terras e fugir das obrigações. O seu tio Lourenço acolhera no Gameleira uma porção deles. Em bangüê podia ser, mas usina não podia agüentar morador com regalias [...] Usina pedia as terras livres para cana. Do contrário teria que estragar o seu trabalho se fosse amolecer o coração. Havia muita diferença dum coração de senhor de engenho para um coração de usineiro (REGO, 1973, p. 141).

Observamos que a racionalidade que a ordem burguesa exigia era um grande

problema na perspectiva do narrador, mas a questão central estava relacionada à diferença entre o coração do usineiro e o coração do senhor de engenho. A mudança é percebida pela narrativa do ponto de vista moral e emocional, não como uma contingência histórico-econômica.

Apesar das transformações, podemos perceber que as relações de trabalho na usina continuaram permeadas por traços patriarcais. É o que observamos nos trechos:

[...] De vez em quando os vigias chegavam na usina com uma feira deles. Estavam nos canaviais chupando cana pegados num delito grave. A '*macaca*' cantava. Era ordem: moleque que fosse encontrado nos partidos, roubando, não tivessem pena (REGO, 1973, p. 117, grifos nossos).

Ninguém podia chupar cana de usina. Aquilo ali não era o Santa Rosa, aonde não se ligava àquelas coisas. Chupar cana de usina era um crime. Num dia em que pegaram um Pinheiro com a flor-de-cuba nos dentes *deram com ele no tronco*. Era ordem do usineiro (REGO, 1973, p. 101, grifos nossos).

Ou seja, essas eram ordens daquele que não tinha consideração pelos seus, só pensava no lucro, algo que segundo o narrador não acontecia no passado, no engenho Santa Rosa.

São recorrentes as falas que num primeiro momento se levantam contra o usineiro, as reclamações dos antigos trabalhadores do Santa Rosa que ao longo de todo o romance se perguntam como pode Dr. Juca ser filho do velho José Paulino, pois segundo os próprios, o último nunca negou litro de leite, todos podiam chupar cana, atendia a quem precisasse e andava pela propriedade, algo que Juca raramente fazia. Nas reflexões de Ricardo, personagem negro que retorna à várzea da Paraíba depois alguns anos no Recife:

Bem bom era o Santa Rosa do Coronel Zé Paulino [...] A mãe entrava e saía pela cozinha da casa-grande. Ali do barracão ele via as grades da cozinha de agora. Aquilo mais parecia uma cadeia [...] O que seria dele com mais uns tempos? Talvez que negro de esteira, tombando cana a noite inteira, igual aos outros que não sabiam que eram gente de verdade (REGO, 1973, p. 119).

É interessante observar que segundo a narrativa de *Usina*, eram os antigos cabras do eito que defendiam o patriarcalismo. O que era considerado prisão, cativo era a vida de trabalhador de usina não a de escravizado, segundo o narrador. O que nos leva a pensar em um desamparo devido ao fim do patriarcalismo, ou seja, que os maiores prejudicados com o fim dos engenhos foram os escravizados, uma crença compartilhada

com Gilberto Freyre:

O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente. Muitas casas grandes ficaram vazias, os capitalistas latifundiários rodando de automóvel pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com francesas de aluguel (FREYRE, 2003, p. 51).

Apesar de o narrador de *Usina* desaprovar muitas de suas atitudes, Juca não é considerado um homem mau, pois não fazia como seu grande rival Dr. Luis, dono da usina São Félix, que expulsava os vizinhos e pagava quase nada: “a sua balança estava ali pra quem quisesse ver. Não tinha as manhas de Dr. Luis, aquele jeito de querer as coisas e disfarçar, de estar roendo de raiva por dentro e por fora aquele sorriso, aqueles agrados, a palavra mais doce do mundo” (REGO, 1973, p. 144). Para o narrador, esse sim, explorava o povo, mas mesmo assim gostavam dele. É interessante observar que a descrição de Luis se aproxima a de José Paulino: “homem de capacidade, que estava sempre disposto ao trabalho, um exemplo de nordestino, que vencia pelo trabalho e pela honradez” (REGO, 1873, p. 255). E que ao contrário de Juca, não esbanjava dinheiro com amantes e sabia que tipo de cana era plantada em sua propriedade.

Na ânsia de expandir a usina, Juca precisa hipotecar as terras como garantia do empréstimo que foi tomado junto aos bancos. Fato que causa preocupação na família que vivia nos engenhos vizinhos, para esses hipotecar as terras significava descrédito, simbolizando, também, a perda da honra e do orgulho. Mesmo com máquinas modernas e moendas, a usina Bom Jesus não suporta a queda contínua no preço do açúcar. Com a derrocada iminente, a presença de José Paulino torna-se mais constante nas lembranças de Juca, segundo o narrador de *Usina* “[...] O velho seu pai governara o Santa Rosa por mais de oitenta anos. Lembrava-se bem dele, acordando de madrugada para o banho frio. Os galhos daquele tronco apodreciam. Não havia na família inteira um moço com força de ir muito além” (REGO, 1973, p. 229).

Os parentes consideravam que a vida luxuosa levada por Juca e sua família era o principal responsável pelo endividamento da Bom Jesus. Nesse momento de decadência, os pobres voltam a frequentar a cozinha da usina, as chamadas negras vão para a casa-grande para cozinhar, e D. Dondon volta a atender o povo necessitado.

A percepção de que os descendentes da geração de José Paulino não possuem nem a força nem a grandeza do patriarca, apontada pelo narrador de todas as obras do

ciclo da cana-de-açúcar, desde de *Menino de Engenho* até *Fogo Morto*, é apontada também por D. Nenen, tia de Juca, para quem ver a casa que fora de José Paulino habitada por desconhecidos, na ocasião em que um americano especialista em usina de açúcar e sua esposa moram na antiga casa-grande do Santa Rosa, era:

[...] um fim de mundo [...] Quem diria que o casarão do Santa Rosa terminasse dividido em duas casas? Tudo isso porque aquele Carlinhos não tivera coragem de agüentar o repuxo. Sangue do seu povo estava degenerado. Onde um homem, como José Paulino? Manuel César, Lola de Oiteiro, Quincas do Engenho Novo? Os antigos não deixavam rastros, tinham-se ido para sempre. O seu sobrinho Juca andava de automóvel grande pelas estradas, mandava filhos para colégio no Recife, a mulher num palacete na Paraíba, mas quem podia comparar Juca com o pai, com o coração e as qualidades do pai? Podia ser que fosse tolice, podia ser atraso [...] mas nenhum daqueles moços da família chegavam aos pés dos antigos (REGO, 1973, p. 171).

No fim, Juca muda-se com a família e as “negras”, carregadas como se fossem objetos pertencentes à família, para um engenho na caatinga, herança de sua esposa, D. Dondon. Doente e com muitas dores, Juca sente-se derrotado e humilhado diante dos parentes. Sentia-se como seu Lula, o símbolo maior de decadência nos romances do ciclo da cana-de-açúcar:

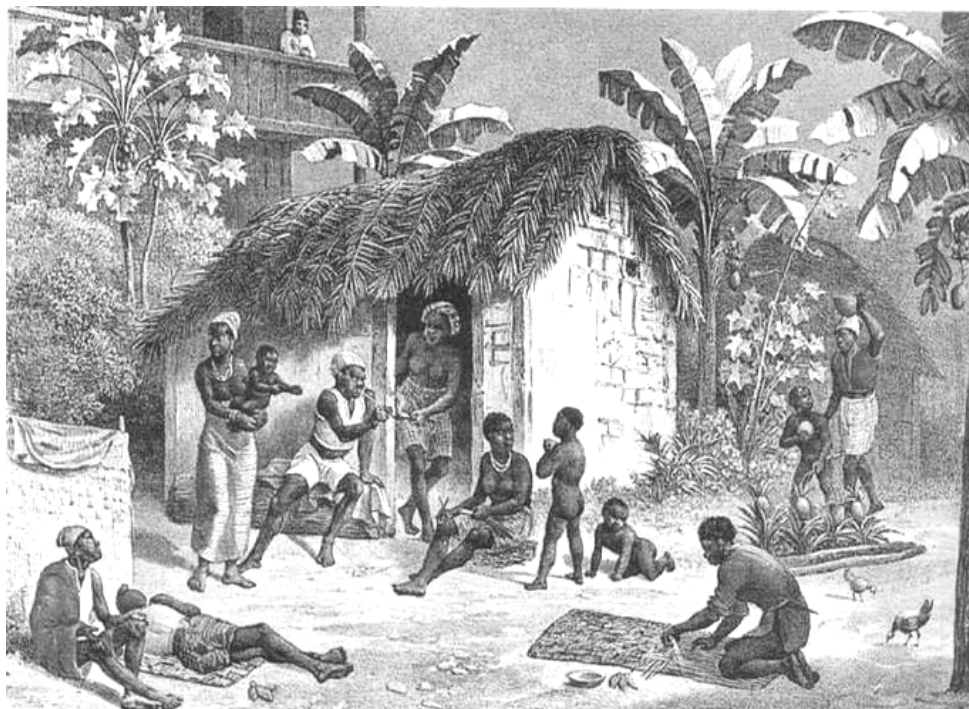
Tudo se perdera. Chegara uma ventania, carregando tudo o que era seu. Os filhos no colégio às custas do sogro, Clarisse se casando com as economias da mãe. E aquela carta de Vergara, prevenindo que não mandaria mais manteiga para a casa-grande. Uma casa-grande que nem podia comprar umas latas de manteiga. Lembrava-se de seu pai [...] Seu Lula morrera como um senhor. Dentro do Santa Fé mandara ele até o último suspiro. O melão cobria o bueiro do engenho, as bestas das almanjarras morreram de velhas, mas tudo era de seu Lula. Nunca de uma venda no Pilar voltara um portador de seu Lula, porque o pouco que o velho comia era pago na frente. Vergara mandara aquela carta. Um usineiro mais baixo na miséria que o seu Lula, do Santa Fé (REGO, 1973, p. 232).

Fica claro na perspectiva narrada que a decadência de Juca se deve ao fato que esse não tinha vocação para a vida de usineiro, pois cedia aos luxos e à tentação que o dinheiro trazia. Mas também há uma espécie de maldição que, não raras vezes, sai da boca de algum personagem negro (Feliciano, Generosa) ligado à antiga ordem, em termos da espécie: “[...] Deus não se esquecia, que Deus vingaria” (REGO, 1973, p. 114), devido aos desaforos a que foram submetidos com o fim da era patriarcal, reforçando a ideia de que esses foram os maiores prejudicados e que não haveria outra saída para os remanescentes da escravidão, a não ser a manutenção do regime patriarcal,

tanto que, quando tudo se acaba, apesar de todas as humilhações sofridas, as “crias-da-casa” continuam com os descendentes de José Paulino.

Capítulo III

Entre a resistência e a cooptação: os homens negros



Habitações de negros. Rugendas, Johan Moritz, s/d.

[...] a imagem do 'bom negro' associa-se a expectativas bem definidas de submissão, lealdade e conformismo diante da situação de interesses da 'raça dominante' [...] quanto mais se prender ao modelo de criado fiel e devotado e fizer jus aos atributos correlatos, mais o negro encontra correspondência afetiva, compreensão e consideração do ânimo do 'branco'. (Florestan Fernandes)⁹

⁹ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus e EDUSP, 1965, p. 229.

Os africanos vieram para o Brasil sob o regime do trabalho forçado e após se verem “livres”, enfrentaram vários desafios. Para os últimos cativos era de extrema importância se afirmarem como livres e não mais como libertos e, conseqüentemente, cidadãos, o que não foi uma tarefa fácil.

Nas obras aqui analisadas, *Menino de Engenho*, *Bangüê*, *Usina* e *Fogo Morto*, o período escravista até a abolição é narrado, somente na segunda das três partes do livro *Fogo Morto*, no restante desta obra e nos outros três livros a abolição da escravidão já havia ocorrido. Mas, como iremos perceber, as heranças do regime escravista irão permanecer latentes. Como aponta Alencastro (2001), as relações sociais ficaram por muito tempo tributadas pela ordem privada escravista que vigorou por mais de três séculos e meio em nosso território e as narrativas do ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego do Rego parecem estar bastante impregnadas desta permanência.

Nas obras de José Lins do Rego, os personagens negros, na qualidade de escravizados, mais especialmente os libertos, povoam a narrativa apesar de nenhum deles serem personagens centrais. Tais sujeitos ocupam uma posição importante ainda que pouco nos será dito sobre eles além do relato de suas ações desencadeadoras de mudança no rumo da história das personagens centrais, os brancos proprietários de terra.

Os personagens negros no geral das histórias aqui analisadas não têm fisionomia própria, não se sabe de suas características físicas, pois estas quando aparecem são filtradas através do olhar dos personagens brancos. Nas duas primeiras obras, *Menino de Engenho* e *Bangüê*, esses personagens são observados pelo olhar do narrador-personagem Carlos Melo; já em *Fogo Morto* e *Usina*, suas descrições são feitas a partir do olhar dos outros personagens brancos. Com raras exceções, sabemos de suas origens e histórias.

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, devemos lembrar que a obra literária é fruto do momento em que foi escrita e trás em si as transformações de uma sociedade. Tomando como base a aceção de Auerbach (2006), devemos lembrar que a obra literária tem uma realidade própria, essa não representa a realidade em si e tampouco é sua cópia fiel. Como mostra a análise de Leopoldo Waizbort a respeito do filólogo alemão: “[...] não se trata de uma realidade dada de antemão, a literatura estaria a expor, mas sim uma realidade que é exposta *na* literatura” (WAIZBORT, 2002, p. 239,

grifo do autor).

Os meninos da bagaceira e as lições do patriarcalismo

Palavra de origem africana, *moleque* segundo o dicionário Aurélio tem vários significados, entre eles: “1. Negrinho. 2. Individuo sem palavra, ou sem gravidade. 3. Canalha, patife, velhaco. 4. Menino de pouca idade. [...] 6. Diabo. 7. Engraçado, pilhérico, trocista, jocoso. 8. Canalha, velhaco” (FERREIRA, 1975, p. 937). Nas obras aqui analisadas de José Lins do Rego, o significado desse termo se encaixa em todos os itens citados acima variando de acordo com o contexto. Quando narrada a infância de Carlos, no romance *Menino de Engenho*, esse termo se refere invariavelmente aos meninos e aos adolescentes negros que têm uma vida desregrada sem mãe ou pai presentes, que ficam até tarde nadando nos rios, vagando pelos engenhos e recebendo descomposturas de todos. Os chamados moleques da bagaceira são presença constante na narrativa, mas dificilmente são identificados.

Observados com um misto de admiração e estranheza pelo menino Carlinhos, os moleques representavam a liberdade, pois podiam fazer o que “queriam”. Segundo o narrador, os moleques faziam qualquer coisa melhor que os meninos da casa-grande e tiravam proveito disso:

Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as nossas brincadeiras, porque sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo jeito, matavam pássaros de bodoque, tomavam banho a todas as horas e não pediam ordem para sair para onde quisessem. Tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas isto, para nós, também não parecia grande coisa [...] E eles as vezes abusavam deste poderio, da fascinação que exerciam. Pediam-nos para furtar coisas da casa-grande para eles [...] *Trocavam conosco os seus bодоques e os seus piões pelos gêneros que roubávamos da dispensa* (REGO, 1980, p. 56, grifos nossos).

Mas, o narrador-personagem observa também que esses meninos da bagaceira tinham uma dura rotina de trabalho como a citação a seguir mostra: “Os moleques das minhas brincadeiras da tarde, todos ocupados, uns levando latas de leite, outros metidos com os pastoreadores no curral” (REGO, 1980, p. 10). Carlos assume que tinha privilégios frente a esses e se sente envaidecido, nesses momentos o desejo de igualdade com os meninos negros desaparece:

Havia para mim um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para 'o neto do Coronel José Paulino'. Os outros meninos sentavam-se em caixões de gás. Lia-se as lições em voz alta. A tabuada era cantada em coro, com os pés balançando [...] *Nas sabatinas nunca levei bolo, mas quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores. Eu me sentia bem com todo regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram moradores do engenho [...]* Parece que ainda os vejo, com seus bauzinhos de flandres, voltando a pé para casa, a olharem para mim, de bolsa a tiracolo, na garupa do cavalo branco que me levava e trazia da escola (REGO, 1980, p. 33-34, grifos nossos).

Segundo tal relato, observamos que a educação de um senhor de engenho começa cedo, na própria escola ele aprendia a diferença e a lógica do mandonismo, a regra da violência como distinção pessoal. A mentalidade escravista, mais que “instalada” nos domínios do senhor, isto é, no engenho, perpassa o pensamento de todo sujeito branco – ou quem se pense como tal – incluindo a escola e o seu professor. Percebe-se também que desde muito cedo os “meninos-moleques” sabiam qual era o seu “lugar”, entendiam no que se baseava a “igualdade” apontada pelo narrador e aquilo que a criança Carlos Melo ainda não tinha clareza esses jovens entendiam, isto é, esses meninos negros sabiam como se sobrevivia e como se davam as relações entre os desiguais numa sociedade de herança patriarcal. Os chamados “moleques” ensinavam os meninos a brincar em troca de comida e, supostamente, não se importavam com as vantagens que o neto de José Paulino tinha. Devemos notar que o narrador confessa que se “sentia bem com o regime de miséria”, mas logo depois, como uma espécie de justificativa, afirmava que ninguém tinha raiva dele, pois eram moradores do engenho, ou seja, estavam acostumados e concordavam que as relações não podiam se dar de forma diferente.

A exemplo do que já foi apontado por Livio Sansone (1996), a desigualdade e a subalternidade presentes nas trocas entre as partes desiguais na sociedade brasileira levariam à uma certa intimidade entre pessoas de diferentes grupos sócio-raciais: “Neste contexto, a *cordialidade*, mais do que a alma das relações sociais entre brasileiros têm funções - o óleo que permite ao mecanismo funcionar, um código de comportamento, a etiqueta que permite aos indivíduos se movimentarem com habilidade dentro do sistema de relações raciais” (p. 209, grifos nossos).

Quando o narrador descreve seu retorno ao engenho Santa Rosa no livro *Bangüê* (1934), fala em sentir-se deslocado na vida do engenho e procura, segundo suas próprias palavras, seus “companheiros”. É então que percebe que os antigos moleques que

viraram homens, ganharam nomes e buscavam a sobrevivência. Ricardo vai para o Recife, João de Joana vivia de roubar e limpar quintais, Chico Marinho também vivia de furtos, Mané Severino era trabalhador do Santa Rosa, José Guedes trabalhava como portador do engenho Santa Rosa, e o considerado “bem-sucedido” Mané Pirão, tornara-se peão: “[...] todos degradados no eito, na enxada alugada, limpando mato pelos mil e duzentos e a casa cheia de filhos [...] Falhara na vida o pobre companheiro da minha infância, caindo no eito” (REGO, 1969, p. 81). Tem-se a impressão que nesse momento a diferença social se revela nitidamente para o narrador, quando este começa a perceber a grandeza da herança patriarcal que José Paulino estava deixando. Para surpresa do narrador, os antigos moleques:

[...] andavam iguais aos outros. Passavam por mim como estranhos. Um dia chamei um deles para conversar. Tinha se casado, três filhos, morava na Areia e vinha para o eito. Falava comigo desconfiado de cabeça baixa. Como se tinha degradado, ele que fora meu chefe nas brincadeiras de Antonio Silvino! (REGO, 1969, p. 13).

Ou seja, a visão romântica, dos meninos que eram livres para fazerem o que quisessem, se fora. Vindo juntamente com a ideia que se esses estavam na dura vida do eito, como foi a de seus avós, era por demérito deles próprios, pois eles “falharam” na vida. Na interpretação de Moema D’ Andrea, a respeito do trecho citado acima do livro *Bangüê*:

O que tinha sido uma brincadeira de igual para igual no terreiro da casa-grande, o faz de conta que a infância proporcionara, torna-se uma contingência de subordinação frente ao 'sinhozinho', entendida e respeitada pelo cabra do eito. O narrador 'naturalmente' esquece da supremacia do outro na infância, era apenas um ato teatral de igualdade. No momento atual do discurso narrativo, a 'degradação' decorre das objetivas condições de uma conjuntura social aviltante, esmaecida pela ambiguidade da enunciação (D' ANDREA, 1990, p. 3).

Aos chamados moleques se devia também a iniciação sexual dos meninos brancos: “Por eles comecei a entender o que os homens faziam com as mulheres, por onde nasciam os meninos. Eram ótimos repetidores de história natural” (REGO, 1980, p. 56). Zé Guedes foi o “professor” de Carlos descrito como homem desbocado “puxando conversas compridas com as mulatinhas” (REGO, 1980, p. 34), contava para Carlinhos o que fazia com as mulheres, touros e vacas, no curral era onde aconteciam as aulas.

Os “moleques” também têm destaque na obra de Gilberto Freyre que aponta em *Casa-Grande & Senzala* (1933) que, apelidados “carinhosamente” de “leva-pancadas”, eles foram importantes na socialização dos meninos brancos com a vida patriarcal como companheiros de brincadeira, momentos que os meninos de engenho aprendiam a mandar e desmandar, introdutórios ao sexo e especialmente responsáveis pelo comportamento bestializado e sádico que resulta no gosto pelo poder de mando quando adulto:

Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado de *leva-pancadas*, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico. Quase que do moleque leva-pancadas pode se dizer que desempenhou entre as grandes famílias escravocratas do Brasil as mesmas funções de paciente do senhor moço na organização patriciana do Império Romano [...] espécie de vítima, ao mesmo tempo que camarada de brinquedos, em que se exerciam os '*premiers élans génésiques*' do filho família [...] a primeira direção tomada pelo impulso sexual da criança – sadismo, masoquismo, bestialidade ou fetichismo - depende em grande parte de oportunidade ou chance, isto é, de influências externas sociais. (FREYRE, 2002, p. 113, grifos do autor)

Assim, observamos que tanto na matéria literária de José Lins do Rego quanto na sociológica de Gilberto Freyre, aos meninos negros é relegada à função de socializadores dos futuros senhores de engenho. Tendo como função principal serem as cobaias para esses treinarem o exercício do mando e da autoridade.

A dois “moleques” é reservado momentos de maior destaque na narrativa de José Lins do Rego, durante os livros aqui analisados do ciclo da cana-de-açúcar, Domingos, personagem que nos é apresentado em *Fogo Morto* e Ricardo que terá destaque em *Usina*. Há inclusive o livro em que esse é o personagem central, *O moleque Ricardo*¹⁰, de 1935, cuja história se passa no Recife.

Domingos é o único personagem escravizado presente nas obras do ciclo da cana-de-açúcar. Segundo a narrativa, fora cativo da época de prosperidade do Engenho Santa Fé sob o comando de capitão Tomás Cabral de Melo. Domingos é apresentado pelo narrador da seguinte forma: “muito boa pinta, de 18 anos, de saúde de ferro” (REGO, 1987, p. 211) e uma excelente peça para o trabalho, nada além disso, mas foi protagonista de um feito notável: fugiu do engenho Santa Fé duas vezes, o que foi considerado uma grande ousadia em um engenho próspero. Nas suas duas fugas, capitão

¹⁰ Obra que apesar de não ser objeto de análise, é utilizada como referência para traçar a origem e a trajetória do personagem até a seu retorno ao engenho Santa Rosa.

Tomás, mesmo em crise com os problemas do engenho, vai pessoalmente atrás dele com desfechos diferentes.

Antes da primeira fuga de Domingos, Capitão Tomás estava preocupado, pois estava ficando velho e sua filha Amélia não se casava e, para piorar, sua filha Olívia ficara gravemente doente. Muito abalado com a doença de sua filha, convertera-se em outro homem e envelhecera rapidamente: “todos já haviam se conformado menos o capitão Tomás” (REGO, 1987, p. 210). Até quando um negro fugiu de sua propriedade, o escravizado Domingos. Com esse fato, capitão Tomás ressurgiu para o seu engenho, com coragem e ânimo e foi atrás de sua peça: “tudo para ele sumira, só aquele negro dava força a vida do capitão” (REGO, 1987, p. 211). Com a ajuda do Barão de Goiana, Domingos reaparece no engenho e, pela primeira vez, no Santa Fé um negro seria mandado para o tronco:

E assim tudo foi feito. Numa quarta-feira, de tarde, bateu-lhe na porta negro fugido, que veio cair-lhe aos pés chorando. Trazia o capitão-domato uma carta do delegado. *O capitão olhou para sua cria com ódio de morte.*

– Negro, por tua causa andei por este mundo, *por tua causa fui desfeito, andei pedindo favor.*

[...]

– Pegue este negro no carro e dê-lhe um exemplo.

Com pouco ouviam-se no Santa Fé os gritos lancinantes do moleque Domingos.

[...]

O capitão Tomás não era mais o homem triste com a doença da filha Olívia. Os gritos de Domingos não doíam nos seus ouvidos, não machucavam o seu coração (REGO, 1987, p. 213, grifos nossos).

A cena acima nos mostra a ira do patriarca ao sentir-se humilhado; na decadência o poder de mando parece ressurgir na figura do senhor mostrando ao mundo quem era dono da vida e da morte de outros homens.

Na segunda vez, decepcionado com a falta de autoridade de seu genro Lula, e com a pouca habilidade desse para as coisas do engenho, Tomás começa a ficar preocupado com o futuro do Santa Fé sem sua presença. Nesse tempo, Domingos foge de novo e leva consigo dois cavalos. Mesmo velho, Tomás tomou novamente frente da questão e junto com Lula foi buscar “o que era seu”. Mas acabaram não conseguindo trazer Domingos de volta.

Depois do ocorrido, Lula e capitão Tomás sentiam-se humilhados. Lula refletiu sobre sua vida, e Capitão Tomás questionava a sua autoridade:

Então Seu Lula, naquele ermo do sertão, por debaixo do umbuzeiro, *com os negros e o sogro deitados na mesma terra*, viu que não era nada [...] O que ele fora até ali? Nunca que um pensamento assim o perseguisse como aquele, naquele isolamento. Quisera falar com o ladrão e nada fizera. Fora o velho sogro que dera manobra de retirada. Estavam vencidos, tinham fugido. [...] A noite escura cobria a vergonha do senhor de engenho que não tivera força para arrancar um negro fugido. O capitão não podia dormir. *Como poderia dormir um senhor de engenho que não tinha coragem de arrancar um negro de sua senzala das mãos de um ladrão de cavalos?* (REGO, 1987, p. 226, grifos nossos).

A partir da citação acima, observamos que Lula se sente humilhado ao ver seu sogro, Tomás, equiparando-se a um negro ao dormir ao lado de um. Já a humilhação de Tomás se deve ao não conseguir resgatar, ou nos termos da narrativa *arrancar*, sua “peça”. Assim vemos que para a voz narrativa de *Fogo Morto* o ser negro está estreitamente condicionado à situação de humilhação e sujeição.

Depois do ocorrido, capitão Tomás passou a viver como se estivesse doente e, mesmo depois que um capitão do mato apareceu com Domingos, ele não deu importância. Sentia-se humilhado, derrotado, sem honra, sem força: tinha sido insultado por um camumbembe qualquer e, portanto, *não podia gritar com negro nenhum*: “Os partidos de cana, a escravatura gorda, os roçados de algodão. Tudo se fora na vida do senhor de engenho [...] Não ficaria mais bom pensava a mulher, estava morto para sempre.” (REGO, 1987, p. 229). O narrador tenta explicar a lógica de Tomás:

Afinal de contas a história de Domingos não seria motivo para um homem se entregar daquele jeito, para ficar como morto [...] Partia ele do ponto de vista que estava derrotado e humilhado, sem honra, sem força para governar as suas coisas. Era um senhor de engenho sem respeito. Tivera um negro fugido, andara atrás dele, com o seu direito com a sua razão, e fora, no entanto, insultado por um camumbembe qualquer, um sujeito de camisa fora da calça, que quase lhe bateu. *Não, ele não podia mais gritar para negro nenhum* (REGO, 1987, p. 227, grifos nossos).

O que sabemos de Domingos, inclusive seu nome, vem do narrador onisciente que tenta explicar lógica Tomás e Lula frente às atitudes desse personagem, tanto para Lula quanto para Tomás, Domingos não passava de mais uma peça na engrenagem do engenho. Sendo assim, eles questionavam: como esse poderia ter vontade própria?

Durante o período escravista houve diversas formas de resistência por parte dos escravizados a esse sistema degradante, podemos apontar Domingos como a personificação da resistência na forma da rebeldia escrava, o que era raro segundo a

narrativa das obras do ciclo da cana-de-açúcar, desafiando o poder do senhor de engenho com a recusa à obediência. A resistência escrava ia das formas mais violentas, que não aceitavam a negociação, como os quilombos, as fugas, as revoltas até as baseadas na lógica da negociação, da concessão. Como aponta Sidney Chalhoub (1999), sobre os registros da escravidão:

[...] uma realidade social extremamente violenta: são encontros cotidianos com negros espancados e supliciados, com mães que têm seus filhos vendidos a outros senhores, com cativos que são ludibriados em seus constantes esforços para a obtenção da liberdade, com escravos que tentam a fuga na esperança de conseguirem retornar à sua terra natal [...] O mito do caráter benevolente ou não violento da escravidão no Brasil já foi sobejamente demolido [...] não vejo no horizonte ninguém minimamente competente no assunto que queira argumentar o contrário (CHALHOUB, 1999, p. 35).

O personagem Ricardo teria sido uma espécie de “cria de estimação” do engenho Santa Rosa, contemporâneo de Carlos Melo, filho de Avelina, cozinheira do engenho e, ao contrário de todos os outros “moleques do banguê”, sabia ler, pois sua mãe com o pequeno lucro que a colheita do seu roçado dava comprava livros e botinas, fato que era muito estranho para os outros meninos que em situação parecida: “Sacudiam até pedras quando viam o companheiro de botina, com o caixãozinho dos livros debaixo do braço” (REGO, 1978, p. 6). Segundo a narrativa, ele até gostava desta situação considerando-se como um privilegiado, principalmente quando ia de carona, na garupa do cavalo, com Carlos para a escola pois, sentia-se como um “branco”, ou seja, superior.

Mas, o mundo do engenho Santa Rosa não era o suficiente para Ricardo: “Todos os dias aquele ir e vir de trens, aqueles passageiros de boné na cabeça e guarda-pó, o povo da segunda classe, os que iam a Recife, à Paraíba e à Campina Grande, gente falando de feira, de cidades, de terras que não era engenho, tudo isso fazia crescer a sua imaginação” (REGO, 1978, p. 3). Seu grande sonho era ser maquinista, ou seja, ter uma profissão. Foi convidado por um condutor de trem do Recife para viajar com ele, deixando Ricardo desconfiado: “Para que o condutor queria ele?” O narrador interfere respondendo: “Sem dúvida para criado. Um moleque servia em qualquer parte” (REGO, 1978, p. 3).

Interessante pontuar que Ricardo não tem fala o recurso narrativo utilizado é o *discurso indireto livre* que tem como característica a indistinção entre a voz do narrador

em terceira pessoa e a do personagem em primeira, o que permite que a voz do personagem penetre na estrutura formal dos discursos do narrador. Sendo assim, o fluxo de consciência do personagem Ricardo passa pelo filtro do olhar do narrador.

Como havia sido apontado pelo crítico Cavalcante Proença (1978), Ricardo será considerado pela narrativa “não [...] apenas um homem *que nasceu* no Santa Rosa; [mas] é o homem *do* Santa Rosa, intrinsecamente do engenho e da várzea”(p. 9, grifos do autor)

Como narrado na obra *O moleque Ricardo*, aos 16 anos, Ricardo vai para o Recife. Para o povo do Santa Rosa, sua partida para a capital de Pernambuco foi considerada uma fuga, diziam: “Ricardo fugiu” (REGO, 1978, p. 3). O narrador-personagem Carlos Melo, bacharel de Direito, comenta a partida de Ricardo no livro *Bangüê*:

[...] o moleque Ricardo, da minha idade, aquele que acabava de rasgar as minhas roupas velhas? Fugira. Era assim que dizia daqueles que deixavam um dia a bagaceira. Fugiam como escravos. Apenas capitão-do-mato se tinha acabado. Ricardo saíra pelo mundo. Ninguém sabia para onde. Tivera mais coragem que os outros [...] E no entanto Ricardo aprendera a ver as horas no relógio primeiro do que eu, mais vivo, mais inteligente do que o senhor. Queria ser maquinista de estrada de ferro. Era o ponto mais alto da sua ambição (REGO, 1969, pp. 81-82).

Uma repercussão não muito diferente houve na casa-grande, uma voz não identificada dizia: “‘Negro fiel. Podia se fazer um mandado por ele sem susto. Fazia tudo de pressa e com vontade’” (REGO, 1978, p. 7). A situação faz o narrador rememorar o período de escravidão, pois haveria um capitão do mato para capturá-lo: “peça de primeira, os jornais anunciariam as qualidades, os sinais de Ricardo, até que ele voltasse para os seus, para mãe e para o dono. Ambos lhe queriam bem, bem diferente” (REGO, 1978, p. 7). José Paulino ficara inconsolável com a fuga gritando: “‘Negro fujão, pensa que lá por fora vai ter vida melhor. Vai morrer de fome. Outros tem se arrependido’”. E o narrador justifica a atitude de Paulino: “Mas o Coronel sentiu *seu* moleque fugido. Andou a tatear atrás de outro que o substituísse [...] Fez-lhe falta e grande o *seu moleque ensinado*” (REGO, 1978, p. 7, grifos nossos). Mesmo como um sujeito nascido livre, dentro da lógica paternalista, Ricardo é cobrado pela sua “fuga”, para a voz narrativa que opera dentro lógica Ricardo tem deveres e obrigações a pagar ao seu protetor, José Paulino, a quem supostamente devia tudo o que sabia.

Com sua ambiguidade característica, tanto o narrador-personagem como o

narrador onisciente, fazem a crítica pelo fato de Ricardo ser um fugitivo, mais do que qualquer coisa Ricardo era uma “excelente peça”, que fazia falta para a casa-grande, pois era “objeto” de difícil reposição, mas o narrador onisciente justifica que a preocupação de todos, inclusive a de sua mãe e a de José Paulino, era para seu bem. Pois, a ida para o Recife não poderia resultar em boa coisa. Ainda segundo a perspectiva da narrativa, Ricardo fazia mais falta para José Paulino do que para a mãe Avelina que “tinha tanto que fazer e os outros filhos não davam tempo para saudades” (REGO, 1978, p. 7). Observamos a narrativa sugere que mãe Avelina, diferentemente de José Paulino que também é descrito como uma pessoa muito ocupada com mais de quatro mil pessoas sob sua proteção e nove engenhos, não tinha tanta sensibilidade quanto o patriarca a respeito da partida do filho.

A servidão estava introjetada em Ricardo, tanto que sua partida foi escondida e quando chega no Recife duvida da sua nova condição: “E se o Coronel botasse gente atrás dele? Voltaria preso para o engenho. Não tinha feito nada. Levaria uma pisa [...]” (REGO, 1978, p. 9). Para o narrador, o “moleque do Santa Rosa” ia para uma servidão muito pior que era a escravidão da cidade e chega a chamar o maquinista de “novo dono” de Ricardo, ou seja, para esse menino não haveria vida útil e possível fora do mundo patriarcal.

A narrativa reconhece que havia servidão no campo, mas na cidade com o trabalho livre/assalariado e o patrão no lugar do patriarca tudo seria pior, especialmente para uma “cria” bem ensinada do engenho como Ricardo: “Moleque limpo, de olhos vivos, de cara boa, um achado para o Recife, onde moleques daquele tipo se faziam gente, se metiam em sociedade de operários, quando não se perdiam na malandragem” (REGO, 1978, p. 7-8). Assim, o narrador profetiza o destino de Ricardo.

Em Recife, Ricardo vai de emprego em emprego até fixar-se como entregador de pão, se envolve com o movimento sindical operário e, em um mal entendido, acaba preso em Fernando de Noronha, para onde iam os agitadores políticos, história contada na obra *O moleque Ricardo*, de 1935. Enquanto está no Recife, vive “[...] o trabalho miserável, o amor sem grandeza, a mesquinhez da vida urbana, as decepções proletárias, a prisão, a pederastia” (MARTINS, 1973, p. 26). A lembrança saudosa do engenho Santa Rosa é uma constante, achava que havia mais gente pobre na cidade do que no engenho, pois “Mãe Avelina vivia de barriga cheia na casa-grande” (REGO, 1978, p. 35).

Na primeira parte de *Usina*, é narrado o retorno de Ricardo para o Recife, saído

da prisão em Fernando de Noronha, e sua decisão de retornar para o engenho depois da degradação absoluta:

E a saudade da terra veio chegando para ele [...] Melhor era mesmo voltar, nem que se fosse para o eito, nem que fosse para ser cabra na esteira, tombar cana, ser negro de confiança, ser o que quiserem o que ele fosse [...] Não tinha amor de mulher, não tinha a fé de Leopoldo, a coragem de Sebastião, a raiva de Deodato, a bondade de Jesuíno. Não tinha nada que merecesse guardar [...] O moleque Ricardo se ligara com um criminoso em Fernando [...] O Recife para ele era como um cemitério (REGO, 1973, p. 37).

Enfim, Ricardo oito anos depois da sua partida volta ao Santa Rosa convencido de que não havia vida melhor que sob tutela da casa-grande onde, pelos menos, teria o que comer. Assim, observamos que o narrador empresta a Ricardo seu juízo de valor. Atribui-lhe valores da ética patriarcal e diz que Ricardo toma partido em favor do campo em relação a cidade, e depois do engenho em oposição à usina, exatamente a mesma opinião do narrador.

Ao retornar para “casa” Ricardo volta a ser chamado de “moleque” pela narrativa. Porém, o engenho Santa Rosa não existia mais, havia se transformado na usina Bom Jesus. Olhavam para Ricardo com admiração: “O povo, que passava pela calçada, olhava para ele com espanto. Era sem dúvida para as botinas. Negro de luxo ali assim era raro” (REGO, 1973, p. 82). O personagem observa as transformações ocorridas no Santa Rosa, olha o povo sofrido, mas a narrativa conclui que ele sentia-se bem em ter voltado para velho engenho: “O [rio] Paraíba fazia o moleque outra vez do Santa Rosa” (REGO, 1973, p. 86).

Ricardo logo consegue emprego de caixeiro na mercearia que vendia mantimentos para os funcionários da usina, pois tinha vantagem de saber ler e contar. Todos consideravam um ótimo emprego, para sua mãe e os trabalhadores do antigo engenho Santa Rosa ele tinha se dado bem na vida: “Dormia mesmo nos fundos do barracão e ganhava 60\$000 por mês com direito a comer com os oficiais na casa-grande da usina” (REGO, 1973, p. 86). Mas, para ele, a vida não tinha mudado muito em relação ao que vivia na cidade do Recife, não gostava do serviço de caixeiro e, principalmente, das condições de vida que a usina oferecia a seus trabalhadores.

Reafirmando a superioridade do engenho sobre a usina, a narrativa mostra que vida dos chamados moleques havia mudado com esta última. Através das reflexões de Ricardo, o narrador afirma: “Quantas vezes comparara os filhos de Florêncio com os

meninos do Santa Rosa. Os de cá nunca passassem fome e fossem ciscar nos motundos, atrás de cacarecos. Era assim no meu tempo” (REGO, 1973, p. 117). Mas, com a usina eles andavam pelos cantos esfarrapados chamados de “ratos” e como animais buscavam “iscas, de restos de comida, de rabo de bacalhau, que sacudiam para eles” (REGO, 1973, p. 117). Tinham que sobreviver somente com o que os pais lhe ofereciam, pois se fossem pegos chupando cana apanhavam dos funcionários da usina. Sendo assim, a voz narrativa sugere que havia um equilíbrio nas relações sociais do momento anterior, do engenho, quando supostamente os meninos brancos poderiam equiparar-se aos chamados moleques negros. Com a usina e, conseqüentemente, a ausência da benevolência patriarcal, o equilíbrio seria rompido e sobraria somente a miséria dos meninos negros.

A usina entrara em franca decadência, pois não tinha dinheiro para pagar as dívidas. Como consequência os pobres iam ficando cada vez mais miseráveis, sem dinheiro para comprar comida e muito menos para saldar as dívidas que tinham com o armazém que pertencia a Juca, e este se encontrava paralisado devido a uma doença. Com a falta de comida, os chamados cabras resolveram saquear o armazém, para a desgraça de Ricardo. Ernesto, o gerente, pegou uma arma e trancou a porta do barraco, mas Ricardo, em uma espécie de transe, abriu a porta para os revoltosos entrarem e foi atingido por uma bala além de pisoteado pelos famintos. Ricardo não resiste aos ferimentos e morre. Esse trágico fato encerra a participação de Ricardo no ciclo da cana-de-açúcar e o narrador encerra: “Neguinho bom. Fora abrir a porta para o povo entrar [...] Ricardo morreu inocente como um carneiro. O moleque era bom” (REGO, 1973, p. 249).

Domingos e Ricardo são dois negros jovens, o primeiro nasce escravizado e o segundo livre. Mas podemos observar que a situação dos dois não difere substancialmente: excelentes trabalhadores, não se contentam com o que a vida de servidão lhes oferece e fogem, ou melhor, tentam fugir da ordem patriarcal e não conseguem. Ricardo fracassa na cidade e volta para o Santa Rosa como forma de redenção confirma o final previsto pelo narrador no momento de sua partida e confirma a perspectiva patriarcal. No caso de Domingos, ele comete o “desaforo” na qualidade de “excelente peça” de fugir duas vezes do engenho Santa Fé, desafiando o poder do patriarca. O que para o narrador, foi um absurdo que um rapaz na sua condição revelasse ter vontade própria frente ao poder de mando do exemplar patriarca que foi Tomás Cabral de Melo.

Através da narrativa do ponto de vista patriarcal, deste dois personagens, podemos perceber que, sendo livre ou escravizado, para os homens negros não há saída possível sem a tutela e o respeito ao poder de mando do patriarca.

O (ex-)escravo ideal: João Rouco, Mestre Cândido e José Ludovina

Como uma espécie de contraposição ao desafio representado por esses meninos, há os personagens negros que se destacam pela fidelidade, como o personagem José Ludovina e os libertos João Rouco e Mestre Cândido, que teriam continuado trabalhando no eito depois que a escravidão foi abolida.

João Rouco, chamado de “caboclo do meu avô”, teria mais de 70 anos e era conhecido como Seu João, tinha muitos filhos, ia todo dia para o eito com três deles: “a boca já estava murcha, sem dentes, e os braços rijos e as pernas duras” (REGO, 1980, p. 87). Segundo o narrador, sua diferença residia no fato de não ser subserviente, respondia os gritos de José Paulino com outro grito. Esse comportamento devia-se ao fato, segundo a narrativa, de João Rouco ter brincado com Paulino quando eram crianças. E, segundo informa, todos respeitavam João Rouco, pois pertencia a uma “categoria diferente”. Mesmo assim, não lhe é retirado o *status* de escravizado: “o *escravo bom* que não enjeitava dia de chuva e de sol mais de setenta anos de trabalhos forçados” (REGO, 1969, p. 25, grifos nossos). Quando a usina chega, sem opções, muda-se com a família para o engenho Gameleira, propriedade do irmão de José Paulino, pois acreditava que quando a usina chegasse lá já teria morrido: “Seu Doutô, nasci e me criei por aqui. Estou um caco de velho. Vou para o Gameleira do Doutor Lourenço. Esteira de usina não me pega” (REGO, 1969, p. 186). Devemos lembrar que Rouco é quem declara que está tudo acabado quando José Paulino morre. Podemos considerar sua partida para outro engenho como decreto do fim da era patriarcal nos domínios de José Paulino, pois ele era o mais “fiel” de todos, tanto que a sua partida é narrada duas vezes em dois livros, *Bangüê* e *Usina*, pelo narrador-personagem e pelo narrador onisciente. O que demonstra que, apesar da aparente liberdade e insubordinação em relação a José Paulino, na verdade ele era dependente do regime patriarcal, tanto que quando esse está em vias de extinção no engenho Santa Rosa vai para outra propriedade onde subsiste o velho poder de mando. Assim pensa a narrativa.

Já mestre Cândido era uma autoridade, mestre de cana-de-açúcar, um homem

“pequenino, a cabeça branca, de carapinha, e com uma barba que não crescia nunca. Tinha uma perna torta que lhe quebrara um carro de boi”. Era de confiança de José Paulino e, segundo o narrador, Cândido fazia milagres “seu *negro escravo*, que lhe enchera a casa de purgar de açúcar cor de ouro” (REGO, 1969, p. 10, grifos nossos) e do mesmo modo que João Rouco, apesar de toda “amizade” com o patriarca, não lhe é suprimida a qualidade de escravizado, ou seja, mercadoria. O narrador reclama que o único problema de Cândido foi não ter deixado descendentes aptos para o mesmo ofício.

Pertencente à mesma geração de Cândido e Rouco, velho Pinheiro vai ser apresentado pela narrativa de *Bangiüê* no mesmo momento que João Rouco e estabelece uma relação antagônica com esse personagem. Pinheiro, podemos dizer, é a personificação de como um sujeito que vive sob a tutela patriarcal não deve se comportar. Descrito como aquele que não prestava para nada, roubava os vizinhos, vivia se queixando de dores, só fazia serviços mais fáceis e não tinha vergonha de ser chamado atenção tanto que “até para os cabras do eito não valia nada” (REGO, 1969, p. 88), além de seus filhos serem os únicos moleques ladrões do engenho Santa Rosa. Segundo o narrador Carlos Melo:

Nunca naquela casa se soube o que foi um dia de barriga cheia. Comida roubada não matava a fome. As caras deles revelava mais ruindade do que sofrimento. Os outros podiam sofrer com a necessidade, pensar nos filhos, sem ter o que lhe dar. Aquela gente do Pinheiro eram uns cínicos (REGO, 1968, p. 132).

Podemos observar que João Rouco é o que se tem como servidão ideal, apesar de não ser subserviente, segundo a ótica do narrador, o personagem quase octogenário trabalhava fazendo chuva ou sol e levava com ele os seus filhos. Pinheiro é o exemplo do oposto, roubava, quase não trabalhava e os filhos “a mesma cambada” (REGO, 1969, p. 87). É como se a narrativa quisesse mostrar que a sujeição exemplar, ou não, passasse de geração para geração, ou seja, estava no sangue a ponto de reclamar do fato de Cândido não ter tido filhos e, conseqüentemente, um “sucessor do seu talento” (REGO, 1969, p. 10).

Pinheiro e sua família ficam com a usina e se degradam cada vez mais, passaram fome, suas filhas tornam-se prostitutas e seus filhos moleques que apanhavam por causa de roubos. Já João Rouco vai para outro engenho da família Paulino e aparentemente se dá bem, vive uma velhice tranquila, uma espécie de prêmio por ter ficado ao lado da

vida patriarcal.

José Ludovina era um dos dois empregados, o único negro, de José Paulino que era alfabetizado: “no engenho do meu avô, só quem sabia ler era ele, José Ludovina e João Miguel. E porque soubessem, conseguiam regalias [...] a escola pública exigia menino de sapatos e os moleques não tinham os pés para calçar” (REGO, 1969, p. 114). Devido a isso, nunca fora trabalhador braçal, tinha direito a voto. Sempre ia à cidade receber dinheiro e fazer mandados para José Paulino, era respeitado por todos devido à sua condição de homem de confiança do grande patriarca. Algo que enchia de orgulho o adolescente Carlinhos¹¹ era andar pela cidade com “Zé Ludovina, de casimira e colarinho alto, esperava por mim [...] Ao lado do negro do meu avô, senti-me honrado, cheio de mim. Onde ele chegava era reconhecido” (REGO, 1992, p. 88). Ou seja, andar ao lado de Ludovina era como ostentar um objeto de grande valor que pertencia a seu avô. Ludovina era afilhado de Lula de Holanda, por isso José Paulino sempre o “emprestava” (utilizando termo da narrativa) para fazer compras para seu padrinho. Com o seu trabalho, conseguiu certa estabilidade financeira, tanto que pagara o enterro do velho Lula. Pagamento que o personagem fez agradecido e com orgulho e, segundo a narrativa, ele dava: “Graças a Deus que o velho ainda tinha ele” (REGO, 1969, p. 142).

Podemos interpretar que José Ludovina foi o que Ricardo poderia ter sido se este não tivesse “fugido” para o Recife, ou seja, se não tivesse saído da tutela patriarcal. Ambos eram alfabetizados, inteligentes e obedientes. Ludovina era o exemplo a ser seguido: “os mais inteligentes ficavam, como o Zé Ludovina, no serviço doméstico do suserano. Os outros, perdiam o nome, bebiam cachaça, caíam no eito” (REGO, 1992, p. 96). Assim, a narrativa reforça a ideia demonstrada anteriormente que os que não se deram bem na vida era por demérito próprio, falta de inteligência e não devido ao contexto social. Bastava ser inteligente para ter chance na vida, uma chance que logicamente só existiria e estava intimamente ligada à ordem patriarcal, o melhor que os meninos da bagaceira podiam ser era assistente pessoal do patriarca.

O problema de Ricardo era que, mesmo sendo inteligente, tentara fugir do “seu destino” querendo ser maquinista, ou seja, ser trabalhador assalariado, qualificado e independente, algo que não poderia ter dado certo como aponta a voz narrativa desde o

¹¹ Para mais detalhes sobre a adolescência de Carlos Melo ver o livro *Doidinho* de 1934, obra que o personagem José Ludovina ganha mais destaque e de onde foram retiradas a grande parte das referências sobre o personagem.

início de sua aventura. Assim, volta fracassado a ponto da narrativa lhe atribuir a defesa dos valores da ordem patriarcal, evocando a “igualdade” presente no ambiente patriarcal como observamos na citação: “O mundo era tão grande, tantas terras havia pelo mundo e lhe dera na cabeça voltar para seus velhos tempos. Bem bom era o Santa Rosa do Coronel Zé Paulino. Os meninos do engenho brincavam com ele. A mãe entrava e saía pela cozinha da casa-grande (REGO, 1973, p. 119)”.

Ao observar José Ludovina, mestre Cândido e João Rouco, percebemos a noção de bom negro presente na narrativa do ciclo da cana-de-açúcar. Primeiramente, ela está associada à noção de escravidão, não por acaso, eles, inclusive Ludovina, que havia nascido livre, são chamados literalmente de “escravos” e/ou de “negro do meu avô”. Como observa Heloisa Toller Gomes ao analisar os personagens negros na obra *Fogo Morto*: “Quanto ao negro [...] é impossível separar sua figura e atuação da condição de escravo – ou ex-escravo” (GOMES, 1981, p. 109). Assim descritos, em todas as obras do ciclo, esses homens seriam ótimos trabalhadores e, por isso, seriam bons, não importando as suas condições de caráter, suas aspirações e desejos. O noção de bom negro, presente na narrativa, é aquele que se submete ao branco e que realiza suas vontades, como já escrito por Florestan Fernandes (1965): “quanto mais se prender ao modelo de criado fiel e devotado e fizer jus aos atributos correlatos, mais [...] encontra correspondência afetiva, compreensão e consideração do ânimo do ‘branco’ (p. 223).

A afetividade que encontramos na narração dos personagens, João Rouco, Cândido e Ludovina não existe na narração de Domingos e Pinheiro. Em Ricardo essa afetividade aparece nitidamente quando este volta a ser o “moleque do Santa Rosa”, após a frustrante experiência no Recife.

O preço da liberdade: a vida de heranças dos homens negros

Dentro das obras aqui analisadas quatro homens negros se destacam pela maneira que sobreviveram dentro de uma sociedade patriarcal de forte herança escravista. São eles: Floripes, Nicolau, José Passarinho e José Marreira, homens que viveram entre o final do período escravista até as primeiras décadas do século XX.

Uma sobrevivência que não foi fácil, segundo a matéria histórica. O historiador James Sweet (2004) aponta que no Brasil do fim do século XIX não era fácil para um negro liberto explicar sua ascensão ou poder de influência, era comum acusações de

toda natureza, tanto por parte dos brancos quanto da própria comunidade negra. Tanto Sweet (2004) quanto a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1986) concordam que as pessoas negras eram consideradas entre todas as mais perigosas no Brasil do século XIX.

Floripes e José Passarinho

Floripes, personagem descrito somente em *Fogo Morto*, era um jovem que vivia no então decadente Santa Fé sob o comando de Lula de Holanda, genro de capitão Tomás, como uma espécie de agregado: “[...] fora filho de escravo, seu afilhado [de Lula], e que com *tanta devoção compreendia seus deveres*. Era *moleque de bom coração natureza branda*” (REGO, 1987, p. 276, grifos nossos). Observamos que o menino Floripes era considerado uma boa pessoa, pois como os outros personagens bem vistos pelo narrador, era bom trabalhador, ou seja, realizava seus deveres com devoção, fidelidade.

Floripes é descrito como o companheiro de reza de Lula. Segundo o narrador, todos no engenho e na cidade desconfiavam de Floripes por causa se seus “jeitos macios”, inclusive a mulher de Lula de Holanda. Cheio de mesuras e cavilações, Floripes agradava Lula. Amélia, sua mulher, não sabia o que acontecera com o marido que, outrora tão indiferente com os escravizados, parecia outro homem no trato com Floripes, de tanto que viviam “apegados, tão íntimos”:

Corria pelo povo que Floripes era *negro de catimbó*: via-se pelo olhar que tinha, pelo jeito macio de falar, pelos dengues, pela cavilação, que ele não era boa coisa. Comentavam também que as rezas que Lula realizava eram feitiçaria (REGO, 1987, p. 284, grifos nossos).

Raramente no livro é ouvida a fala de Floripes, o que sabemos dele vem da fala e do julgamento dos outros personagens. A má fama de Floripes era geral, era acusado de ser o culpado pela expulsão de José Amaro¹² do engenho Santa Fé influenciando Lula. Segundo a narrativa, o personagem Manoel do Úrsula, ao saber da expulsão de José Amaro do engenho Santa Fé, comenta:

O negócio é esse negro. Olhe que ele [Lula] tem outro afilhado, o

¹² José Amaro é um dos personagens centrais do romance *Fogo Morto*. Homem pobre livre, que vivia de favor nas terras do Engenho Santa Fé e que é expulso do engenho segundo o próprio, por causa das intrigas do personagem Floripes.

negro José Ludovina, morador do engenho Santa Rosa, que me disse outro dia: ‘O meu padrinho devia dar um paradeiro em Floripes’. Todo mundo está vendo aquilo no Santa Fé não anda direito. Até disseram que D. Amélia já não botou o bicho para fora porque mataria o marido de desgosto (REGO, 1987, p. 309).

Durante suas raras aparições em *Fogo Morto*, em todas José Ludovina afirmava que “não estava certo” o que acontecia no engenho de Lula. Como vimos anteriormente, esse mesmo personagem pagara orgulhoso o enterro de seu padrinho recusando dinheiro do afilhado rico Carlos Melo, além de achar despropositado o domínio de Floripes no engenho Santa Fé. Sendo assim, podemos dizer que Ludovina assumira a defesa da perspectiva patriarcal, pois era grato pela vida que tinha sob a tutela do patriarca além de saber a qual lugar pertencia.

Embora a descrição de Floripes fale de um sujeito bom de coração, a insistência dos dizeres da comunidade acabam por perpetrar dele a imagem de que era um tipo perigoso, encrenqueiro e capaz de tirar partido da fragilidade do pobre e desprotegido senhor de engenho e padrinho Lula de Holanda. Floripes participava da vida da casa-grande do engenho Santa Fé devido a sua relação de favor, o apadrinhamento, uma das poucas maneiras que era permitida a um afro-descendente participar da vida dos homens de poder. A predileção de Lula por Floripes é alvo de intrigas da “canalha”. O narrador onisciente, aparentemente neutro, não revela a sua opinião mas dá espaço as vozes do Pilar que são tão insistentes ao emitir juízo negativo dessa personagem, e essa imagem é a que acaba prevalecendo.

Aparentemente, Floripes tinha um certo poder de influência no Santa Fé. Uma cozinheira do engenho, remanescente do período escravista, se queixava que “o negro Floripes vivia de sala *como gente*. O velho dava importância para aquela peste. Até com ela o *negro* viera com conversa de querer mandar. Não podia ficar ali.” (REGO, 1987, p. 337, grifos nossos). É notável que a cozinheira é mostrada como uma pessoa que, como negra, sabe qual é o seu lugar e se incomoda com Floripes, pois, segundo ela, ele não saberia ocupar-se do lugar que lhe cabia. Vemos que ela se recusava a receber ordens de um negro, não podia ficar na cozinha do engenho, pois corria esse risco. Observamos que narrador ressalta um preconceito por parte da própria comunidade negra contra Floripes, ou seja, era despropositado para brancos e negros o poder de influência deste personagem.

A dedicação de Floripes a Lula é descrita como a de um “cachorro fiel”. Segundo a narrativa, quando rezava, a voz de Lula era em tom humilde que não era seu.

Mas, de repente, sua voz ficava agressiva e Floripes acompanhando tudo, “mansinho, dócil, de olhos no chão e mãos no peito” (REGO, 1983, p. 348). Ou seja, Lula equiparava-se à condição do pobre negro.

Floripes é o sujeito cooptado que assume a lógica do dominador e leva vantagem nessa situação. Mas, para o povo, ele tinha feito catimbó, ou seja, feitiçaria para conquistar a confiança de Lula. Na relação entre os dois há insinuações e suspeitas. Enquanto ressalta-se o jeito “brando” e “macio” de Floripes, suas cavilações, seus dengues e outros atributos femininos, de Capitão Lula fala-se sempre na falta de pulso para as coisas da terra, faz-se oposição ao jeito rude do velho Capitão Tomás que o considerava cheio de lordeza e, em certo momento, diz-se que na Igreja, assumindo a feição mais piedosa do mundo, “rezava como uma devota”. Nestes momentos, falam variadas vozes, como um vozerio vindo do povo do Pilar, e é através dessas vozes que o narrador faz o desenho do personagem Floripes e emite juízo a seu respeito, ou seja, como se fosse intriga do povo, o narrador pode afirmar o que quer e não poderia dizer abertamente sobre o personagem.

Um personagem que constantemente reaparece nas obras do ciclo da cana-de-açúcar aqui analisadas, com exceção de *Usina*, é José Passarinho. Passarinho, como teria ficado popularmente conhecido, é um personagem que faz parte da paisagem nas obras *Menino de Engenho* e *Bangüê* para ganhar algum destaque em *Fogo Morto*.

José Passarinho é descrito como “um velho negro que vivia constantemente embriagado [...] tinha os olhos vermelhos, um trapo imundo como roupa, os pés carcomidos de frieira” (REGO, 1987, p. 93). Sua imagem é a da degradação física: “e as *moscas* que tinham dormido em cima de José Passarinho cobriam o lombo ferido da montaria do capitão” (REGO, 1987, p. 94, grifos nossos). Não são raras as vezes que ele é associado aos animais, ou que são usados adjetivos referindo-se a ele que são usualmente dados aos animais: “Passarinho deitara-se no chão e dormia como um *bicho* [...] Passarinho era uma chaga, a roupa suja cobria o seu *lombo* ensangüentado” (REGO, 1987, p. 370, grifos nossos). “José Passarinho, na cozinha, sentava-se no chão como *cachorro*” (REGO, 1987, p. 140, grifos nossos). Tinha “pés roliços de bicho e corpo rebentado em moléstias-do-mundo”, era motivo de deboche de todos, havia perdido sua casa no então engenho Santa Rosa devido a um incêndio, segundo o narrador, “não havia grito que animasse aquela preguiça alcoolizada” (REGO, 1980, p. 86) que quando trabalhava ganhava a mesma diária que mulher no eito, ou seja, menos.

Seu apelido, segundo a narrativa, era porque, quando estava sóbrio, vivia

cantando com uma voz magoada e triste as histórias que ouvira desde pequeno, algumas sobre mágoas de amor, outras sobre a decadência dos engenhos e também os famosos versos em cordel das sagas medievais que se espalharam no nordeste. Vivia sem paradeiro certo, da sua origem pouco se sabia, dizia que seu pai o tinha dado quando pequeno a um cego que ele acompanhou durante um tempo como guia e que bebia para esquecer uma escrava do Santa Rosa pela qual fora apaixonado, Luzia. Como seu próprio apelido indica, vivia andando pelos cantos sem destino, espalhando notícias sobre o que estava acontecendo no Pilar, como, por exemplo, o suicídio de José Amaro e as aventuras de Capitão Vitorino.

Mas, o que é mais forte na descrição e construção do personagem é que ele é sempre tratado como resto, ninguém lhe dava crédito: “Dando ouvido a Passarinho?” Admiravam-se ao ouvir suas cantorias: “tem até sentimento na cantoria dele” (REGO, 1987, p. 110, grifos nossos). A única que o tratava com respeito era Sinhá, mulher de José Amaro, que o tratava como Seu José. Para Sinhá ele cantava porque era feliz, não tinha mágoa de ninguém.

Apesar de constantemente ser comparado aos animais e mostrado como alcoólatra, o narrador demonstra grande simpatia por Passarinho, assim como demonstra sua bondade, ele era uma pessoa prestativa que sempre ajudava Sinhá e Amaro. Na ocasião em que ele, José Amaro e o cego Torquato são presos, por acusação de envolvimento com o cangaço, Passarinho é o que mais apanha: “Passarinho gemia, com os braços amarrados [...] Uns soldados empurraram Passarinho como se sacudissem um porco” (REGO, 1983, pp. 368-369). Quando saem da cadeia, José Passarinho parecia não se importar com o ocorrido, com o fim do mundo que todos viviam:

Só Passarinho que parecia quieto, sem nada com o que preocupasse. Não falava, mas olhava para a terra, para os matos, para o sol que ele via, que ele podia sentir como seu. Os pés cambados pisavam na terra que era mais poderosa que o tenente, que a força miserável [...] Passarinho ia andando no passo trôpego, com os pés espalhados como de pato. Pegava nas folhas de árvore, sentava-se no chão, na terra úmida, metia-se na lama, espalhando a água barrenta dos poços. Tudo era dele. Era dono de tudo. Iam calados com Passarinho quase correndo na frente. Não parava de cantar (REGO, 1987, pp. 285-287).

José Passarinho faz companhia para mestre José Amaro depois da ida da sua mulher Sinhá para casa de Vitorino e da ida da sua filha Marta para um sanatório. Dormindo na casa do mestre e realizando tarefas caseiras, quase como um escravizado,

cozinhava feijão, lavava roupas, entre outras coisas, Passarinho parecia outro homem, não bebia mais. “Era um bom negro”, pensava o seleiro: “Via-o sujo, de pés cambados, de olhar quase morto e mesmo assim o julgara mais feliz do que ele” (REGO, 1987, p. 294). O solidário José Passarinho acompanhou Amaro até a sua morte.

Como não tinha “dono”, todos se achavam no direito de mandar nele, principalmente Vitorino, o “revolucionário” do Pilar. Como observamos nesses trechos:

Ouviu-se a voz de Passarinho cantando na cozinha.

– Este negro está aqui?

– É, está me fazendo companhia.

– Como é que tem um negro deste dentro de casa, meu compadre? É o mesmo que morar com um porco.

– O pobre tem me ajudado muito, Sinhá me abandonou aqui sozinho, e não fosse ele, nem sei como me agüentava (REGO, 1987, pp. 302-303).

No dialogo abaixo, entre Passarinho, José Amaro e Vitorino, percebemos a subserviência de Passarinho, que sempre trata Amaro como Mestre e Vitorino de Capitão, em sinal de respeito, mesmo sendo humilhado:

– Capitão não tem cigarrinho daquele do outro dia?

– Não tenho cigarro para vagabundo.

– Credo, que homem brabo!

– Vai dar milho ao bode, Passarinho.

– Já vou mestre, Seu Mestre. Capitão, um cigarrinho para o negro.

– Toma lá (REGO, 1987, p. 324).

Passarinho, na narrativa, representa o bom, e mesmo depois abolição da escravatura volta ser uma espécie de “escravo”, trabalha de graça para o mestre Zé Amaro, não guarda mágoa de ninguém, como é demonstrado nas partes em que é maltratado por Vitorino, vive cantando e mesmo depois de ter sido preso e ter apanhado na cadeia é o mais feliz e satisfeito. Enquanto um mundo acaba e as pessoas o maltratam ele continua do mesmo jeito com a sua boa e grande alma.

A última palavra do romance *Fogo Morto* é dada a José Passarinho que avisa a Capitão Vitorino que o engenho Santa Fé está falido, ou seja, de fogo morto:

Agora viam o bueiro do Santa Fé. Um galho de jitirana subia por ele. Flores azuis cobriam-lhe a boca suja.

– E o Santa Fé quando bota, Passarinho?

– Capitão, não bota mais, está de fogo morto (REGO, 1987, pp. 397-398).

Em *Fogo Morto*, onde tudo parece absolutamente decadente, onde todos morrem, ficam loucos ou fogem, fica livre Passarinho, sem nada de seu, em meio a estrada, abandonado, sem expectativa de futuro. José Passarinho decreta o fim da era patriarcal da cana-de-açúcar quando observa que o engenho está de fogo morto. Segundo Gomes: “o final de FM assinala a megalomania de Vitorino (‘era dono do mundo que via – FM, 289’), a destruição voluntária de Amaro, a ruína total de Lula. Porém, nenhuma alteração sugere no destino de Passarinho” (GOMES, 1981, p. 124).

Ao contrário de Floripes que busca na relação com o patriarca uma forma de proteção e êxito, Passarinho é o sujeito abandonado que, sem esta tutela, vive pelos cantos bêbado e incomodando os outros. A narrativa de *Fogo Morto* sugere ainda que quando Passarinho encontra um “patrão”, José Amaro, ele se redime, ou seja, deixa de beber e fica mais alegre, como se ele encontrasse o equilíbrio ao ser mandado.

Podemos constatar também que Passarinho seria a expressão máxima dos homens negros que vivam sobre o regime patriarcalista: submisso, sem juízo de valor, ingênuo e sem honra nem orgulho. A “traição” do olhar de classe aparece quando se justifica que sua bebedeira é por razões amorosas, ou seja, tão humana que aparece como tema de muitas canções de amor ou quando se torna um grande companheiro do odiado José Amaro. Mas, na verdade, Passarinho não seria diferente de todos os demais que, na maioria das vezes, “perdiam o nome, bebiam cachaça, caíam no eito” (REGO, 1992, p. 96), ainda que o narrador faça algum esforço para demonstrar o contrário.

Nicolau e José Marreira

Nicolau se transforma em feitor do Santa Rosa durante o período de decadência do engenho, ou seja, alguns anos após a morte de José Paulino com Carlos à frente da propriedade. Esse, por sua vez, coloca no feitor parte da culpa pelo estado de calamidade que se encontrava o engenho: “Fosse para as minhas canas e viria o mato tomando conta, tudo feito a vontade. Nicolau só sabia contar enredadas. Mas não era Nicolau o responsável único” (REGO, 1969, p. 169). Defensor incondicional do Santa Rosa e de Carlos Melo, Nicolau arranja inimizade com Marreira, que por sua vez o acusava de abusos, como incitar as pessoas Pilar para o insultarem.

Segundo a narrativa de *Bangüê*, Nicolau parecia lamentar a decadência mais que o próprio dono do engenho: “Nicolau, coitado, andava triste pelos cantos. Viu chegar os meses de plantio, dias de chuva, a terra mole para a cova de cana. E nada do senhor de

engenho dar as suas ordens. Vivia inventando trabalho” (REGO, 1969, p. 187). Carlos chega a propor que procurasse serviço em outro lugar, mas este recusa. A partir dessa recusa, Carlos passa a gostar de Nicolau:

A princípio, botava para cima dele a culpa de todos os meus desastres. Acusava-o para me defender. E agora lhe queria bem. Bom negro. Gostava de mim [...] E não se podia dizer que ele morresse pelo trabalho. Fora mais homem que o senhor em momento crítico. Pelo menos soube vencer sua preguiça, fazendo o impossível naqueles últimos meses. O mais triste com a derrota do Santa Rosa era ele. Dera-lhe a liberdade de procurar outro engenho e recusou. Ficava comigo. Não sei se aquela sua raiva a Marreira era despeito pelo progresso do outro ou dedicação à minha causa [...] O outro [Marreira], sempre me falava dele era para acusar, chamando-o de peste, e negro mau. Nunca Marreira chegasse aos pés de Nicolau (REGO, 1969, pp. 189-190).

Na perspectiva da narrativa, Nicolau introjeta a figura de senhor de engenho, na falta da autoridade, ele a toma e defende a propriedade como se fosse sua. Inclusive no momento de manifestar abertamente seu ódio por Marreira, coisa que o narrador-personagem Carlos não conseguia atribuir a seu subordinado a sua ética e ideologia paternalista e mandonista. Algo que também está presente no parágrafo a seguir.

Muitas vezes mostrava a Carlos como proceder em relação ao engenho: “Seu Doutô, ninguém pode afrouxar com esta gente não. Tomam a rédea da mão da gente” (REGO, 1969, p. 196); ou “Seu Doutô, não vicie essa gente. Eles não pagam porque não querem. Estão com manha” (REGO, 1969, p. 193).

A fidelidade de Nicolau era comparada a de um cachorro, nos últimos suspiros do Santa Rosa era ele quem dava as ordens, fazia o que podia, não tinha pena de cobrar aos que deviam e devido a isso ficou malvisto: “As raivas que os pobres reservavam para o senhor não chegavam até a minha rede, porque Nicolau ficava com elas” (REGO, 1969, p. 196). Seus dias de vida estavam contados segundo o narrador:

O negro, querendo me servir a contento, se estragara. Os homens saíam do engenho irritados com a cabeça dura do feitor. Choravam nos pés dele para ver se lhe arrancavam uma diminuição do imposto, mas não arranjavam nada. O senhor de engenho, na rede, fora das competições, deixava que o seu negro resistisse às solicitações e aos pedidos (REGO, 1969, p. 196)

Com a usina cada vez mais próxima, Nicolau entra numa tristeza sem fim “não me chegara mais com dentes de fora, alegre, para receber ordens” (REGO, 1969, p. 200). Nicolau acaba sendo assassinado em situação não esclarecida pela narrativa e

Carlos fica abalado: “Que desejo era aquele de gritar pelo *meu* negro sacrificado? [...] O negro bom, acabado de vez” (REGO, 1969, p. 201-202, grifos nossos). Com medo da morte, Carlos Melo arranja companhia de outro negro, ou seja, substitui Nicolau por Floriano, “um moleque safado, mentiroso, tinha coragem e mortes nas costas” (REGO, 1969, p. 208). No último parágrafo do livro *Bangüê*, o rico Carlos promete construir um belo túmulo para Nicolau, mas assume que não sente pena pelos “seus cabras”.

Novamente na narrativa do ciclo da cana-de-açúcar aparece a noção que a servidão pós-abolição era voluntária, Nicolau só era alegre quando recebia ordens, não era o sistema ou contexto social que levaria pessoas como Nicolau, João Rouco ou Cândido a serem devotados. Era da natureza destes a servidão. Nicolau seria o homem negro extremamente dependente do patriarcalismo, a ponto de ver essa estrutura se ruindo e, ao invés de sair dela ou ir para outro lugar, tentar reerguer o engenho Santa Rosa como se lhe pertencesse. E a narrativa dá a entender que Nicolau acaba morrendo pelo engenho.

José Marreira começou como cambiteiro, ou seja, como transportador cana-de-açúcar, tornou-se lavrador e, segundo o narrador, ficou rico com o que aprendeu com José Paulino, seu antigo patrão. Com o dinheiro arrecadado desta atividade comprado, plantava cana e vendia o que sobrava do seu açúcar na cidade. O narrador explica o que significava ser lavrador naquele contexto de decadência dos engenhos:

[...] A condição de lavrador trazia ótimas vantagens à fazenda. Plantavam tudo à custa deles, não nos pediam um tostão adiantado e na moagem davam a metade do que produziam ao senhor de engenho. A terra era minha e a máquina. Dependia somente com o braço e o fabrico. E dos trezentos pães que fazia o meu lavrador, cento e cinquenta ficavam de imposto (REGO, 1969, p. 129)

Mas Marreira fora uma exceção que, mesmo mediante as condições acima citadas, conseguira dispor de suas próprias ferramentas e mão de obra e, de repente, possuía “quase uma nação dentro do Santa Rosa” (REGO, 1969, p. 128). Enquanto Carlos com seu engenho Santa Rosa estava em ruína, Marreira crescia para desgosto do narrador: “[...] estava maior do que eu, no engenho. Pelo menos mais próspero. Era quem ia sustentar as safras do Santa Rosa” (REGO, 1969, p. 128). Narrador que por sua vez que não perdia a oportunidade de colocá-lo “no lugar”, comparando-o com José Paulino que para ele “era sempre senhor absoluto, o maior de todos no seu engenho. Marreira [...] nunca deixou de ser o que era: um cabra do eito melhorado de condições. O meu avô mandava no Pilar” (REGO, 1969, p. 135). Como se dissesse, quem um dia

foi cabra nunca deixará de sê-lo por mais dinheiro que tenha, pois Marreira não tinha a “nobreza” de José Paulino e ainda por cima era descendente de escravizados.

Os símbolos de prosperidade de Marreira incomodavam: calçava botinas, comia em restaurante, o povo o chamava de “capitão”, suas filhas foram estudar em colégios, andava em cavalo selado, promovia festas e dava esmola para igreja a ponto de Carlos não o querer mais no engenho, mas não podia expulsá-lo, pois devia dinheiro e Marreira já era quase um co-proprietário do Santa Rosa, lavrava boa parte das terras. Nessas condições, “o prestígio da casa-grande passava-se para o moleque” (REGO, 1969, p. 142). Acompanhando a mudança de atitude, segundo a narrativa, “o cabra criava até cara de senhor. Nem parecia aquele que eu conhecera aos pés do meu avô, a dar conta das cousas [...] Eram todos os dias os 'fiz', os 'mandei' no pretérito autoritário.” (REGO, 1969, pp. 137-138). Palavras que para o narrador eram despropositadas ao virem de um homem negro.

Interessante observar que a característica louvável em José Paulino, o fato de este sair todas as manhãs dando gritos e distribuindo ordens, em Marreira essa se torna pejorativa, como se fosse um desaforo: “O negro passava o dia no calcanhar dos trabalhadores. Nem podiam tomar respiração, que ele não viesse com gritos” (REGO, 1969, p. 138).

Nicolau, feitor do Santa Rosa, era inimigo declarado de Marreira e a narrativa aponta que Nicolau tratava Marreira como “negro” e induzia Carlos a tramar contra o lavrador dizendo: “Seu Doutô, abra o olho. Seu Doutô, tome cuidado!” (REGO, 1969, p. 138). Também havia desconfianças por parte do povo em relação a Marreira:

E espalhavam notícias da casa do lavrador. Lá só se comia bolacha Maria e manteiga do estrangeiro. Diziam que as filhas dele só se acordavam com o sol alto. As negrinhas tinham até uma empregada para lavar os pés e que a velha andava de chapéu, no trem. *Os cabras se vingavam da prosperidade do outro, com deboches*. Marreira, também, puxava por eles. Falavam do eito de lá. (REGO, 1969, p. 138, grifos nossos).

Observamos na descrição de Marreira que o narrador utiliza a mesma tática que a descrição do personagem Floripes, ou seja, invejoso é o povo. Liderado por Nicolau, que emite a maior parte do julgamento sobre Marreira e que acaba influenciando seus pensamentos e ao mesmo tempo justificando as suspeitas do narrador-personagem a respeito do lavrador.

O narrador-personagem em *Bangüê* não tinha simpatia por Marreira, mas não

demonstra isso verbalmente, só através de seus pensamentos é que sabemos sua opinião a respeito deste personagem, ao contrário de Nicolau, que fala para quem quiser ouvir sua opinião sobre o lavrador. Carlos atribui características a Marreira como “moleque”, “eterno cabra do eito”, mas quando as críticas a Marreira vem da “canalha”, especialmente do seu “tão estimado” Nicolau, Carlos Melo as recusa, ou seja, não lhes dá crédito, acusando todos de inveja: “Os cabras mangavam do igual que subira àquelas alturas. Inventavam histórias com a família dele; de que as negrinhas, quando chegavam do colégio, só falavam francês (REGO, 1969, p. 175). Com isso, mostra que o único que tinha credibilidade para tais críticas era a descendência de José Paulino, ou seja, ele mesmo.

Apesar de criticar Nicolau por este referir-se a Marreira como “negro”, é observável durante a narrativa que o próprio Carlos trata ambos por esse adjetivo. Lembrando que o termo negro é uma maneira de marcar socialmente o lugar do personagem, como observa Luis Felipe de Alencastro (2001), uma ideia que foi muito comum no Brasil era que negro era sinônimo de escravizado: “À diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativo com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco” (ALENCASTRO, 2001, p. 93). Esta ideia era tão difundida que, no censo de 1872, por uma decisão que Alencastro julga eminentemente ideológica, os órgãos de recenseamento da corte decidiram que não havia em nenhum lugar do Império escravo branco, todos eram pretos (69%) ou pardos (31%).

Quando a narrativa não trata Marreira com termo “negro”, o chama de “moleque”, mesmo este sendo um homem adulto e pai de família, como sinônimo de falta de caráter, da astúcia desse personagem, como se fosse um cidadão de segunda categoria que nunca seria um homem para fazer frente ao patriarca e seus herdeiros. Assim, percebemos a dificuldade da narrativa, ao colocar os adjetivos negro, moleque e cabra¹³ (outra palavra que também pode indicar cor), em reconhecer Marreira como cidadão. Como percebemos na análise de Hebe Castro (2001) sobre o conceito de liberdade no contexto pós-escravista, várias palavras marcavam a condição de não

¹³ Segundo o dicionário Aurélio (1975), a palavra *cabra* designa o mestiço de mulato e negro. Walter Fraga Filho (2006), ao estudar os registros da escravidão na Bahia, encontrou nos documentos várias palavras que indicavam a cor dos cativos, entre elas: negro (nascidos no Brasil), preto (nascidos na África) e as cores mestiças mulato e cabra. Interessante observar que, a partir da metade do século XIX, começa-se a observar que ao contrário da palavra “negro” que como já citado ganhou um significado pejorativo o termo “preto” adquiriu um significado mais neutro relativo tanto a africanos como seus descendentes, segundo Guimarães (2008).

cidadão do negro. Segundo a historiadora, para um negro perder o estigma do cativo, era deixar de ser reconhecido não só como liberto, uma categoria provisória, mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravizado ou liberto e, portanto, referentes a seu caráter de não cidadãos.

Marreira vai atazanar a vida do herdeiro, Carlos cismara que este estava confabulando com seu tio Juca para tomar-lhe o engenho e passara a dormir com segurança e, mesmo sem claros indícios, procurava argumentos para fundamentar sua cisma com o trabalhador:

Marreira, do outro lado, com aquele riso subserviente. Riso antipático, cínico. Por que aqueles dentes de fora? [...] O cavalo dele melhor que o meu, a sela com argolinhas por todos os lados. Contou-me histórias da Paraíba, de política, da queda do Dr. Epitácio. Na porta de casa me convidou para saltar, tomar café, um cálice de vinho. Não aceitei. Que moleque atrevido! Aquele moleque terminava me desgraçando. Ele não tinha coragem. Não via o riso dele os agrados? Manha de sabido. O moleque me mataria, me mataria. E piquei o cavalo nas esporas com medo do tiro pelas costas (REGO, 1969, p. 145).

A narração sobre Marreira é ambígua: ora atribui-lhe uma certa ingenuidade e subserviência, ora cinismo e astúcia. Tentava agradar de todas as formas, enviava frutas de presente, dera um cavalo para Carlos e só tratava Carlos de “compadre Doutô Carro” (REGO, 1969, p. 148), mas também deu um filho para Carlos e outro para Juca, no momento em que eram inimigos, para apadrinhar. Lembrando que, como cita Livio Sansone (1996), o apadrinhamento é a forma material do paternalismo.

Ingenuamente demonstra não entender o porquê de não o quererem mais no engenho e coloca a culpa nas tramas de Nicolau: “Nunca tivera ali um aborrecimento. Dera-se tão bem com o senhor de engenho. Tinha pena, francamente. Mas o que iria fazer? O doutor não queria?” (REGO, 1969, p. 151):

O povo cresce a vista nas quatro besteiras dos outros. Só posso dizer mesmo que é meu, o gadinho. Na safra corrente, penso em fazer alguma coisa. Não tenho nada, meu compadre Doutô Carro. Pode senhor ficar certo. Família grande não é riqueza. Nove filhos e meninos nos estudos. Só o senhor vendo. Com os setenta contos que botei aqui dentro, vou procurar vida nova. Vou comprar um pedaço de terra para morrer nele. Terra, só mesmo da gente. Criei gosto e quando estava no melhor, o compadre Doutô Carro desgosta comigo. Só pode ser enredada. O Doutô tem com o senhor uma vasilha muito ruim. Este negro Nicolau. Negro encrenqueiro. Não vá tudo ser arte deste peste. Nasci no Rosa meu compadre Doutô Carro. Vivi toda a vida com o Coronel Zé Paulino. Homem bom, não desconfiava de ninguém. Quando não queria mais um sujeito na propriedade, ia

botando para fora. Homem franco. Aquilo que era um homem, meu compadre Doutô Carro. Se soubesse no que ia dar, não tinha me estendido. O compadre Doutô Juca, todo dia me chama para ir para o Folgado. Dá a terra que eu queria para trabalhar. Estava no Santa Rosa. O moço era bom, não vivia com cara feia, pagava o meu foro; pra que sair? Não valia a pena estar como barata tonta, andando de um canto para o outro. Está direito. O meu compadre Doutô Carro é dono da terra. Faz dela o que bem quer. Se aborreceu comigo. Está direito. Agora quero, receber o que é meu. Arrumo as minhas trouxas e vou-me embora. Saio logo. Só peço ao meu compadre para deixar o gadinho no cercado, até achar colocação (REGO, 1969, pp. 152-153).

Frente ao pedido de sair das terras, pede indenização para cobrir suas despesas com as benfeitorias do engenho. Algo que a família José Paulino não esperava, pois contava com a subserviência e a gratidão do ex-cabra do eito que tinha aprendido tudo que sabia com o patriarca. Carlos questiona porque esse queria dinheiro se estava rico. Marreira argumenta calmamente:

Pois meu compadre Doutô Carro, o senhor acha direito eu perder tudo? Sou matuto, Doutô, ignorante. Conheço os meus direitos. Não estou pedindo exorbitância. Avaliei tudo por baixo. Prefiro prejuízo a brigar com o neto do Coronel José Paulino. Deus me livre disso. Branco que brigue com branco. Camumbembe com camumbembe. Fiz uma casa de primeira, na propriedade. Todo mundo se espantava. Como era que eu gastava dinheiro na terra dos outros. Gastei dinheiro ali, é verdade. O moço era bom, falassem a vontade. O compadre mudou de idéia. Não tenho outro recurso saio. Quem manda é o senhor de engenho. Quero somente receber os prejuízos. Tenho família, sim senhor. Sou pobre, mas só olho para o que é meu. Ganhei com o suor do meu rosto o pouco que tenho (REGO, 1969, p. 153)

Os antigos da família de José Paulino se mobilizam contra Marreira e a favor de Carlos: Sinhazinha, Lourenço, Joca e Maria, inclusive alguns moradores do engenho como João Russo, que prontifica “dar um jeito” em Marreira:

Seu Doutô soube da má ação de Zé Marreira. Negro ruim, seu Doutô! Não tenho nada não. O que possuo é do senhor de engenho. Mandando sair, só tenho que arrumar as trouxas. Seu Doutô, não valho nada. Quero servir a vossa mercê. Com os poderes de Deus, posso fazer alguma coisa [...] Se o senhor quiser, Seu Doutô, faço um servicinho no negro (REGO, 1969, p. 158)

Paralela à sua ingenuidade, Marreira demonstra que tinha clareza de sua situação e sabia que seria obrigado a recuar, pois a briga era entre “brancos”: o engenho Santa Rosa e a usina São Félix. A usina São Félix, de Luis, se interessara em comprar as benfeitorias de Marreira no Santa Rosa por um valor maior que Carlos oferecera. Segundo o narrador, pelo compadrio, a preferência de Marreira era negociar com Carlos

desde que fosse oferecido o mesmo valor que a São Félix oferecia. E Carlos raciocinava que era preferível a subserviência de Marreira, pois esse “tirava o chapéu, no sangue dele ainda corria resto da escravidão. Eu era sempre o neto do Coronel Zé Paulino. Fingimento ou não, ele falava sempre nisto. Mas, a S. Félix não sabia destas coisas” (REGO, 1969, p. 165).

Com o Santa Rosa sem dinheiro, a São Félix compra as benfeitorias de Marreira e, mesmo com o dinheiro recebido, Marreira não sai de cena: compra o engenho vizinho, “irmão” do Santa Rosa, o Santa Fé do falecido Lula. Segundo o narrador, Marreira “estava contente porque ia ficar meu vizinho. [...] Um bom vizinho era tudo. Criara-se no Santa Rosa e ficava sem jeito de sair [...] Com os poderes de Deus, sabia que se sairia bem de tudo [...] Ele, só queria saúde e amizade dos brancos” (REGO, 1969, p. 170). Estava “[...] dependurado no engenho de Seu Lula, fazia-me o diabo. Andava de carro, no velho carro do Seu Lula. Com cavalos bonitos. O seu cabriolé rompia às estradas carreiras, tinindo as campainhas” (REGO, 1969, p. 175). Cavalos que outrora foram símbolos da distinção de José Paulino e cabriolé que representavam a lordeza de Lula.

Nessa situação, destaca-se a ambiguidade atribuída ao personagem de Marreira, ao mesmo tempo que vende suas benfeitorias ao principal inimigo do engenho Santa Rosa, pelo fato de este oferecer melhor preço, o que indica a racionalidade da nascente economia de mercado, Marreira compra o vizinho Santa Fé, o que poderia indicar um ato vingativo, segundo o narrador, esse argumenta sentimentalmente que estava sem jeito de sair do lugar em que se criou e por isso seriam grandes vizinhos.

Para a voz narrativa, o fato de que o Marreira querer a distinção de classe e ter obtido a condição de senhor de engenho ao comprar o Santa Fé era um desejo fora de lugar para um homem negro. Não por acaso sua presença no Santa Fé era incômoda e carregada de simbologia. Marreira literalmente enterrou Lula e transformou o até então “engenho demente”, para utilizar a expressão de Wilson Martins, parado no tempo, em uma próspera propriedade, fornecedora de cana, que faz frente ao vizinho Santa Rosa, engenho onde outrora fora trabalhador do eito, além disso oferecia melhores condições de trabalho que seu vizinho.

Mesmo com o triunfo, o preconceito não diminuía e, segundo a narrativa, alguns comentavam: “Não trabalho em bagaceira de negro”, ou seja, no Santa Fé, mesmo ganhando menos na bagaceira do Santa Rosa, cantavam na frente de sua casa:

Branco Deus fez
Mulato Deus pintou
Caboclo bufa de porco
Negro o diabo cagou

Branco dorme na sala,
Mulato no corredô
Caboclo na cozinha
Negro no cagadô. (REGO, 1969, p. 176)

Assim, ao mostrar insultos por parte do povo, alguns até com vontade de matá-lo como é o caso de Nicolau, que era negro, e João Russo, que era branco, a narrativa busca mostrar como a ascensão de Marreira era considerada inconveniente para todos, tanto para brancos quanto para negros, ricos e pobres.

A respeito dos insultos raciais, Antonio Sérgio Guimarães (2002) afirma que o insulto racial é uma forma ritual de ensinar subordinação através da humilhação. Sua função é de ensinar à vítima “o seu lugar”, ou seja, a subserviência, o insulto deve ser capaz de simbolicamente fazer com que o insultado retorne a um lugar inferior já historicamente constituído:

[...] como a posição social e racial dos insultados já está estabelecida historicamente, através de um longo processo anterior de humilhação e subordinação, o próprio termo que os designava enquanto grupo racial ('preto' ou 'negro') já é, em si mesmo, um termo pejorativo, podendo ser usado sinteticamente, sem acompanhamento de adjetivos e qualificativos. [...] Mais que o termo, a própria cor adquire tal função simbólica, estigmatizante, como bem demonstram os sinônimos listados em dicionários de língua vernácula: sujo, encardido, lúgubre, funesto, maldito, sinistro, nefasto, perverso, etc. (GUIMARÃES, 2002, p. 173).

Sendo assim, os insultos raciais são instrumentos de humilhação, sua eficácia reside em demarcar o afastamento do insultador em relação ao insultado, remetendo este último para o terreno da pobreza, da anomia social, da sujeira e da animalidade.

Um lugar comum na descrição dos personagens aqui analisados é a desumanização desses, que quando não os animalizam chamando-os de “bicho”, “cachorro”, “porco”, “besta de carga”, o descreve como pessoas degeneradas: “boca torta”, “sem dente”, “não tinha cabeça para as coisas”, entre outros. Nesses momentos é que o narrador marca claramente sua distância e dos outros personagens brancos em relação os personagens negros, ao rememorar a origem destes.

No caso de Marreira, o narrador branco e rico se sente ofendido pela conduta igualitária do negro, que sabe falar de política, anda de trem, compra engenho e tem

título de Capitão. Assim, veementemente, a narrativa tenta reforçar a posição de inferioridade do personagem evocando sua origem de filho e neto de escravizados e a sua ignorância, como o fato de o chamar de “Doutô Carro”. Em tom de fofoca, a voz narrativa coloca na boca da “canalha” como era despropositado os símbolos de ascensão (botina, cavalo, cabriolé, trem de primeira classe, filhos alfabetizados, entre outros) para um homem como ele.

Em *Usina*, Marreira retorna como dono do engenho Santa Fé que, mesmo com novo proprietário, é tratado pela narrativa como “o velho engenho do Seu Lula” (REGO, 1973, p. 102), terreno cobiçado pela usina Bom Jesus de Juca, antigo Santa Rosa, pois era um lugar estratégico para construir os trilhos do trem. Terreno que também era ambicionado pela usina São Félix que novamente oferecia mais dinheiro a Marreira que Juca. Com a mesma postura da disputa anterior, Marreira afirmava que o engenho seria de quem pagasse mais. Nos pensamentos de Juca o preço pedido era “o moleque Marreira manobrando [...] Dar 200,000\$000 pelo Santa Fé seria permitir um roubo” (REGO, 1973, pp. 105-106). Segundo o narrador onisciente:

A cobra e o sapo medindo as suas forças. Mas o gigante encontrara um adversário coleante, que fugia, escondia-se, abria os dentes para sorrir. Marreira vencera o Dr. Carlinhos do Santa Rosa, arrancando do pobre uma fortuna pelas suas canas e nunca alterara a voz, fizera uma má-criação ao neto do homem que dera gritos, que mandara no seu pai, que fora dono dos seus avós [...] Marreira se encostou na São Félix. Raro era o dia que não chegava humilde para falar com o usineiro (REGO, 1973, p. 106)

Devemos lembrar que o narrador-personagem de *Bangüê* dá lugar ao narrador onisciente em *Usina*, um narrador mais informado que mostra Marreira com uma face mais calculista. E, como observa Moema D’Andrea, mesmo criando um distanciamento do relato memorialístico “não elimina as idas e vindas da sociedade patriarcal nem a voz suprema do menino de engenho” (D’ ANDREA, 1990, p. 7).

A ambiguidade ideológica da estrutura pós-colonial brasileira continua presente na narrativa, confrontada entre os privilégios de classe a serem mantidos e as ideias modernas liberais. Dr. Juca que se gabava por ser mais moderno e rico que seu pai, o velho José Paulino, e desapegado da tradição, não suporta que o outrora “moleque” de seu pai o desafie e convoca a parentela para ficar do seu lado que, por sua vez, também achava um absurdo o preço cobrado por Marreira.

Enquanto fluía a fúria de Juca, Marreira esperava tranquilamente especulando.

Mas, esse reafirmava que tinha preferência em negociar com Juca, devido aos laços afetivos de compadrio:

[...] meu compadre, Deus me defenda de estar com marmotas com você. Vim somente prevenir o compadre. O engenho é do senhor. Palavra dada é palavra dada. Para vossa mercê o Santa Fé é um achado [...] Só vim mesmo falar com o Doutor porque não quero que diga que o negro fez tratantada [...] o engenho é do meu compadre Dr. Juca. A questão é chegar onde eu quero. Preço por preço ninguém me arranca ele. Só se o compadre não quiser mesmo negociar (REGO, 1973, p. 108).

Durante a narrativa, é revelado que Marreira era um instrumento de Dr. Luís, dono da Usina São Félix, para pressionar primeiramente o engenho Santa Rosa e depois a Usina Bom Jesus: “Ele iria botar o mosquito, que era o Santa Fé, para lutar contra o gigante. E mandou chamar Marreira e falou-lhe em comprar o engenho, botando logo um preço exagerado. Mas, o moleque escapou-lhe da mão no primeiro encontro” (REGO, 1973, p. 110). O que Luís não contava, mas esbarrou nos dois casos, foi com a fidelidade de Marreira a Juca que, como Carlos, era seu compadre e, mais que tudo, esses dois eram filho e neto, respectivamente, de José Paulino, a quem era grato. Dizia:

Dr. Luís o engenho é do senhor com a condição: só se o meu compadre Dr. Juca não quiser. Fui criado com aquele povo e, para que dizer, não tenho queixa, não senhor. O meu compadre, o Dr. Juca, não dando o preço que o senhor chegar, o engenho é do Doutor [...] O moleque Marreira tinha o compromisso dele e preço a preço o engenho seria do compadre da Bom Jesus (REGO, 1973, p. 110).

Mas essa era uma aparente fidelidade incondicional, segundo o narrador, Marreira compreendia exatamente o que estava acontecendo, a rivalidade entre as duas usinas o beneficiava. Tudo que esse queria era obter o maior lucro com a terra que comprou com seu próprio dinheiro e pensava: “Era branco com branco [...] Um taco de terra que só dava mesmo para um camumbembe como ele viver [...] de volta da São Félix, o moleque só fazia os cálculos” (REGO, 1973, p. 110).

Adorava a importância que conseguira e se orgulhava dos símbolos de *status* que ostentava, falava com os grandes da terra de igual para igual como com o Coronel Trombone, genro de Paulino, que falava “[...] claramente das coisas com o moleque, que fora da bagaceira do seu sogro” (REGO, 1973, p. 111) e até sentara do lado dele: [...] Marreira se sentia sólido, de gravata no pescoço, de botinas de elástico, como as do velho José Paulino e do Coronel Lula (REGO, 1973, p. 110, grifos nossos):

[...] Podia se considerar um homem rico. Ele via bem a cara que faziam certos brancos, quando ele passava na carruagem, que fora do Coronel Luís [Lula]. A cabroeira do Pilar não perdoava. Não furtara ninguém, não fora a casa do Major José João pedir para ser nomeado delegado. Podia prender e soltar. Nenhum negro chegara por aquela ribeira a gozar do seu prestígio. Falavam do senhor de engenho do Calabouço, mas este era lá para as bandas da vila Espírito Santo [...] Ele não. Era senhor de engenho na várzea da Paraíba, ali aonde uma família só mandava nas terras. Tinha casa-grande, limitando as suas propriedades com terras que foram do Coronel José Paulino. Lá isto era. Negro, como ele, nunca fora gente na várzea. Era o primeiro e só podia ter orgulho disso. Pouco se importava com a canalha do Pilar. A mulher botava chapéu pela festa da Conceição. Como D. Maria Menina, do Santa Rosa, porque podia. Ele andava no cabriolé tilintando pelas estradas, porque tinha dinheiro. (REGO, 1973, pp. 111-112)

A racionalidade de Marreira é destacada, mas esse não consegue se livrar da tradição. Luís não era um simples parceiro de negócio, na sua percepção ele foi “seu *amigo* na questão das canas do compadre Dr. Carlos” (REGO, 1973, p. 111, grifos nossos). Apesar de afirmar algumas vezes que valorizava a relação de compadrio com Juca e Carlos, outras vezes assume que tem vontade de romper com a família de Paulino: “A mulher porém dizia todo dia a ele que não desgostasse o Dr. Juca. Não queria desgostar o compadre. Estava em negócio e o que desse mais ficaria com o Santa Fé.” (REGO, 1973, p. 111).

Juca consegue empréstimo e Marreira, utilizando os termos da narrativa, acaba “entregando” o Santa Fé depois “[...] de intrigas, de ameaças, de manhas” por um preço menor que o oferecido pela Usina São Félix, pois sua “[...] mulher lhe dissera que não deveria contrariar o compadre” (REGO, 1973, p. 121). Juca, então, seria a segunda pessoa da descendência de Paulino que assinava documentos para “o cabra que fora da bagaceira do Santa Rosa” (REGO, 1973, p. 121). Assim, dava-se o segundo triunfo de Marreira.

Com ajuda do dinheiro recebido, torna-se o mais rico comerciante do Pilar. Enquanto isso, a Usina Bom Jesus definha não tendo dinheiro para pagar as dívidas e, como última solução, Juca se lembra de pegar dinheiro emprestado com o rico Marreira, deixando claro que era “uma humilhação procurar um antigo cabra do eito de seu pai” (REGO, 1973, p. 206). Apesar de reconhecer a condição humilhante, Juca achava que Marreira ainda devia gratidão, daí o motivo de recorrer justamente a ele e ficar bravo frente recusa do empréstimo alegando dificuldades financeiras. Dona Dondon, mulher de Juca, “desaprovou o seu procedimento, dizendo-lhe que melhor era deixar o Dr. Luís

entrar na usina do que fazer aquela baixeza. Todo mundo sabia que Marreira dispunha de dinheiro nos bancos, negara-se porque não confiava na Bom Jesus [...] Marreira bateria com a língua para todo mundo, enchendo a vila com a história” (REGO, 1973, p. 207). O que de fato acaba acontecendo, segundo a narrativa: “E a notícia ficou pelos trens, nas conversas de todo mundo” (REGO, 1973, p. 207).

Com influência econômica, Marreira tornara-se delegado de polícia no Pilar, cruzando novamente com Juca, selando a ascensão de um e o desprestígio do outro. Desta vez, o filho de Juca é acusado de “ofender a filha” de um sertanejo e, mesmo com Juca oferecendo dinheiro, o delegado abre um inquérito e toma uma atitude: “Mande chamar o meu compadre José Marreira. Quando aquele negro chegar aqui ele vai ouvir. Então ele pensa que filho de Juca e para esta metido em processo? Um desaforo.” (REGO, 1973, p. 228). A falta de prestígio da família era tamanha que segundo o narrador: “Até José Marreira, delegado do Pilar, tivera ousadia de abrir inquérito para apurar responsabilidades de seu filho” (REGO, 1973, p. 231, grifos nossos). E, mesmo dono de si, sem dever satisfações a ninguém, Marreira se desculpa evocando o compadrio e demonstrando subserviência: “Viera a mandado, estava no cumprimento do dever. Seu compadre não se aborresse com ele” (REGO, 1973, p. 235).

Marreira é uma exceção entre não só povo negro, mas os pobres em geral é um servo que dá certo, consegue dinheiro e símbolos de *status* social e, conseqüentemente, ganha uma certa autonomia frente ao patriarcalismo. Podemos notar que em momento algum a narrativa dá crédito ao caráter de Marreira, ela não perde uma oportunidade de colocá-lo em seu lugar, ao insistentemente lembrar sua descendência e sua origem através de insultos, que, ora – especialmente os mais pesados e difamadores – vem da “canalha”, ora do narrador. Calculista, autoritário, egoísta que só pensa em dinheiro e vingativo são as qualidades atribuídas pela narrativa a José Marreira em tom pejorativo e condenável. Interessante observar que por mais que atribuam à subserviência de Marreira uma certa falsidade, esse nunca perde o tom humilde e de reverência ao tratar os proprietários do Santa Rosa, como se o narrador quisesse mostrar que por mais autonomia que conseguisse, sempre haveria uma dívida, ou seja, sempre deveria a subserviência. Mas, quando as mesmas características atribuídas a Marreira se referem à alguém da estirpe de José Paulino, elas são bem vindas pelo narrador pois, a mesma racionalidade, calculismo e autoritarismo garantiriam o sobrevivência das relações sociais que vigoraram no Brasil durante mais de trezentos e cinquenta anos e garantiram o “bem estar” de todos.

Capítulo IV

A trajetória de dependência das mulheres negras



Escravas descansando após o trabalho, Rio de Janeiro. (Jean-Victor Frond)

'Branca para casar, mulata para f***, negra para trabalhar'.¹⁴

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, São Paulo: Editora Global, 2003, p.72. Segundo o autor esse era um dito popular no Brasil açucareiro.

Nas obras do ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego, as mulheres negras são geralmente relacionadas à memória afetiva dos bons tempos do engenho. As “boas e velhas” negras que ocupavam funções de cozinheira, amas de leite, tão populares na obra na obra de Gilberto Freyre, também têm espaço nas obras do ciclo da cana-de-açúcar do autor em análise. Além das empregadas na casa-grande, as outras mulheres negras que têm espaço nessas obras são as chamadas mulatas, ou seja, mulheres mestiças, consideradas ícones da sensualidade e sexualidade no mundo escravista patriarcal, que supostamente seduziram toda uma geração de homens brancos da elite açucareira.

As “negras do meu avô”

Entre as ora chamadas “negras da cozinha” ora chamadas “negras do meu avô” têm destaque: Maria Gorda, Generosa, Galdina, Romana e Avelina. No engenho Santa Rosa eram as autoridades da cozinha, segundo o narrador. E, como indicam as definições dadas pela narrativa, elas pertenciam à cozinha e tinham um dono, José Paulino. Fora destes contextos, a identidade destas personagens desaparecem.

Para orgulho do narrador, mesmo após a abolição da escravidão, essas personagens teriam ficado na senzala: “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabra do eito.” (REGO, 1980, p. 59). José Paulino dava-lhes de comer e de vestir e trabalhavam com a mesma alegria da escravidão “[...] comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas.” (REGO, 1969, p. 109) e passavam para as sua descendência “a mesma passividade de bons animais domésticos” (REGO, 1980, p. 55). Morriam de velhice.

Observamos que, na perspectiva do narrador, a vida destas personagens e de seus descendentes era boa no período pós-escravidão, era uma relação baseada na troca: enquanto o grande patriarca oferecia comida, moradia e garantia a sobrevivência dos seus descendentes, a obrigação destas personagens era parir uma boa geração de cabras do eito, o que nesse contexto significava ser bons e passivos trabalhadores. Aliás, uma ideia que o narrador do ciclo da cana-de-açúcar reafirma com veemência é a noção de

que a servidão está no sangue, ou seja, bons escravizados geram bons escravizados e sua afetividade com as personagens está diretamente relacionada a esse fato.

Para a narrativa, a relação com essas mulheres produzia uma condição de igualdade entre os meninos brancos e moleques negros: “Ali vivíamos misturados com eles, levando carão das negras mais velhas, iguais aos seus filhos moleques, na partilha de seus carinhos e de suas zangas. Nós não éramos irmãos-de-leite?” (REGO, 1980, p. 55). Podemos apontar que o narrador se refere aos “moleques” como *eles*, ou seja, fazendo uma separação entre a sua condição de neto do dono do engenho e a dos meninos filhos das empregadas e termina afirmando que todos eram “irmãos de leite”. Mas, a partir desse elemento afetivo acaba a suposta igualdade, como veremos, o neto de José Paulino afirma durante a narrativa de *Menino de Engenho* que tinha regalias em relação a esses meninos e se sentia bem com essa situação.

Ainda segundo o olhar narrativo, a cozinha era o lugar de confraternização: “Nas cozinhas das casas-grandes vivem as brancas e as negras, nessas conversas como de iguais. As brancas deitadas, dando as cabeças para os cafunés e a cata dos piolhos. E as negras vão lhe contando as suas histórias, fazendo os seus enredos, pedindo os seus favores” (REGO, 1980, pp. 104-105). Apesar de o narrador apontar igualdade na relação entre ambas as partes, a partir do trecho narrado observamos a discrepância das relações interracialis na sociedade patriarcal, pois as negras, que estavam trabalhando, adulavam as brancas que comparecem deitadas, descansando e, entre os mimos, as descendentes de escravizados arranjavam brechas para pedir o que precisavam. Havia nessa relação um espaço para o jogo de interesses, isto é, as negras “aproveitavam” da situação de proximidade para pedir o que precisavam. Sendo assim, reconhece o narrador que o suprimento de coisas básicas passava pelo jogo da “adulação”.

Ainda em relação à essas personagens, há algo de degradante na descrição das mesmas, particularmente quando se distanciam da vida da casa-grande. Nesses momentos ganham características animais, o narrador-personagem aponta que falavam das “imoralidades” do sexo, recebiam os homens no quarto enquanto os filhos estavam dormindo e todo ano pariam. E cita como exemplo Avelina, que tinha filho com José Ludovina, João Miguel e Manuel Pedro, e complementa: “Herdavam das mães escravas esta fecundidade de boas parideiras. Eu vivia assim, no meio *dessa gente*, sabendo de tudo que faziam, sabendo de seus homens, de suas brigas, de suas doenças.” (REGO, 1980, p. 57, grifos nossos). Na citação, o narrador faz questão de marcar a distância que havia entre ele, “menino do engenho”, e os moradores da senzala ao

referir-se a eles como “dessa gente”.

A essas mulheres da cozinha do engenho, Carlos foi apresentado assim que chegou ao Santa Rosa após o falecimento de sua mãe. A primeira foi Galdina, ora chamada de tia ora chamada de vovó, pois já era idosa. Galdina era, segundo a narrativa de *Menino de Engenho*, considerada “dona” da senzala pois, quando jovem, cuidara de José Paulino e fora ama de leite de Clarisse, mãe de Carlos: “Não se falava com ela gritando, davam-lhe o tratamento de vossa mercê.” (REGO, 1980, p. 58). Viera de Angola e ficara cega devido à miopia; quase paralítica, vivia na casa-grande em um quarto escondido que, na verdade, era uma “camarinha escura, com cheiro de coisa abafada” (REGO, 1980, p. 9).

Já Generosa, personagem cuja trajetória será acompanhada pelas obras aqui analisadas, era a dona da cozinha. Segundo o narrador, era tão boa quanto a sua comida, uma “negra alta e com braços de homem”. Só falava gritando, mas tudo que pediam ela fazia, pois era um “torrão de açúcar” e não aceitava desaforo dentro de sua cozinha, dizendo: “Que se quisessem era assim. Tempos de cativo já tinham passado”. Segundo a narrativa de *Menino de Engenho*, era a única capaz de enfrentar a cruel Sinhazinha afirmando: “Quem quisesse mandar na cozinha que viesse para a boca do forno” (REGO, 1980, p. 59).

A última personagem das empregadas da casa-grande do auge do Santa Rosa que nos é apresentada é Maria Gorda, uma africana de 80 anos, temida por todos. Em seu quarto não se podia entrar, pois fedia a carniça e “o diabo dançava com ela a noite inteira”. Não parecia com gente, segundo o narrador, não falava, só “gritava com os moleques e as negras, com aqueles beiços caídos e peitos moles dependurados” (REGO, 1980, p. 57).

A essas personagens é atribuído conhecimento mítico e religioso, afirmavam que “se o padre não achasse o Aleluia, o mundo se acabaria de vez” (REGO, 1980, p. 41) quando alguém morria diziam “[...] que alguns ficavam para semente” (REGO, 1980, p. 67) e que “Judiar com passarinho bota as pessoas para o inferno” (REGO, 1980, p. 69). Galdina contava que via pássaros brancos batendo na parede e almas; já Generosa rogava perigosas pragas. Em contraponto às mulheres negras, aparece José Paulino, que segundo o narrador-neto não precisava “das coisas da religião” e quando contava suas histórias era comparado a um grande cronista da realidade.

Quando a decadência se torna latente, fato narrado em *Bangüê*, a afetuosidade do narrador desaparece, reclama da preguiça das trabalhadoras da casa-grande depois da

partida da, até então odiada, Tia Sinhazinha: “[...] aquilo [a casa-grande] parecia um brinco, de bem tratado. Sem ela, as negras deixavam à toa. Para que cuidar? Estavam de férias. E o mundo corresse a locé, até que ela chegasse de volta” (REGO, 1969, p. 77). Após a morte de José Paulino, as negras, como são chamadas as empregadas domésticas da casa-grande, ficam com o narrador-personagem Carlos Melo e esse muda a perspectiva em relação a estas, pois as despesas iam ficando pesadas com o auge da crise açucareira: “as negras engordavam de graça, cozinhavam, só pelo prato de feijão” (REGO, 1969, p. 129).

O narrador saudoso do mundo do velho avô está com um pé entre as modernas relações de trabalho e o sistema do patriarca, mas acaba não sendo uma coisa nem outra. Pois, se por um lado ele questiona as atitudes patriarcais, observamos também que o fato de elas trabalharem em troca de comida era um absurdo para o narrador e, como vingança, já que este não tinha coragem de agredir ninguém diretamente, desejava o retorno de Sinhazinha afirmando: “Quando chegasse, as negras comeriam fogo na sua unha” (REGO, 1969, p. 77).

Com o fim dos dias para o engenho Santa Rosa, Generosa, praticamente cega, queria ir para o Recife morar com a filha: “a negra velha me falava com voz de choro. Pedira a Deus para morrer no Santa Rosa” (REGO, 1969, p. 204). Já “França iria para o Itapuá e Avelina para o Marvalha” (REGO, 1969, p. 210), o que não acaba acontecendo, pois Juca compra o engenho Santa Rosa.

Fato já abordado é que quando a usina chega, a senzala do antigo engenho Santa Rosa é destruída, pois “não podia ficar bem de frente de uma residência de usineiros”. As empregadas da casa-grande ainda vivas foram transferidas para uma casa conhecida como mal-assombrada: “as negras acreditavam em almas-penadas dormindo pelos quartos vazios” (REGO, 1973, p.79). Segundo o narrador de *Usina*: “Avelina, Luisa, Generosa, Joana Gorda, que fossem arranjar seus teréns lá para o alto” (REGO, 1973, p.45). Nas palavras da mulher de Juca, o dia que tiveram de sair da senzala:

“[...] o choro da velha Generosa, no dia em que as negras tiveram que sair da rua. Ela mesmo não pode conter as lágrimas, correndo para dentro de casa para não ver judiação [...] O marido trouxera da Paraíba uma cozinheira nova. Custou-lhe muito falar com a Generosa [...] Estava velha e Juca não queria que ela morresse na beira do fogo” (REGO, 1973, p. 50).

Depois do despejo, grades foram colocadas na cozinha pois, “não ficava *decente*

aquelas negras passarem o dia por ali conversando” (REGO, 1973, p. 50, grifos nossos). Ou seja, no momento de racionalização econômica não havia mais espaço para as relações paternalistas e os dois símbolos do momento anterior foram modificados: a senzala e a cozinha.

Foi difícil a adaptação, a casa estava vazia fazia anos, era o lugar onde depositava as sacas de algodão que não cabiam em outro lugar. Generosa se revoltava: “[...] botou as mãos na cabeça, dizendo o diabo do Dr. Juca. E dizia alto que Deus estava vendo tudo aquilo. Deus do céu via a judiação que estavam fazendo com ela” (REGO, 1973, p.79); “Aquilo tinha parte com o demônio. Morcego era pássaro do diabo” (REGO, 1973, p. 80). Mas, usina era daquele jeito segundo o narrador: “criaram-se ali, tiveram filhos, amaram, sofreram as suas moléstias, mandaram os seus defuntos para o cemitério, e o Dr. Juca botava tudo para baixo. Um fim de mundo” e continua: “Coruja e morcego atormentavam as negras do velho José Paulino. Que haviam de fazer? Para onde iriam se o mundo para elas era só o Santa Rosa, se a terra toda do mundo era só a terra do Santa Rosa?” (REGO, 1973, p. 80).

Com o tempo, quase cega e demente, Generosa só sabia praguejar contra a usina: “A tia Generosa, quase cega, só fazia falar dos bons tempos. Cativoiro era melhor do que isto” (REGO, 1973, p. 89). E comenta com Ricardo, recém-chegado do Recife:

Acabou-se o bom tempo menino. Desde que o velho fechou os olhos que a gente pena. Mandaram até buscar cozinheira da cidade. Eu até penso muita vez que o Dr. Juca não era da família. Vi aquele menino nos cueiros, fiz muita papa para ele. Romana era quem dava de mamar. E botou a gente para fora. A gente entulhava a rua. Pergunte a Avelina o que sucedeu com Salomé? Tu pensas que pegaram o negro para casar? A gente ficou igual ao povo do Pinheiro. Nem parecia que Salomé era cria da casa. Podiam pegar o cabra e casar. A tua irmã está feito rapariga, como as outras. E a comida que a gente come? Os moleques de Joana e Avelina tomando conta da casa. Trancaram a despensa. [...] A negra, que botaram na cozinha, trancou a despensa. Nem um pedaço de ceará sai dali para ninguém. Só não fui para o Recife porque a menina está doente e mesmo eu não tinha uma guia para me levar. Com pouco eles tomam conta da casa. E a gente o jeito tem que ir para a Areia, morrer por longe, igual ao povo do eito. Tudo agora é igual (REGO, 1973, p. 83).

No trecho acima, através da fala de Generosa, o narrador mostra as benesses da vida com proteção do patriarca, ou seja, da antiga ordem e como eram superiores os que viviam sob a tutela patriarcal, ao contrário da família de Pinheiro que, supostamente, escolheu uma vida errante antes mesmo do advento da usina.

Interessante observar que Generosa, nos livros do ciclo da cana-de-açúcar, é tida

como uma pessoa independente, dona de si e da cozinha, que não aceitava ordens, como apontamos ao apresentá-la na narrativa de *Menino de Engenho*. Mas, como é o caso do personagem João Rouco, mesmo quando já está cega, por mais ameace ir para a casa de sua filha no Recife, defende e fica ao lado dos patriarcas até o fim, sendo uma das mais ferrenhas críticas das relações sociais que surgem com a usina. Segundo a narrativa de *Usina*, Generosa imprecava contra o empreendimento moderno: “Aquilo tinha parte com o demônio [...]” (REGO, 1973, p.81). Assim, ao observar a trajetória dos sujeitos ditos independentes, José Ludovina, João Rouco e Generosa, notamos que a dita autonomia destes personagens têm base no patriarcalismo, segundo o olhar narrativo.

A única remanescente do engenho Santa Rosa que tinha algum orgulho na vida era Avelina, mãe de Ricardo, tinha gosto por causa do filho “[...] só falava das bondades de Ricardo [...] Bem que fora bom ter mandado o bichinho para a escola do Pilar. Aprendera ler e contar” (REGO, 1973, p. 129).

No fim, com exceção de Avelina que fica na casa que Ricardo deixara, as outras vão com a família de Juca para a propriedade de parentes de José Paulino confirmando a perspectiva narrada segundo a qual não há vida possível para os remanescentes da escravidão a não ser a manutenção do regime patriarcal.

Josefa: a “menina de estimação” de Sinhazinha

Josefa, personagem descrita somente em *Bangüê*, era uma menina negra de mais ou menos dez anos criada pela tia de Carlos, Sinhazinha. Sua mãe lhe dera à patroa branca pois estavam morrendo de fome. Era vítima de todo tipo de maus tratos por parte de sua dona e vivia com marcas pelo corpo e, segundo o narrador, até os cachorros eram tratados melhor que ela. Josefa apanhava por tudo e sempre: “corria como um cachorro que atendesse a um assóvio do caçador”. Segundo o narrador, quando perguntava o que ocorria, o porquê das manchas pelo corpo, esta respondia que Dona Sinhazinha a batia mas, “[...] não havia um sinal mínimo de revolta naquela sua resposta” (REGO, 1969, p. 17).

O narrador-personagem, segundo suas palavras, tinha um misto de pena e simpatia por essa personagem, seu pesadelo era não poder, ou melhor, não ter pulso firme para livrá-la da situação de violência mesmo ouvindo seus gritos e soluços. José Paulino, seu avô, por outro lado afirmava: “Não ligue importância ao que faz

Sinhazinha. Há mais de cinquenta anos que é isto em casa todos os dias” (REGO, 1969, p. 19). Uma confissão que por vez é tomada como corajosa por parte do narrador, pois indicava que o grande patriarca, mesmo decadente, tinha consciência da vida de tortura em que vivia Josefa. Uma vez ou outra, essa consciência é tomada com decepção, pois até então José Paulino era uma figura idealizada pelo narrador-neto e sua fala demonstrava que ele não tinha “humanidade” e por isso não intercedia por Josefa.

Lembrando que o romance *Banguê*, onde a personagem Josefa é descrita, se passa em um momento em que o narrador, Carlos Melo, encontra-se dividido entre a grandeza da herança patriarcal e as ideias trazidas da sua formação em Direito.

Para fugir das judiarias, Josefa se refugiava no quarto de Carlos. Segundo o narrador:

A bichinha gostava do meu quarto como de um retiro feliz. Corria para lá e ficava sentada pelo chão, vendo as figuras das revistas. Davalhes pedaços de biscoito e Josefa olhava para mim com os olhos compridos de quem estivesse vendo um príncipe perto dela. Enquanto lia, passava as mãos pela minha cabeça, me alisando, bem satisfeita de me agradar. Tinha o corpo com manchas da peia da dona (REGO, 1969, p. 17).

A mesma coisa fazia depois de apanhar: “Vinha com os olhos ainda orvalhados, a fala mais terna ainda, como um *cachorro com o rabo entre as pernas*, fugindo de um pontapé impiedoso”. Procurava logo sarar aquelas feridas expostas: Toma um biscoito, Josefa” (REGO, 1969, p. 18, grifos nossos). E com o presente chorava de felicidade.

Podemos observar que, apesar de criticar o tratamento que é dado à menina, afirmando que ela é tratada pior que um cachorro e fazendo um discurso humanitário, Carlos Melo faz pouco de Josefa, a descreve como um animal selvagem sendo domesticado, que se consola com um pedaço biscoito e que com pouco sorria, pois não tinha maldade.

As visitas de Josefa a Carlos acabam ficando proibidas, pois essa leva uma surra que tinha como objetivo que confessasse que Carlos queria lhe abusar, mas segundo o próprio: “Josefa, coitada, não tinha sido mais que um *bichinho que me lambesse os pés* e mesmo assim evitavam que me chegasse por perto” (REGO, 1969, p. 22, grifos nossos). Devido à aproximação de Josefa, Sinhazinha espalhou calúnias a respeito de Carlos na vizinhança e se queixava que tinha sido rebaixado de bacharel de Direito a “infame desvirginador de negrinha” (REGO, 1969, p. 28), uma fama que revela que já havia sido de seu avô. Ou seja, apesar do discurso liberal de respeito aos direitos humanos, o narrador-personagem não tira em nenhum momento as características

animalescas da personagem utilizando termos pejorativos para descrevê-la como: “bichinha”, “negrinha desgraçada”, “animal”, “cachorro”, e demonstra mais preocupação com a sua fama e seu futuro do que com a situação de Josefa.

Mesmo com a proibição, quando ninguém estava por perto, Josefa conversava com Carlos e deixava presentes como frutas e “sentava-se no chão, como um animal criado a chicote”, enquanto Carlos lia, essa passava as mãos nos seus cabelos para agradar. Mesmo nessas condições, sorria satisfeita, sua grande preocupação era que Carlos fosse embora: “E cada palavra que lhe vinha da boca chegava aos meus ouvidos macia, com uma ternura intraduzível. Ela queria me agradar, me ver contente” (REGO, 1969, p. 34). Carlos a convida para ir embora com ele e essa responde: “Quero sim senhô. Ela não dá eu ao senhor” (REGO, 1969, p. 34). Mas, Sinhazinha vai embora do engenho e Josefa vai junto:

Com a voz consternada me falou, deixando-me a impressão que partia para uma masmorra. Para suplícios medonhos. Sentou-se no chão, brincando de boneca como dantes. Comeu os biscoitos que lhe dei, com uma alegria inocente, como um pássaro que estivesse no mato gozando uns restinhos de liberdade. Agora, devia estar noutra engenho, lembrando-se de mim, de corpo moído, até que um dia Deus se lembrasse dela e matasse a pobrezinha [...] A Providência adotava instrumentos cruéis e processos assim para tratar os seus anjos (REGO, 1969, p. 42)

Observamos que há insinuações de que Josefa tentava seduzir Carlos, fazendo cafunés e dando frutas, sua chance de mudar de vida passava pelo jogo da sedução, ou seja, ela devia conquistar a afeição de Carlos para ficar no engenho Santa Rosa e garantir um “bom” futuro. Mas, para o narrador, a única solução para Josefa era a Providência, pois só Deus poderia cuidar do seu destino, de preferência matando-a.

A vida das “Zefas”

Zefa é termo utilizado para designar as mulheres mulatas no livro *Menino de Engenho*, esse nome é uma referência à Zefa Cajá, mulher que fora uma paixão adolescente do menino Carlos Melo que, segundo suas palavras, era uma “mundana dos cabras do eito” (REGO, 1980, p. 115) que o ignorava. Uma mulher sedutora que o “acariciava com uma voracidade animal no amor: dizia que eu tinha gosto de leite na boca e me queria comer como uma fruta de vez” (REGO, 1980, p. 115). Carlos, nas suas

visitas, levava coisas do engenho para Zefa como pedaços de carne, queijo e dinheiro que José Paulino deixava pela casa-grande.

Zefa Cajá é o exemplo típico das mulatas no mundo dos engenhos de cana-de-açúcar, segundo a narrativa, que terminava a vida degradada fisicamente. O termo prostituta nunca é proferido pela narrativa que se passa na época dos engenhos, a palavra sinônima era mulata¹⁵, termo sempre utilizado com conotação sexual. Parece que, segundo a narrativa, iniciar sexualmente e tê-las como amante era uma espécie de tradição no ambiente da elite açucareira.

Por causa de relação com Zefa, o “povo” afirmava que Carlos estava com vício: “visguento aquele dos afagos de Zefa Cajá. Saía do café para a casa dela, ia depois do almoço e depois do jantar” (REGO, 1980, p. 115). Segundo a narrativa, José Paulino fazia vista grossa para o fato, pois a sua vida fora “cheia de irregularidades dessa natureza [...] Quando brigou com o tio Juca por causa da mulata Maria Pia, ouvi a negra Generosa dizendo na cozinha: - Quem fala! Quando era mais moço, parecia pai-d'égua atrás das negras. O seu Juca teve a quem puxar.” (REGO, 1980, p. 115). Juca, tio de Carlos, também tinha fama de ter muitas mulatas nas quais mandava em troca de comida, segundo a narrativa. Através dos termos utilizados, vemos que do ponto de vista do narrador bacharel em Direito, essas relações eram uma irregularidade, mas que faziam parte do ambiente patriarcal.

Apesar de ser apontada como irregularidade inofensiva pelo narrador branco, a partir das narrativas das obras do ciclo da cana-de-açúcar observamos os abusos envolvidos nessas relações. Observamos esse fato quando Carlos contrai uma doença venérea e Zefa Cajá é colocada na cadeia como culpada por ter “feito mal” ao neto do poderoso José Paulino, mesmo com o menino se sentindo envaidecido, pois tal doença

¹⁵ Como afirma Miskolci e Carvalho (2006) “historicamente a figura da mulata tornou-se um dos símbolos da brasilidade mal encobrindo, por trás do estereótipo de beleza e alegria, uma imagem feminina sexualizada e racializada [...] as mulatas estão no meio caminho cromático dentro de um *continuum* entre brancas e negras. Nesta escala, valoriza-se socialmente uma proximidade das primeiras e exclui-se a identidade com as últimas, de forma que na mulata concentra-se o exotismo das negras com o refinamento estético das brancas. Assim, a mulata deve ter da negra apenas o suficiente para aguçar a curiosidade sobre seus atributos sensuais ocultos e relegá-la ao mundo da sexualidade sem pudores. Expõe-se assim esta forma particular de racialização e sexualização centrada na cor da pele e que mantém como modelar os traços culturalmente associados à branquitude” (pp. 1-2, grifos do autor). Mariza Corrêa (1996) mostra como exemplo dessa relação de aproximação e afastamento da mulata com a branca o raciocínio de Nina Rodrigues e sua classificação das formas de hímen. Este afirmava que: “Embora as mulheres mestiças apresentassem, como as brancas, as formas 'mais variadas' de hímen, 'as recém-nascidas, negras ou mestiças' apresentavam com frequência uma forma de hímen que facilmente se confundia com o hímen rompido. (Essa classificação parece ter facilitado enormemente seu trabalho como perito nos casos em que meninas negras ou mulatas violadas eram examinadas por ele – e sua queixa desqualificada.) 'No que diz respeito às negras, as formas de hímen são mais simplificadas.’” (p. 11)

era sinal de virilidade.

Outro caso de abuso é o de Maria Pia, que acusa o cabra do eito Chico Pereira de “fazer-lhe mal”, levando-o ao tronco a mando de José Paulino. A mãe da ofendida é quem o acusa, embora o mesmo negue o fato:

O meu avô ordenou que acabasse com aquela latomia. E mandou buscar um livro que havia debaixo do santuário.

- Você vai jurar em cima deste livro santo como contará a verdade de tudo. O cabra está no tronco. Ele nega, prefere morrer a casar. Vamos bote a mão em cima e diga o nome de quem lhe fez mal.

Deu o livro vermelho com a cruz dourada na capa para a negra botar a mão em cima. A velha e a filha ficaram para fora do mundo. Aquele livro santo não era para menos.

[...]

- Vamos, disse meu avô, com aquela voz de mando.

E a mulata com os olhos esbugalhados:

– Juro que foi o Dr. Juca [filho de José Paulino] que me fez mal.

O meu avô não deu uma palavra. Só fez dizer:

– Soltem o cabra [Chico Pereira].

[...]

Na casa grande só se falava baixinho no caso. [...] Na hora da ceia meu avô pouco falou. Tio Juca não viera para a mesa. Apenas no fim o velho José Paulino queixou-se:

– Não sei para que servem os estudos. A gente gasta um dinheirão, e eles voltam pra fazer besteiras desta ordem. (REGO, 1980, pp. 44-45)

Assim, o caso se encerra e o patriarca faz uma simples reclamação em relação a atitude do filho e a culpa acaba recaindo em Maria Pia. Chico Pereira afirma: “Eu dizia que a negra não prestava?” (REGO, 1980, p. 44). Tempos depois na narrativa de *Usina*, Maria Pia reaparece como prostituta.

Em ambos os casos citados, a culpa recai sobre a mulher negra que não tem credibilidade moral alguma para poder se defender. É observável também que a natureza da relação com as ditas mulatas era o favor, ou seja, sexo em troca de gêneros alimentícios, de *status*, proteção para a família, entre outras coisas, uma relação que o narrador reconhece e aprova, pois era a única oportunidade na vida para estas mulheres.

Outra mulher que tem espaço na vida do menino Carlos, no livro *Menino de Engenho*, é Luisa, que foi quem iniciou-o no que o narrador chama de “depravações”. Luisa é descrita como uma “mulata incendiada de luxúria”, considerada como pecado e anjo mau: “ia me botar para dormir. Enquanto ficávamos sozinhos no quarto, arrastava-me para coisas ignóbeis” (REGO, 1980, p. 102). Luisa o deixa porque fica grávida sem pai conhecido e segundo a narrativa: “diziam que era de todos os cambiteiros do Santa Rosa” (REGO, 1980, p. 111).

A partir das figuras dessas mulheres de sua infância, observamos que há uma noção do que era a mulher negra jovem na visão da narrativa: libidinosas, depravadas, promíscuas que gostavam e viviam de seduzir e serem seduzidas por qualquer tipo de homem. Ressalta-se ainda que, ao contrário do que relata em relação aos homens negros, a narrativa jamais indica a atividade profissional de alguma destas jovens mulheres.

No romance *Bangiê*, quando retorna ao Santa Rosa, com curso superior e solteiro, mesmo criticando a selvageria dos comportamentos senhoriais, Carlos não escapa deles e sua visão afetiva a respeito destas mulheres desaparece. Quando tem o que chama de “vontade de mulher” sai à procura e se pergunta: “Mas onde encontraria? Onde descobrir uma carne que me apetecesse, por aquelas bandas?” (REGO, 1969, p. 44) Até que se lembra de Maria Chica, uma lavadeira, “mulata de peitos duros e de braços bem rijos” (REGO, 1969, p. 44) e que sempre ia ao seu quarto pegar roupas sujas, até que um dia a prende entre as pernas, e esta rindo diz: “Deixe de besteira, Seu Dotô [...] Peguei-a de jeito. E vi vibrar como pluma aquelas formas duras, os quilos de carne escura da mulata gostosa” (REGO, 1969, p. 44-45).

Quando conhece Maria Alice, mulher branca da cidade, que se torna sua amante, Carlos fica com vergonha de seu caso com Maria Chica e questiona: “E se ela tivesse visto Maria Chica, espichada na rede, no cio?” (REGO, 1969, p. 55). Assim, vai fazendo comparação entre ambas e afirma que a educação superior de Maria Alice exigia que fosse mais respeitoso.

Podemos dizer que há uma confluência entre a epígrafe que inicia este capítulo e o pensamento expressado pela narrativa de que a mulher mulata só serve para satisfação dos desejos sexuais, pois eram “quilos de carne escura” que, como animais, ficavam no “cio”. A mulher branca, ao contrário, seria aquela para constituir família, como pensa o narrador ao contar o seu envolvimento com Maria Alice. Ou seja, separa-se claramente a função da mulher negra, que trabalha, da mulher mulata que “só sabia fazer isso mesmo: abrir as pernas” (REGO, 1969, p. 114), da mulher branca que servia para perpetuar o poder de mando, parindo os descendentes do senhor de engenho.

No romance *Bangiê*, a personagem Maria Chica alega que ficara grávida de Carlos e esse comenta: “era só o que me faltava: um filho com uma cabocla. Queria dinheiro e dei-lhe tudo o que me pediu, mas que não abrisse o bico senão mandava-lhe quebrá-la de pau” (REGO, 1969, p.75-76). E reflete “como seria aquele filho, aquele fruto dos meus amores de rede. Ficou bulindo por dentro de mim essa história de ser pai

assim, sem esperar” (REGO, 1969, p. 76). Para “acabar” com a história, manda Chico Marinho livrar-se de Chica, esse lhe tranquiliza: “O Doutô está fazendo questão de pouco. A cabrocha fica por aqui mesmo. Ninguém diz que é do senhô. Ela está pegada com o Manoel Luís. Todo mundo vai dizer que é dele” (REGO, 1969, p. 76). Vemos que na sua condição de homem, o empregado se alia ao patrão para desqualificar Chica:

Quando Maria Chica passava por mim, de barriga grande, uma coisa me dizia que estava cometendo uma indignidade. Com aquela trouxa de roupa na cabeça, um dia paria pela estrada, como um animal qualquer. E o dono de tudo aquilo, de seu, na rede, se balançando. O filho era meu. Ficava imaginando como seria ele, de que cor sairia. Via como se criavam os outros pelo engenho [...] choravam até morrer [...] Ficavam para que os vermes não morressem de fome (REGO, 1969, p. 80).

Quando a criança nasce, ignora: “E um dia que estava no quarto a velha Sinhazinha mandou o menino no braço de uma negra para tomar a benção ao pai. Nem prestei atenção. Entrou e saiu como um estranho. O golpe me deixara descompassado com a vida” (REGO, 1969, p. 97). Tempos depois Maria Chica aparece grávida de novo, mas Carlos sente-se aliviado, pois a criança era negra, ou seja, não poderia ser dele. Com seu filho sendo fruto de um relacionamento com uma mulher negra, o narrador ignora a criança que será mais braço para o eito e, sem remorso algum, comenta: “O filho de Maria Chica nasceria com mais sorte que os da caatinga. Estava ali o rio para seu banheiro, os seus cangapés, as pescarias de loca” (REGO, 1969, p. 81). E conclui: “mulher só como Maria Chica, para a gente despejar e sair” (REGO, 1969, p. 127). Se relaciona com Chica até o dia que não valia mais nada: “Fedia cachimbo. Só mesmo para os cabras do eito” (REGO, 1969, p. 150). Vemos que mais uma vez o narrador do ciclo da cana-de-açúcar aponta o descrédito dessas mulheres dentro da sociedade patriarcal açucareira e, segundo o mesmo, não tinham o respeito nem sequer dos homens do mesmo nível social pois com o tempo iam deixando de ser “utilizáveis”.

Quando tinha “vontade de mulher” o narrador-personagem, não hesitava: “Reconheci a mulher do Zé Guedes. Tive vontade nela. Chamei-a. E se escondia dentro d'água. Não pude me conter e fui a ela com desespero [...] sentia frio metera-me na água. O pijama colava no meu corpo. Fedia lodo” (REGO, 1969, p. 90).

Carlos também teve caso com uma moça mulata chamada Adelaide, que fora amante de outro senhor de engenho. Segundo o narrador, o pai e a mãe pouco ligavam para a moça que ficava em casa cuidando dos irmãos. O dono do engenho passava todos

os dias pela porta de sua casa:

Um dia, com a tabica, bateu nos seus peitos. Correu para dentro de casa [...] Arrombou a porta não tinha por quem gritar, não tinha força para ele, e foi o que deu [...] ele gostava dela porque vinha todo dia. Emprenhou uma vez e o filho morreu [...] Uma ocasião estava em casa, quando chegou um sujeito de cara feia e meteu-lhe o pau. Apanhou de tabica [...] Ninguém ouviu os seus gritos. Depois soube: fora a senhora de engenho que mandara (REGO, 1969, p. 111).

Fugida Adelaide foi para o engenho Gameleira onde “era da vida, mas se dava ao respeito” (REGO, 1969, p. 111), pois trabalhava raspando mandioca e ainda ganhava dinheiro dos homens com quem se deitava. Em busca de respeito casou-se com cambiteiro que bebia cachaça, mas achou melhor ser “da vida”: “Querida lá aguentar abuso de ninguém!” (REGO, 1969, p. 111). O narrador aponta o caso de Adelaide como um caso típico, era só ser abusada uma vez que as mulheres “caiam no mundo”, para utilizar as palavras do próprio. Lembrando que foi isso que supostamente aconteceu com Maria Pia, personagem apresentada anteriormente que mais tarde reaparece no romance *Usina* como prostituta, e com a irmã de Ricardo, Salomé. Na perspectiva assumida pelo narrador comum destes romances, é como se o abuso aflorasse um instinto depravado, próprio destas mulheres negras.

Adelaide andava ainda criando pena como pássaro. Podia ter uns dezoito anos. Correria do Sinhozinho, com medo da tabica da senhora de engenho. Estava na ponta, Gameleira. Os cabras rondavam a casa dela. Todos queriam a uma só vez experimentar daquela fruta nova. Não tinha experiência era tola. Um dia estaria caindo aos pedaços (REGO, 1969, p. 113).

Podemos observar que na perspectiva do narrador, Adelaide fugira das judiações da mulher de Sinhozinho porque este configurava um ato violento. Mas não emite nenhum juízo em relação ao fato de ela ter sido violentada por Sinhozinho, afirmando que ele agia daquele modo porque gostava da menina: “[Adelaide] não gostava do Capitão Sinhozinho, mas ele gostava dela porque vinha todo o dia” (REGO, 1969, p. 111).

Durante o livro *Bangüê*, o narrador teoriza a respeito da vida destas moças, afirmando que a maioria dos senhores de engenho viviam “trocando os leitos de colchão de suas mulheres pelas camas de vara das raparigas. E o pau cantava nas costas delas” (REGO, 1969, p. 111). O único consolo dessas moças era engravidar do senhor. Estas passavam bem até aparecer uma mais nova, quando ficavam mais velhas serviam aos

cabras do eito, ou faziam ponto nas ruas. Os pais pouco se importavam desde que não voltassem sem dinheiro para casa e/ou doentes. O narrador acha até que há um progresso na prostituição pois, na sua lógica: “As caboclas que triunfavam na vida, voltavam de sapatos finos, com cortes de seda para as irmãs. Passavam dias, enchiam de inveja as amigas de pés no chão, falando mal da bagaceira” (REGO, 1969, p. 112):

Conheci as velhas prostitutas de fogo morto. Sinhá Germínia, do meu Tio Jerônimo, deixou fama. Havia no Santa Rosa uma casa com o seu nome. Os seus filhos criaram na fartura. Teve até carro de boi para andar. As felizes aproveitavam-se da sorte. Mandavam dar surra nas concorrentes. Algumas não se rebaixavam com gente pé-rapado. Perdiam o senhor de engenho, mas ficavam com a dignidade, vivendo de glórias (REGO, 1969, p. 112)

E completa que na sociedade patriarcal as prostitutas e as mulheres casadas eram do mesmo nível. As sortudas ficavam sendo amantes do senhor de engenho, o único risco era levar surra da esposa ou de outras concorrentes, do contrário, comiam bem, os pais saíam do eito e não pagavam foro do roçado. Até perder os dias de glória com a velhice aí “a maioria debandava pelo mundo, quando não ficavam por aí mesmo, passando de um para o outro. Calu de Manuel Cândido tinha sido de Zé Sertanejo, de Francelino, de João Miguel” (REGO, 1969, p. 112).

Observamos que um tema muito caro ao narrador é a violência entre as mulheres brancas e negras, que para ele não caracteriza uma violência inerente à sociedade patriarcal, mas sim uma rivalidade em disputa pela atenção dos homens. Assim, observamos uma dupla desqualificação na narrativa: a da mulher negra como um ser inferior um mero objeto para realização de vontades masculinas e de procriação de mão de obra. Quando recebem castigos das mulheres brancas por causa de ciúmes, os amantes jamais as defendem. Elas estão subordinadas às mulheres dos senhores, seja sob as ordens destas, seja na hierarquia social, pois podiam ser amantes dos oligarcas e seus filhos, amamentá-los, fazer-lhes a comida, mas jamais teriam o *status* da mulher branca, o de esposa e mãe da prole bem nascida.

Ao contrário dos homens, que segundo a narrativa só usavam a “violência necessária” – basta lembrar José Paulino, Ursulino, Tomás Cabral – as mulheres (brancas) seriam movidas pela emoção, pois mandavam dar surras na suas rivais no amor e/ou despejavam seus desejos sádicos, supostamente “sem motivo”, nas criadas e “negrinhas de estimação”, como é o caso de Sinhazinha e “sua” Josefa. Chega ao ponto

de o narrador afirmar que as mulheres brancas eram as únicas responsáveis por algum tipo de violência na vida das mulheres negras. Nesse mesmo sentido, Gilberto Freyre (2002) em *Casa-Grande & Senzala* afirmava:

Quanto a maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento de escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas. Confirma-nos nossos cronistas. Os viajantes, o folclore, a tradição oral. Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade das senhoras contra escravos inermes [...] Toda uma série de judiarias. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher contra mulher. (pp. 420-421)

No livro *Usina*, quando quem nos fala é o narrador onisciente, há poucos personagens femininos negros, as mulheres negras, quando aparecem, ou são as antigas cozinheiras (Generosa e Avelina) ou são as que se tornaram raparigas. Segundo o narrador, “moça de usina só servia para o pasto dos grandes” (REGO, 1973, p. 182). Parece que para as moças não restava outro destino, como o de Salomé, irmã de Ricardo, e o narrador completa:

Filha de pobre só prestava mesmo para os grandes passarem nos peitos. As filhas de Pinheiro estavam todas de porta aberta no Pilar, raparigando. E vinham para São Miguel arranjar homens nas feiras. Salomé de Avelina era de um e de outro. Nem respeitaram a filha da negra da casa-grande. O diabo era a doença-do-mundo. Com pouco estariam umas quengas, pernas abertas, com o mosqueiro atrás (REGO, 1973, pp. 184-185).

A sorte se restringia às que conseguiam se tornar amantes dos donos dos banguês ou dos operários, pois os donos de usina, como Juca, preferiam as amantes francesas, como são chamadas as moças das finas casas de prostituição do Recife.

É digno de nota que ao referir-se às amantes francesas, o narrador está fazendo uma crítica ao processo de modernização. Com a vinda das ideias liberais européias, sobretudo da França, o que era francês era o que havia de mais moderno. Como já havíamos observado no primeiro capítulo desta dissertação, os Regionalistas criticavam os Modernistas pelo que chamam de subserviência à estrangeirices, já que os primeiros buscavam a valorização da tradição patriarcal nordestina. Daí o lamento que observamos na narrativa de *Usina* pelo fato de Juca usineiro só ter casos com prostitutas francesas, mesmo que muitas delas fossem falsas francesas do Recife, deixando de lado as “tradicionais” amantes mulatas. Lamento também encontrado na obra de Gilberto Freyre (2002, p.52).

O que se pode perceber é que a prostituição, que no engenho tem um ar romântico, na usina ganha ares de degradação moral. Podemos dizer que a narrativa do ciclo da cana-de-açúcar aponta, nesse caso, mais um ponto positivo para o engenho, pois lá, através da prostituição, havia a perspectiva da ascensão social, que significava ser amante de senhor de engenho. Já na usina a prostituição é algo negativo, pois era a única solução para todas as mulheres e, segundo a narrativa, o melhor que podia acontecer com elas era serem amásias dos donos de engenhos falidos e dos operários da usina. Podemos supor então que enquanto a relação perpassa o favor, que é o caso do engenho, o narrador não vê na prostituição algo explorador, degradante, afirmando que essas mulheres estavam em pé de igualdade com as brancas. Já na usina, quando essa relação se torna clara, oficializada, mediada pelo dinheiro, ela se torna problemática segundo a perspectiva narrada.

Considerações Finais

Elegemos os romances *Menino de Engenho*, *Bangüê*, *Usina* e *Fogo Morto*, do romancista José Lins do Rego, como objeto de compreensão do pensamento social relativo ao negro no Brasil dos anos 1930. Mas não devemos esquecer que o romance sempre comunica uma visão da realidade, sendo assim, não resulta, necessariamente, de fatos concretos: “[...] o sentimento de realidade na ficção pressupõe o dado real, mas não depende dele. Depende de princípios mediadores, geralmente ocultos, que estruturam a obra e graças aos quais se tornam coerentes as duas séries, a real e a fictícia” (CANDIDO, 1993, p.46).

Deste modo, o trabalho literário tem uma realidade própria que é a realidade apreendida pelo romancista. Analisamos, assim, uma narrativa que pensa o Brasil e suas relações raciais a partir de um ponto de vista que busca recuperar o passado e defende veementemente a tradicional sociedade patriarcal. A história dos cinco livros aqui analisados é a da decadência dos engenhos da cana-de-açúcar, narrada do ponto de vista da elite canavieira, quando a usina e o trabalho livre constituem uma ameaça ao mundo do favor, vigente sob o crivo do patriarca. É em torno da manutenção desta tradição que se concentram os romances de José Lins do Rego, mesmo quando o narrador encontra-se dividido entre os ideais liberais da sua formação jurídica e a defesa do sistema de seus antepassados, que é o que acontece durante toda a narrativa de *Bangüê*, onde a última sempre prevalece.

Assim, ao contrário do que foi muitas vezes apontado pela crítica, o nosso escritor não recupera o passado através da memória, mas, sim, o reinterpreta através de sua criação literária.

Dado que o contexto social e ambiência intelectual influenciam na construção do texto literário, num primeiro momento apontamos a importância da economia açucareira para o nosso país e explicamos o que foi Movimento Regionalista do Nordeste, capitaneado por Gilberto Freyre nas décadas de 1920 e 1930. Nesse momento, como aponta Antonio Sérgio Guimarães (2002):

Vargas, na política; Freyre nas ciências sociais; os artistas e literatos modernistas e regionalistas nas artes [...] serão responsáveis pela ‘solução’ da questão racial, diluída na matriz luso-brasileira e mestiça de base popular, formada por séculos de colonização e mestiçagem biológica e cultural, em que o predomínio demográfico e civilizatório

dos europeus nunca fora completo a ponto de impor a segregação dos negros e mestiços. Ao contrário, a estratégia dominante sempre fora de 'transformismo' e de 'embranquecimento' [...] (p. 120).

O Movimento Regionalista tinha como mote a defesa da região Nordeste, a mais antiga e rica região do Brasil, em nome da tradição, o que, segundo Élide Rugai Bastos (2006), é o rito e o acessório que encobre a natureza das relações sociais além de ser a forma pela qual se atenua a presença de conflitos na sociedade.

Como já havíamos dito, Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933), afirma que a família patriarcal foi geradora de todas as relações sociais brasileiras e que devido ao seu caráter amistoso e confraternizador, herdado da tradição colonizadora portuguesa, esta afastou os riscos de ruptura social. Segundo esta perspectiva, dentro do regime patriarcal, o conjunto casa-grande e senzala, que a princípio são polos antagônicos, se complementou e tendeu a conciliar-se graças a habilidade do patriarca. Na leitura de Bastos (2006), o escravizado negro seria o anti-herói face ao patriarca, este sim, o grande herói civilizador. Deste modo, escravizado e patriarca são os antagônicos que se equilibram dentro do contexto da sociedade patriarcal. Nas palavras de Freyre:

Tomando conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização no Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos (FREYRE, 2002, p. 69).

Vale observar que nos romances que aqui foram analisados, é dentro da tradição patriarcal que os antagonismos aparecem em equilíbrio e é onde há a garantia de uma ordem social sem riscos de ruptura. Ou seja, é com o patriarcalismo que os conflitos se resolvem e se reequilibram. Nesse sentido, a morte dos patriarcas Tomás Cabral e José Paulino, o fracasso da geração posterior, Lula de Holanda e Carlos Melo, que tomam conta dos engenhos Santa Fé e Santa Rosa e, por fim, a passagem do engenho para uma direção mais moderna, fato descrito em *Usina*, rompem com o equilíbrio das relações sociais.

Basta observar a narrativa do ciclo da cana-de-açúcar, que apresenta que nos engenhos com os tradicionais patriarcas, todos vivem muito bem, especialmente os negros que eram bons trabalhadores e não tinham do que reclamar, ambas as partes eram felizes a ponto de após a Abolição a ordem social continuar a mesma dentro do

engenho Santa Rosa, quando algum raro problema ocorria, a ordem logo se restaurava pelas mãos do patriarca. Na geração de bacharéis, que tinham mais amor pelas ideias e pelo mando do que pela terra e seus dependentes, a relação entre os antagônicos é marcada pelo desequilíbrio, notavelmente pelo excesso de violência gratuita por parte da nova geração. Já o advento da usina, com o novo patrão, o usineiro, é marcado pelo abandono das tradições e da adoção de práticas modernas impessoais, onde a prosperidade econômica dos grandes capitalistas tem como contraponto a decadência econômica e moral dos cabras do eito (basta observar a descrição da vida mendicante dos trabalhadores da usina e a vida de prostituição das mulheres). Complementando esta ideia, conforme Moema D'Andrea (1992):

A descrição degradante das condições de vida do cabra do eito perpassa o fio narrativo dos cinco romances – seja através da voz do narrador em primeira pessoa (*Menino de Engenho*, *Bangüê* e *Doidinho*), seja através das personagens a quem o narrador de terceira pessoa delega as várias vozes da ficção (*Moleque Ricardo* e *Usina*) - é reiteradamente atenuada pela relação paternalista que envolve o senhor de engenho e seus 'servos'. Essa relação estabelece o ponto de vista dicotômico: positivo para o engenho e negativo para a usina, a qual, agora, o patriarca é substituído pelo patrão – o ogro caricato que 'fuma charutos enormes' da descrição freyreana (D'ANDREA, 1992, p. 77).

As crianças negras aprendem logo cedo a lógica de uma sociedade baseada em trocas entre desiguais, os chamados moleques da bagaceira e Josefa, todos sem pai ou mãe, vivem sob os mandos e desmandos de qualquer um ou tinham dono como é o caso da “menina de Sinhazinha”. Esses logo veem nas brincadeiras com o, supostamente igual, “sinhozinho” que devem respeitá-lo e dar a ele todas as vantagens. O que o futuro reserva a esses é serem trabalhadores pouco qualificados nos engenhos, para os que viveram em momento de alguma prosperidade, ou a morte para os que viveram no momento da decadência latente, tal como o narrador deseja a Josefa e a seu filho com Maria Chica.

Não por acaso, dentre todos os personagens negros das narrativas do ciclo da cana-de-açúcar, somente dois jovens tentam fugir do regime patriarcal. Domingos de 18 anos, fugiu duas vezes na condição de escravizado, na primeira vez foi capturado por Tomás, na segunda vez foi devolvido por outra pessoa, e se torna culpado pela morte do exemplar patriarca que tratava todos bem. Como consequência, é vendido para o Major Ursulino, dono de engenho Itapuá, que batia nos habitantes da senzala todos os dias.

Ricardo que fora um jovem exemplar, filho da bagaceira do Santa Rosa, alfabetizado devido aos esforços da mãe e “bem treinado” pelo patriarca José Paulino, foge para o Recife em busca de uma nova vida. O livro em que Ricardo é protagonista, *O moleque Ricardo*, não por acaso é chamado de romance-satélite¹⁶ do ciclo da cana-de-açúcar, pois cronologicamente fica entre *Banguê* e *Usina*, o romance se passa na cidade do Recife onde o personagem título passa todos os tipos de humilhações e a evocação do Santa Rosa é constante em suas lembranças. Sendo assim, antes de ir para a usina o romancista passa do banguê para a cidade, enfatizando que o regime do campo é melhor que o da cidade e que a vida do trabalhador do engenho é melhor que a vida do trabalhador citadino. O retorno de Ricardo ao antigo Santa Rosa, em *Usina*, é quando este se redime de seu “erro” e reconhece o que o narrador onisciente sabia desde o início, que bons tempos eram os do engenho e que não havia usina ou cidade que fosse boa com seus dependentes. Depois de reconhecido seu “equivoco”, Ricardo morre tentando reparar as injustiças da usina.

Ao apontar esses dois personagens, poderíamos dizer que o saldo da narrativa é que mesmo que uma nova geração tente fugir da dependência do patriarcalismo ela não obterá êxito, pois não há vida digna possível fora do âmbito patriarcal, já que as relações sociais só podem ser harmônicas sob o julgo do patriarca. Uma ideia reforçada quando nos são apresentados os personagens que se destacam pela fidelidade ao patriarca José Paulino, José Ludovina, João Rouco e Cândido, personagens mais velhos, sendo os dois últimos remanescentes da escravidão e contemporâneos de Paulino. A descrição de Ludovina se assemelha com a de Ricardo: ambos eram alfabetizados, inteligentes e homens de confiança. Só que ao contrário de Ricardo, Ludovina aproveita seus dotes a serviço do patriarcado e como um prêmio consegue estabilidade na sua vida ao lado de José Paulino.

Segundo se pode depreender das narrativas, ser negro na sociedade brasileira pós-escravista não era uma tarefa das mais fáceis, pois as relações sociais eram tributadas pela ordem social anterior. Mas, não se pode dizer que há na perspectiva deste narrador uma crítica a esse fato, ao contrário, a forma da narração naturaliza as relações, equilibrando a escravidão e ex-escravidão no contexto do mundo patriarcal. É assim, portanto, que Floripes, José Passarinho, Nicolau e Marreira, mesmo em

¹⁶ Entre outros autores que compartilham desta ideia chamo atenção para Manoel Cavalcanti Proença (1978), que parece ter cunhado esta expressão, e Moema D’ Andrea (1992).

contextos diferentes, continuam dependentes do patriarcalismo em plena decadência. O primeiro obtém algum êxito mas, no caso de Nicolau, este luta com todas as suas forças para evitar a derrocada do engenho Santa Rosa. Já Passarinho, homem livre e miserável, sem ter quem o proteja, vive pelos cantos, bêbado, mandado e maltratado por todos, sem destino. Marreira é a grande exceção entre os personagens negros aqui analisados, é considerado o responsável direto pela decadência do engenho Santa Rosa e da usina Bom Jesus. Antigo cabra do eito de José Paulino, fica rico com o fruto de seu próprio trabalho, ergue seu patrimônio praticamente do nada, de forma legítima, como outrora Tomás de Cabral Melo fizera nos primórdios do engenho Santa Fé. Mas o narrador não vê esse fato com bons olhos, apontando que este nunca deixaria de ser um reles funcionário de José Paulino. A voz narrativa não perde a oportunidade de atribuir características difamadoras ao personagem que consegue autonomia frente ao regime patriarcal e que chega a ser nomeado delegado de polícia do Pilar.

As mulheres negras também são dependentes do patriarcalismo, mas de uma maneira diferente dos homens, pois a narrativa apresenta que o horizonte dessas é muito mais limitado que o masculino: ou eram empregadas da casa-grande, de confiança da família patriarcal, ou tinham a “sorte” de seduzir algum poderoso e tornarem-se amantes. As narrativas do ciclo da cana-de-açúcar apontam que elas eram felizes e tinham proteção na época dos engenhos de açúcar, pois com a usina as “crias da casa” são substituídas por profissionais vindas da cidade e as amantes dos engenhos são substituídas pelas francesas. Podemos apontar que enquanto os homens negros têm a alternativa de continuar sob a tutela patriarcal, as mulheres negras sequer têm essa chance e logo são jogadas para os cantos.

Aos personagens negros não restará outra função no corpo dos romances aqui analisados senão confirmar a perspectiva do narrador: a superioridade do engenho sobre a usina, e que, com o fim do regime da família patriarcal os maiores prejudicados foram os membros desta parcela da população que obteve a liberdade formal em maio de 1888.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: _____(org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 12-93.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. Regionalismo e Modernismo: as duas faces da renovação cultural nos anos 20. In: KOSMINSKY, E.V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F.A.(Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 315-325.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. Tese (Doutorado em Sociologia)- Programa de Estudos Pós- Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. Global: São Paulo, 1996.

BORGES, Dain. Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30. In: KOSMINSKY, E.V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F.A.(Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 205-222.

CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira: e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1971.

_____. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história e literatura*. 8 ed.. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.

_____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CARPEAUX, Otto Maria. O brasileiríssimo José Lins do Rego. In: REGO, José Lins. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, São Paulo: Editora Global, 2003, p. 19-28.

CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: EDART, 1961.

_____. Origens e significado de “Menino de Engenho”. In: REGO, José Lins. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

CASTRO, Iná Elias de Castro. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. São Paulo: Bertland, 1992.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 337-383.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do Rego, Regionalismo e Tradicionalismo*. Campinas, SP: [s. n.], 2007 (Dissertação de mestrado).

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORREA, Mariza. *Sobre a invenção da mulata*. Cadernos Pagu, vol6/7, 1996, pp. 35-50.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, São Paulo: UNESP, 1997.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: _____. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 123-144.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

_____. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas*. Campinas: Editora UNICAMP, 2010, 2ª edição revisada e ampliada.

_____. Bangüê: três entradas e um labirinto perverso. Escrito para semana literária sobre José Lins do Rego. João Pessoa: 1990.

DIMAS, Antonio. Um manifesto guloso. In: KOSMINSK, E.V., LÉPINE, C., PEIXOTO, F. A.(Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003, p.327-346.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII*. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Editora Global, 2003.

_____. *Escravidão, monarquia e Brasil moderno*. In: *Novo mundo nos trópicos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de armazenamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Manifesto Regionalista*. Recife: Fundanaj, 1977.

_____. *Novo mundo nos trópicos*, trad: Olívio Montenegro e Luiz de Miranda Corrêa, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*, 2 vol., Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FRIEDMAN, Norman. *O ponto de vista da ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico*.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós- tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *O mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2000.

GOMES, Heloisa Toller. *O poder rural na ficção*. São Paulo: Ática, 1981.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: FUSP e Editora 34, 2002.

_____. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Córtez, 2008.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Sociologia e Literatura*. In: SEGATTO, José Antonio & BALDAN, Ude. *Sociologia e Literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 9- 43.

LAFETÁ, João Luís. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

- LOUSADA, Wilson. Breve notícias de José Lins do Rego. In: REGO, José Lins. *Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- LUKACS, Georg. Narrar ou descrever? In: *Ensaio sobre Literatura*. RJ: Civilização Brasileira, 1965.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da escravidão*. Rio de Janeiro e São Paulo: UERJ/ EDUSP, 1994.
- MARTINS, Wilson. A língua simbólica de José Lins do Rego. In: REGO, José Lins. *Usina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. O Manifesto Regionalista que não Houve. In: *Jornal de Poesia*, 2005. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/wilsonmartins033.html>
- MATTOSO, Kátia M. De Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MISKOLCI, Richard e CARVALHO, Sheila Abadia Rocha. A “Tal” e a “Qual” – Representações racializadas da mulher na literatura brasileira. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero, nº: 7, agosto de 2006, Florianópolis: UFSC.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 385-438.
- MENDONÇA, Joseli M. N.. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ática, 2002.
- MONTENEGRO, Olivio José Lins do Rego. In: REGO, José Lins. *Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- OLIVEN, Ruben George. Cultura brasileira: retrato de uma identidade. In: *Retratos do Brasil*. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2004.
- PACHECO, João. *O mundo que José Lins do Rego fingiu- Augusto dos Anjos*. Rio de Janeiro: São José, 1958.
- PIRES, José Murilo de Souza e RAMOS, Paulo. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. IN: Revista Econômica do Nordeste, Volume 40, N 40, Julho-Setembro, 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140
- PROENÇA, Manoel Cavalcanti. O negro tinha caráter como o diabo!. In: REGO, José Lins. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- REGO, José Lins. *Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- REGO, José Lins. *Doidinho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- _____. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

- _____. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- _____. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- _____. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- _____. *Usina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- SANSONE, Livio. As relações raciais em Casa-Grande & Senzala revisadas a luz do processo de internacionalização e globalização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 207-217.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: *Anuário Antropológico/ 93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- _____. O beneplácito da desigualdade: uma breve disgressão sobre racismo. In: _____ (et alii). *Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002, p. 17-43.
- _____. A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista Lacerda. In: *Revista do Museu Paulista*, vol. 30, 1985, p. 81-98.
- SILVA, Leonado Dantas. A paisagem mestiça em Sobrados e Mucambos. n: KOSMINSK, E.V., LÉPINE, C., PEIXOTO, F. A.(Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 237-247.
- SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional/USP, 1968.
- SOUZA, Jessé. A atualidade de Gilberto Freyre. In: KOSMINSK, E.V., LÉPINE, C., PEIXOTO, F. A.(Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 65-81.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: *Afro- Ásia*, n. 18, 1996, p. 77-101.
- _____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977
- _____. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

SWEET, James H. Not a thing for white men to see. Central Africa divination in seventeenth-century Brazil. In: CURTO, José C. & LOVEJOY, Paul E. *Enslaving connections: Changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. New York: Humanity Books, 224, p. 139-148.

TAVORA, Franklin. *O cabeleira*. São Paulo: Ática, 1977.

TRIGO, Luciano. *Engenho e memória: o nordeste açucareiro na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.